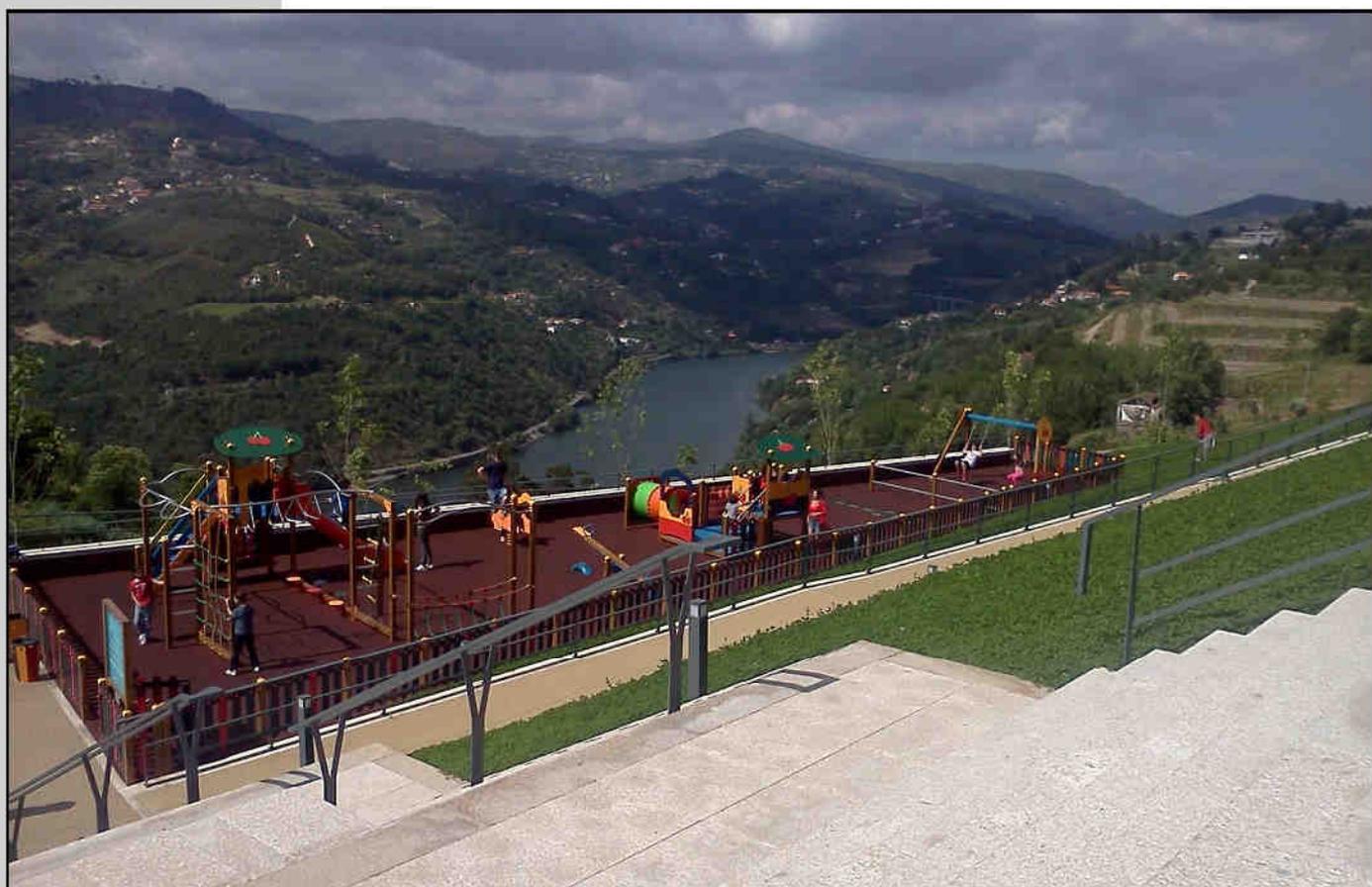


Diagnóstico Social Estratégico

março de 2013

Conselho Local de Ação Social de Resende



Município de Resende



INDÍCE

Ficha Técnica	2
Introdução	3
Capítulo I – Demografia	12
Capítulo II – Educação e Formação Profissional	31
Capítulo III – Habitação	58
Capítulo IV – Saúde	71
Capítulo V – Ação Social	81
Capítulo VI – Associativismo, Cultura e Lazer	112
Capítulo VII – Justiça e Criminalidade	119
Capítulo VIII – Desemprego	123
Conclusões	156
Bibliografia	166

FICHA TÉCNICA

Rede Social de Resende
Diagnóstico Social Estratégico – 2013

Entidade Promotora
Conselho Local de Ação Social de Resende
Câmara Municipal de Resende

Elaborado por:
Dra. Rita Diogo
Com a colaboração da Dra. Marisabel Moutela
(realização do “Capítulo VIII – Emprego”)

Com o apoio do Núcleo Executivo
Prof. Dulce Pereira
(Câmara Municipal de Resende)
Prof. Ana Magalhães e Prof. Manuel Tuna
(Agrupamento de Escolas D. Egas Moniz de Resende)
Prof. Fátima Matos e Dra. Sónia Cairrão
(Casa do Povo de Resende)
Dra. Teresa Pais
(Segurança Social)
Sr. Manuel Jorge Cardoso
(Presidente da Junta de Freigil)

INTRODUÇÃO

Após a adesão ao Programa da Rede Social e com a criação de Conselho Local de Ação Social (adiante designado por CLAS), assumiu-se um compromisso para promover o desenvolvimento local, envolvendo toda a comunidade de forma a resolver, eficaz e eficientemente, os problemas do concelho. O Programa da Rede Social tem como principais finalidades a erradicação da pobreza e da exclusão social, a conceção e avaliação das políticas sociais e a constante renovação e inovação das estratégias de intervenção adequando-as localmente, sem nunca esquecer a dimensão global. O lema “Pensar global para agir localmente” faz, neste contexto, todo o sentido. Atravessamos alterações na sociedade atual que trazem problemas e necessidades que exigem novas formas de olhar e de atuar na área social. O Diagnóstico Social é, desta forma, um instrumento de planeamento estratégico fundamental para qualquer concelho. Este documento constitui não apenas uma fonte de conhecimento relativamente ao recenseamento dos problemas, como também contribui para se conhecer os recursos existentes, havendo assim uma clara interpretação das áreas e dimensões do território mais deficitárias e para a definição das prioridades de intervenção subsequente.

O último Diagnóstico Social de Resende foi aprovado pelo CLAS em julho de 2003 e, portanto, tornou-se premente a sua atualização. Este documento está a ser elaborado desde 2011 e resulta de um esforço articulado e em parceria de recolha de informações locais, tanto ao nível das necessidades como dos recursos e respostas existentes na comunidade. Resolvemos aguardar pela publicação dos resultados definitivos dos CENSOS 2011, o que nos permitiu balizar as informações recolhidas no território e compará-las com a realidade da NUT Tâmega, da região norte e do país. A realidade do concelho mudou de forma muito significativa desde 2003 e a comparação entre CENSOS 2001 e 2011 é também reveladora de tais mudanças. Por esta razão, muita da informação constante neste documento será apresentada em função do resultado do cálculo de algumas taxas de variação entre 2001 e 2011 e da comparação entre aquilo que foi recolhido localmente em 2003 e 2011/2012. É importante também referir que alguns dados recolhidos se referem a 2011, sobre os

temas e/ou capítulos em que não foi possível obter informações relativas a 2012. No entanto e, sempre que possível, fizemos um esforço de que este documento fosse um retrato do concelho no momento atual.

Sabemos que o concelho sofreu profundas alterações desde 2003 e que as principais mudanças alcançadas foram conseguidas com a implementação do Plano de Desenvolvimento Social (adiante designado por PDS), (2004/2007) e através de todas as políticas de desenvolvimento social implementadas no concelho, que foram sendo suportadas pelo esforço das várias entidades concelhias, com ou sem apoios comunitários, com ou sem candidaturas a fundos estruturais. Será importante debruçarmo-nos sobre a hierarquização das prioridades de intervenção aprovadas pelo CLAS em 2003. Esta hierarquia foi estabelecida de acordo com a escala “Prioridade de Intervenção Elevada, Média e Baixa”:

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO ELEVADA

- Taxa de analfabetismo muito elevada (21,2%, sendo a mais elevada da região, que atingia mais as mulheres - 61%)
- Grande dificuldade na implementação do ensino recorrente e ausência de outro tipo de respostas alternativas
- Elevado absentismo e abandono escolar
- Insuficiência de respostas ao nível da creche
- Inexistência de ATL's (ateliers de tempos livres)
- Alcoolismo com grande expressão
- Taxa de desemprego elevada (era de 8%) e reduzida taxa de atividade
- Elevado número de habitantes que têm como principal meio de vida os “subsídios sociais”
- Elevado número de deficientes e inexistência de respostas sociais de apoio e de acompanhamento para esta franja da população.
- Falta de recursos humanos e materiais ao nível do ensino especial.

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO MÉDIA

- Envelhecimento da população, sendo que 20,4% da população residente tinha mais de 65 ou mais anos e insuficiência de respostas sociais para a população mais idosa.
- Parque habitacional antigo e degradado e inexistência de habitação social no Concelho.
- Reduzido número de profissionais de saúde e falta de condições físicas do Centro de Saúde
- Taxa de cobertura do ensino pré-escolar de 64%, podendo ser considerada baixa.
- Populações isoladas
- Ausência de uma rede viária
- IPSS's oferecem respostas insuficientes, tanto pelo seu número reduzido como pelo seu fraco dinamismo.
- Número considerável de crianças vítimas de negligência

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO BAIXA

- Existência reduzida de espaços, equipamentos e eventos culturais e desportivos.

Considerando a realidade do concelho em 2012, facilmente podemos constatar, ainda que numa primeira abordagem empírica, que se alterou a hierarquização das prioridades de intervenção:

- Conseguimos ao longo destes anos várias respostas ao nível da educação e qualificação de adultos, nomeadamente com os Centros de Novas Oportunidades, através dos Cursos de Educação e Formação de Adultos e do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. No entanto e em estreita relação com o envelhecimento da população, mantemos ainda uma taxa de analfabetismo elevada ;
- O absentismo escolar teve um decréscimo bastante acentuado, bem como o abandono escolar, que em anos letivos anteriores nem existiu. Atualmente e, com o aumento da escolaridade obrigatória voltamos a ter algumas situações de abandono escolar, ainda pouco expressivas graças ao trabalho articulado entre várias entidades e à existência de algumas respostas alternativas ao ensino regular;
- Infelizmente, a realidade relativamente ao alcoolismo não se alterou significativamente;

- Relativamente à população deficiente ainda não dispomos de dados atuais, uma vez que no INE ainda só estão disponíveis os dados referentes a 2001 e esses já os conhecemos e analisamos anteriormente. Em relação aos portadores de deficiência ressalve-se a existência de duas respostas sociais inexistentes em 2003: o Centro de Atividades Ocupacionais e o Lar Residencial;
- Dada a conjuntura nacional, a taxa de desemprego é muito superior à verificada em 2003 e que na altura era considerada elevada (quando comparada com a realidade da região);
- O envelhecimento da população e o decréscimo populacional constituem problemas com contornos graves para o concelho, principalmente em algumas freguesias em que se verifica a inversão da pirâmide etária e taxas de variação da população muito negativas entre os dois anos de referência (2001 e 2011). No entanto, existem mais respostas dirigidas à população idosa e as IPSS's tiveram um aumento muito significativo do seu dinamismo;
- O parque habitacional continua antigo e degradado, existindo algumas medidas de recuperação das habitações;
- Os recursos humanos do Centro de Saúde permanecem igualmente insuficientes para as necessidades da população, mas o Centro de Saúde possui desde novas instalações;
- O problema da baixa taxa de cobertura do ensino pré-escolar foi resolvida através da abertura dos dois Centros Escolares: em S. Martinho de Mouros e em Resende;
- Infelizmente, o isolamento das populações é um problema que se mantém, bem como o elevado número de crianças vítimas de negligência, que continua a ser o maior número de motivos de abertura de processos na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Resende;
- Em relação aos espaços culturais e desportivos verifica-se uma total remissão do problema, dado que o concelho recebeu um forte impulso nesta matéria, não só com a construção de infraestruturas como com a realização de eventos.

No que concerne à metodologia utilizada na atualização do diagnóstico social, importa tecer algumas considerações. Podemos salientar o recurso a dois métodos diferentes mas complementares:

- Documentação direta, através de entrevistas e questionários: com o objetivo de conhecer a realidade local, quais os recursos existentes no concelho, quais as suas principais necessidades. Foi elaborado e administrado um grande número de questionários/inquéritos às várias entidades, instituições e organizações que desenvolvem atividade no concelho. Alguma dessa recolha de informação foi ainda efetuada através de entrevistas semi-estruturadas a informadores privilegiados. Depois de recolhida, esta informação foi devidamente tratada estatisticamente através das análises de frequência e de conteúdo entendidas como mais adequadas;
- Análise documental e pesquisa bibliográfica: no âmbito desta pesquisa recorreremos a algumas fontes estatísticas: publicações do Instituto Nacional de Estatística (adiante designado por INE), consultas no site www.pordata.pt, publicações do Instituto do Emprego e Formação Profissional (adiante designado por IEFP), destaques para a imprensa local, regional e nacional sobre o território, entre outras.

A utilização destas duas metodologias permitiu, por um lado, obter um conhecimento profundo da realidade do concelho e, por outro lado, integrá-la na realidade global através da análise de documentos e fontes estatísticas.

Uma outra forma de levantamento de informações e interpretação das mesmas foi o trabalho de debate realizado no âmbito do Núcleo Executivo e do CLAS. Criou-se um importante grupo de trabalho, reunindo-se com as IPSS's do concelho, conseguindo-se que cada uma delas, através do seu representante partilhasse a sua interpretação da realidade e conseguisse preencher uma grelha com a Análise SWOT (que identifica as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) relativa à sua própria situação institucional. Esta ação revestiu-se de uma extrema importância, na medida em que, são as IPSS's as melhores conhecedoras das realidades sociais dos vários territórios.

Uma outra etapa do trabalho muito importante foi, após a apresentação de uma primeira descrição relativamente à situação atual do concelho que permitiu a realização de várias Análises SWOT sobre várias problemáticas, pelo Núcleo Executivo. Foi através desta análise do concelho, em função das suas forças fraquezas, oportunidades e ameaças, que conseguimos definir as problemáticas que irão ser trabalhadas e minimizadas através da implementação do novo Plano de Desenvolvimento Social. Nas conclusões deste documento, serão devidamente identificadas as prioridades de intervenção do nosso território.

Durante o ano de 2011, a técnica da Rede Social de Resende integrou o grupo de trabalho das Redes Sociais da Agenda para a Empregabilidade da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (adiante designada pela CIM), com o objetivo de se elaborar um diagnóstico social supraconcelhio. Muito embora, este documento ainda não esteja concluído, será de grande importância ao nível do planeamento estratégico dos vários concelhos que integram a Região do Tâmega, na medida em que, se poderá ter uma visão global da região, conhecendo-se mais aprofundadamente quais os seus pontos fortes e fracos. Esta integração neste grupo de trabalho teve como principal mais valia a possibilidade de obter uma visão mais integradora do território.

Não podemos deixar de refletir na importância da cultura de parceria a par da inovação, para o desenvolvimento de um concelho. A cultura de parceria foi-se desenvolvendo de forma gradual e progressiva à medida que todos fomos percebendo que só através desta mudança de paradigma de intervenção se conseguiriam melhores resultados na promoção, crescimento e desenvolvimento dos concelhos. Desde que foi implementado o Programa da Rede Social que se tem verificado um crescente sentido de parceria.

Nesta introdução importa ainda expor algumas mudanças que se prendem com a reorganização de vários serviços públicos e que se foram refletindo no concelho de Resende nos últimos anos. Desde a aprovação do último Diagnóstico Social, em 2003, que se assistiu a várias alterações em termos de dependência regional e concelhia, que contribuíram para a alteração da dinâmica social do concelho e que é fundamental considerar. Assim, vejamos algumas áreas fundamentais:

- Na saúde: Em 2001, Resende dependia da ARS Centro, passando a integrar a ARS Norte em 2003. Atualmente o Centro de Saúde integra o Agrupamento de Centros de Saúde do Tâmega I – Baixo Tâmega. Foi construído um novo Centro de Saúde que permitiu dignificar a prestação de cuidados de saúde. O Centro de Saúde continua a dispor de um reduzido quadro de pessoal médico e de enfermagem, num concelho em que o acesso aos cuidados de saúde é fundamental, tanto devido ao envelhecimento da população como à incidência de determinadas patologias (hipertensão, diabetes, alcoolismo...).
- No emprego: O concelho está atualmente na dependência do Centro de Emprego de Amarante, deixando a dependência do Centro de Emprego de Lamego. Ao nível da formação profissional, continuamos sob a alçada do Centro de Formação Profissional de Vila Real. A problemática do desemprego, que emana da conjuntura nacional, é neste momento muito preocupante e adquire contornos graves ao nível das consequências que tem na vida das populações (carências económicas, dificuldades de gestão do orçamento familiar, aumento das situações de exclusão social etc.).
- Na educação: Resende continua na dependência da DREN. Registou-se nos últimos anos uma acentuada diminuição do abandono escolar. Foram criados 2 Centros Escolares (mais um entrará brevemente em funcionamento), que possibilitaram melhores condições físicas, o alargamento de serviço de refeições, a racionalização dos transportes escolares, a introdução das AEC's, o acesso a bibliotecas escolares, a componente de apoio à família e o aumento da taxa de frequência do ensino pré-escolar. Uma outra alteração foi a criação do Agrupamento de Escolas de Resende que agrega escolas do pré-escolar, 1º, 2º e 3º CEB e secundária. O Externato continua a ter como respostas educativas o 3º CEB e secundário. Aumentou a idade e a escolaridade obrigatória (os alunos têm de cumprir 12 anos de escolaridade) o que pode, a médio prazo, trazer de volta a problemática do abandono escolar, num concelho maioritariamente rural.

Devemos finalmente refletir nos vários planos nacionais de fomento das políticas sociais e o seu impacto nos territórios. Destaquemos o Plano Nacional de Emprego (PNE) ao assentar no pilar da

empregabilidade baseada na capacidade de adequação do profissional às novas necessidades e dinâmica dos novos mercados de trabalho. Com o advento das novas tecnologias, globalização da produção, abertura das economias, internacionalização do capital e as constantes mudanças que vêm afetando o ambiente das organizações, surge a necessidade de adaptação a tais fatores por parte dos empresários e profissionais. Cada vez mais as questões do desemprego devem assumir uma verdadeira preocupação social. O Programa Integrado de Apoio à Inovação e o Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI) que procura contribuir para a promoção da inclusão assim como a igualdade de oportunidades de participação social numa sociedade com melhor qualidade e maior coesão. Existem algumas metas definidas em diversos instrumentos nacionais e regionais, para as quais todos os territórios deverão tentar contribuir:

Plano Nacional da Política da Ordenamento do Território (PNOT) – META 2025:

- Portugal com um espaço sustentável e ordenado;
- Portugal com uma economia competitiva, integrada e aberta;
- Portugal com um território equitativo em termos desenvolvimento e bem estar;
- Portugal com uma sociedade criativa e com sentido de cidadania.

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) – META 2015

- Fazer de Portugal um dos países mais competitivos da União Europeia num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social

Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) – META 2013

- O QREN assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização de igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

Programa Operacional do Norte (PON) – META 2015

- A região Norte será, em 2015, capaz de gerar um nível de produção de bens e serviços transacionáveis que permita recuperar a trajetória de convergência a nível europeu, assegurando, de forma sustentável, acréscimos de rendimento e de emprego da sua população e promovendo, por essa via, a coesão económica, social e territorial.

(Adaptado do Diagnóstico Social Estratégico e prospetivo de Lousada, 2010)

Esta análise das metas e programas nacionais de promoção do desenvolvimento económico e social é ainda mais importante se conseguirmos fazer a reflexão e conjugação com a realidade do nosso território, do nosso concelho. Esta atualização do diagnóstico pretende alargar a simples análise da realidade a uma análise estratégica que permita ligar-se a um novo PDS (2013/2016) com vista a eliminar ou atenuar as principais necessidades identificadas.

CAPÍTULO I - DEMOGRAFIA

Sub Capítulo I – Informações territoriais

O objetivo da recolha das informações territoriais prende-se com a importância de limitar as unidades



O concelho de Resende situa-se na margem esquerda do Rio Douro, que lhe faz fronteira a Norte, sendo delimitado a Sul pelo concelho de Castro Daire, a Nascente pelo Concelho de Lamego e a Poente pelo Concelho de Cinfães.

Pertence à região do Douro Litoral e administrativamente ao Distrito de Viseu, integrando atualmente a Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, juntamente com os Municípios de Armamar, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca. O concelho de Resende faz parte integrante da Comunidade Intermunicipal do Tâmega, juntamente com os Municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paredes, Paços de Ferreira, Penafiel estando enquadrado na Região Agrícola de Entre-Douro e Minho.

Segundo os CENSOS 2011, o concelho de Resende abrange no seu total uma área de 123,3 Km², dividida por 15 freguesias, sendo a média das áreas do seu conjunto de 8,2 Km². As 15 freguesias são as seguintes: Anreade, Barrô, Cárquere, Feirão, Felgueiras, Freigil, Miomães, Ovadas, Panchorra, Paus, Resende, S. Cipriano, S. João de Fontoura, S. Martinho de Mouros e S. Romão de Arêgos. Com a recente reorganização administrativa do território das freguesias, datada de 28 de janeiro de 2013, pela Lei n.º 11-A/2013 houve uma redução administrativa do número de freguesias, passando apenas a 11, sendo que foram criadas por agregação 4 freguesias, mantendo-se as restantes 7 freguesias. Assim, em termos de reorganização administrativa, o concelho de Resende passa a dividir-se da seguinte forma:

- União das Freguesias de Anreade e S. Romão de Arêgos, com sede em Anreade;
- União das Freguesias de Felgueiras e Feirão, com sede em Felgueiras;
- União das Freguesias de Freigil e Miomães, com sede em Freigil;
- União das Freguesias de Ovadas e Panchorra, com sede em Ovadas;
- Freguesia de Barrô;
- Freguesia de Cárquere;
- Freguesia de Paus;
- Freguesia de Resende;

- Freguesia de S. Cipriano;
- Freguesia de S. João de Fontoura;
- Freguesia de S. Martinho de Mouros.

O seu território é essencialmente serrano, uma vez que se encontra totalmente localizado na serra de Montemuro, na sua vertente setentrional, com exceção da freguesia de Feirão, e vai desde o Cabrum, a oeste, até à linha das Cumeeiras da serra das Meadas, última ramificação de Montemuro em relação ao norte.

A região está implantada na sua quase totalidade, na extensa faixa de granitos da Beira. Trata-se de uma região essencialmente agrícola, baseada no cultivo de cereais (trigo e milho), batatas, produção de azeite, vinho e cereja. Destaca-se o peso que a produção da cereja tem para a economia local, bem como a sua importância no mercado frutícola nacional, visto que o concelho se apresenta como um dos maiores produtores nacionais. A cereja de Resende tem a particularidade de amadurecer duas a três semanas mais cedo que a cereja do resto da Europa. Relativamente à cereja e ao seu comércio, esta é também uma fonte de receita turística com grande destaque no concelho, através da realização do Festival da Cereja que contará este ano com a décima segunda edição. Este Festival está já integrado nas tradições do concelho e traz um número de visitantes muito elevado (em média 15 mil pessoas visitam o concelho durante o festival).

A nível histórico, Resende remonta ao reinado de D. Bermudas III – Rei de Leão (século XI – 1037), por volta de 1130 foi doado em couto a D. Afonso Henriques, recebendo carta de foral do rei D. Manuel, em 16 de Julho de 1514.

Sub Capítulo II – Demografia

Os dados demográficos permitem realizar uma primeira caracterização do concelho. Neste capítulo, será realizada uma análise da população residente (em função do sexo, escalão etário, estado civil, nacionalidade, distribuição por freguesias), bem como dos indicadores estatísticos fundamentais (Taxa de Natalidade, Taxa de Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural) e do número de famílias.

Começamos por avançar com a Densidade Populacional que os CENSOS 2011 publicaram em comparação com a Densidade Populacional existente em 2001. Assim, Resende apresenta uma Densidade Populacional em 2011 de 91,7, havendo um decréscimo quando comparada com a que existia em 2001, que era de 99.

De acordo com os CENSOS de 2001, a população total do concelho de Resende era de 12370 habitantes, sendo 6054 do sexo masculino (correspondendo a 48,9% do total da população) e 6316 do sexo feminino (correspondendo a 51,05% da população). Atualmente e, de acordo com os CENSOS 2011, a população teve um decréscimo de 1006 habitantes, menor do que entre o decénio anterior (201/2011) que era de 1305 habitantes. A população residente era, em 2011, de **11364 habitantes**, dos quais 5523 são do sexo masculino (correspondendo a 48,6% do total da população) e 5841 são do sexo feminino (correspondendo a 51,3% do total da população). Relativamente à população residente por freguesia, verifica-se que a freguesia mais populosa é a de Resende com 3166 indivíduos, o que corresponde a 27,8% da população total residente no concelho. Saliente-se que no decénio anterior a freguesia de Resende correspondia a 23,2 % da população total do concelho, havendo uma tendência para que a concentração da população que vá acentuando na vila centro do concelho. Surgem, de seguida, as freguesias de S. Martinho de Mouros (com 1495 habitantes, correspondendo a 13,1% do total da população) e Anreade (com 1114 habitantes, correspondendo a 9,8% do total da população). A freguesia menos populosa é a de Feirão, com apenas 117 habitantes, seguida da freguesia da Panchorra com 132 habitantes. Os valores reduzidos relativamente à população residente, destas duas freguesias, podem ser explicados pela sua localização, sendo as mais distantes da sede do concelho e as que se situam em áreas mais serranas. Estas características geográficas aliadas às dificuldades de deslocação da população, pela ausência de uma rede de transportes no concelho, explicam o êxodo da população.

Para se obterem informações sobre as restantes freguesias, pode analisar-se o quadro seguinte:

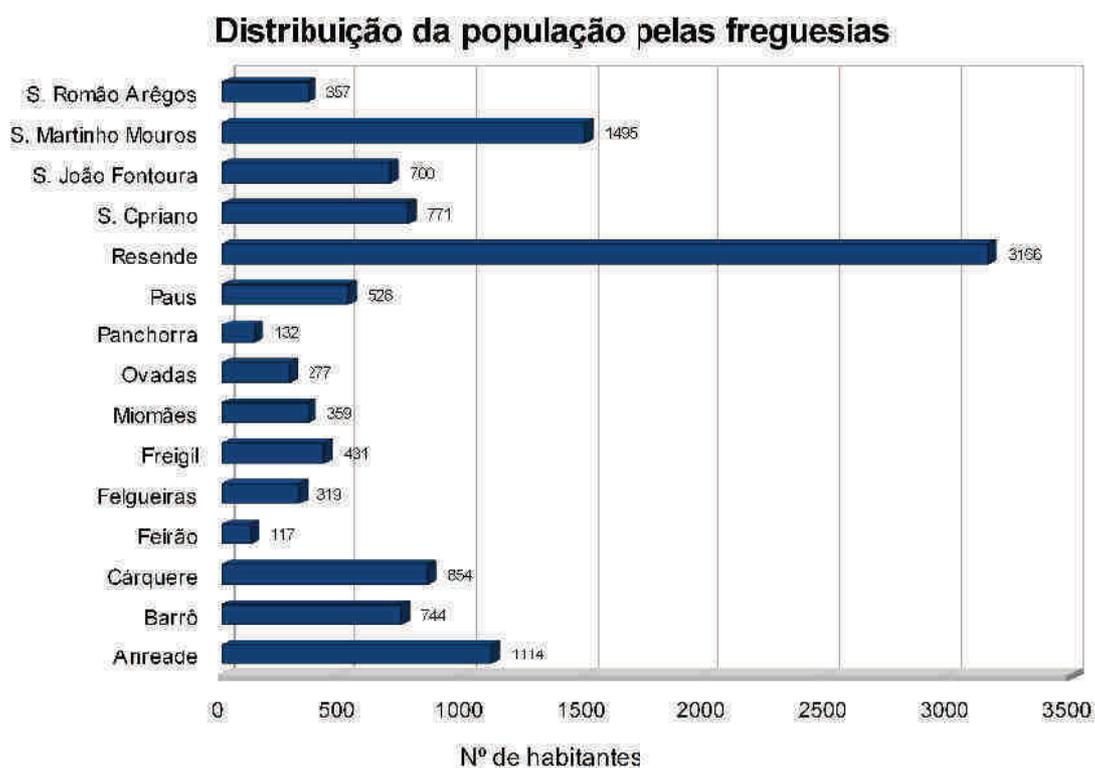
Variação da população entre 2001 e 2011, por freguesias

Freguesias	População Residente (2001)	População Residente (2011)	Variação da população (2001/2011)
Anreade	1168	1114	- 4,6% (- 54 hab.)
Barrô	1035	744	- 28,2% (- 291 hab.)
Cárquere	941	854	- 9,2% (- 87 hab.)
Feirão	131	117	- 10,7% (- 14 hab.)
Felgueiras	315	319	+ 1,3% (+ 4 hab.)
Freigil	480	431	- 10,2% (- 49 hab.)
Miomães	391	359	- 8,2% (- 32 hab.)
Ovadas	337	277	- 17,8% (- 60 hab.)
Panchorra	178	132	- 25,8% (- 46 hab.)
Paus	643	528	- 17,9% (- 115 hab.)
Resende	2873	3166	+ 10,2% (+ 293 hab.)
S. Cipriano	858	771	- 10,1% (- 87 hab.)
S. João de Fontoura	857	700	- 18,3% (- 157 hab.)
S. Martinho de Mouros	1738	1495	- 13,9% (- 243 hab.)
S. Romão de Arêgos	425	375	- 11,8% (- 50 hab.)
Concelho de Resende	12370	11364	- 8,1% (- 1006 hab.)

(Fonte: CENSOS 2011)

Entre 1991 e 2001, as freguesias de Anreade e Cárquere apresentavam uma variação positiva da população (de 2,9% e 6,2%, respetivamente). Entre os anos de 2001 e 2011, o concelho de Resende perdeu 1006 habitantes, apresentando uma variação negativa de 8,1%, verificando-se, tal como foi acima referido, uma ligeira diminuição na perda de população em comparação com o decénio anterior. Neste decénio, destacam-se como freguesias com variação positiva as de Felgueiras (1,3 %) e Resende (10,2%). No decénio anterior, a freguesia de Felgueiras apresentava uma variação negativa de 23,5% e a freguesia de Resende apresentava também uma variação negativa de 10,6%.

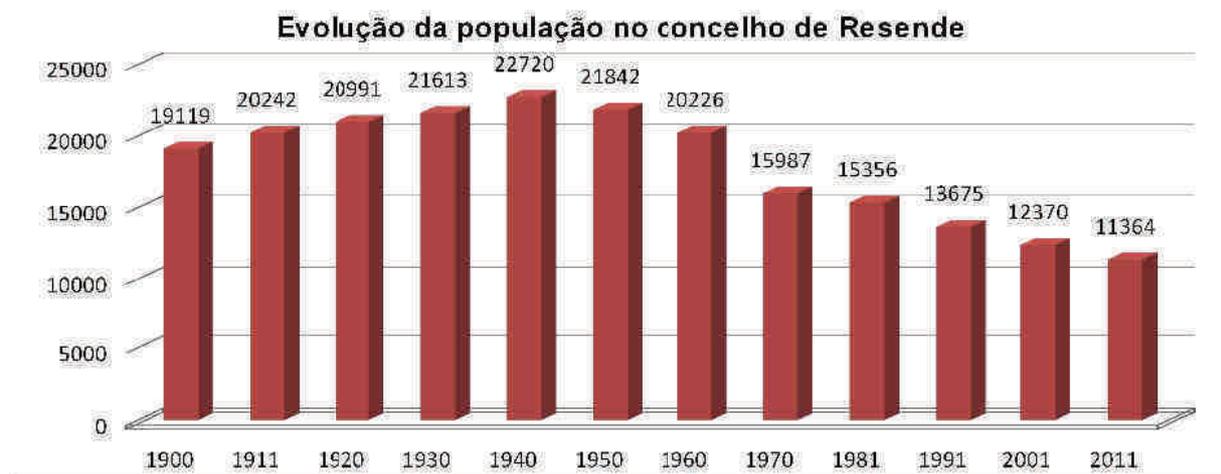
Como meio de informação complementar, pode analisar-se o gráfico seguinte, que ilustra a heterogeneidade ao nível da distribuição da população pelas freguesias:



(Fonte: CENSOS 2011)

Podemos ainda referir que, em termos comparativos, a População Residente é superior à População Presente, o que pode ser explicado pelas atividades profissionais que exigem deslocações pendulares.

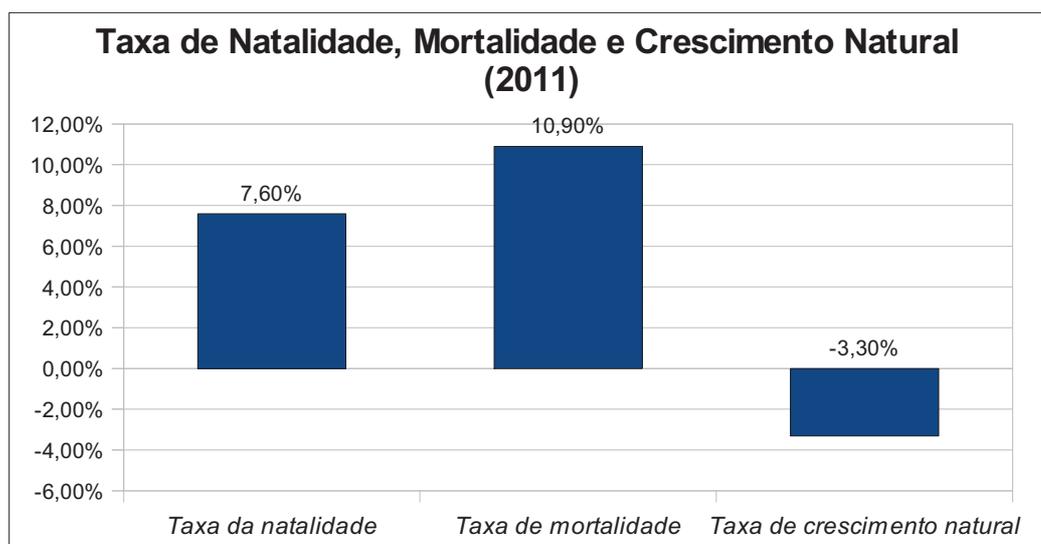
Podemos ainda observar a evolução da população no concelho de Resende, entre 1900 e 2011, através do gráfico seguinte:



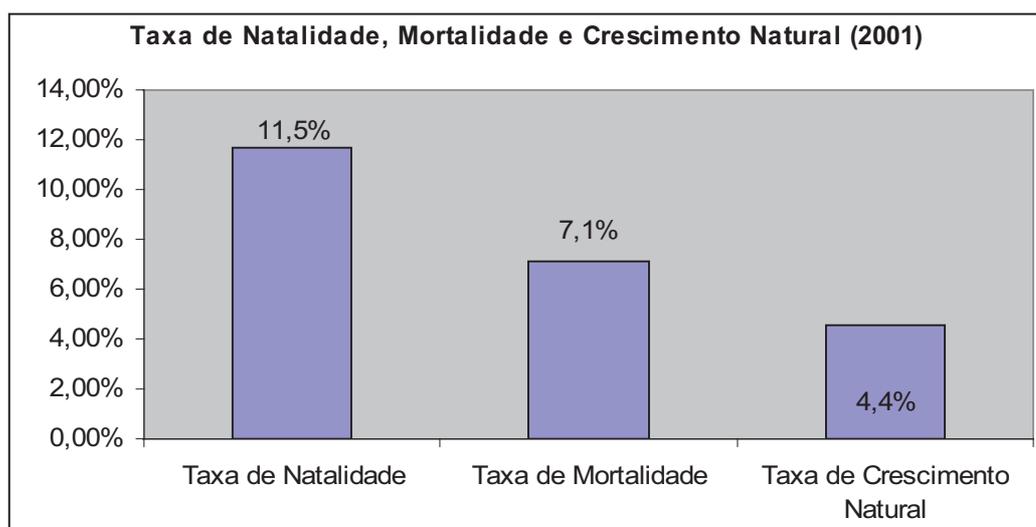
(Fonte: CENSOS 2011)

Facilmente se percebe que tem havido um decréscimo populacional desde 1940 até 2011. De destacar que entre a década de 1960 e 1970 se registou um decréscimo de 4239 habitantes, provavelmente como resultado da Guerra Colonial e do aumento muito significativo da emigração, principalmente para França. Deste modo, a periferia do Concelho de Resende em relação à capital do Distrito e a sua interioridade sem uma rede viária com boa acessibilidade ao exterior, poderão ser considerados como fatores determinantes das transformações sociodemográficas verificadas ao longo dos últimos anos.

Relativamente ao número de nascimentos e mortes no ano de 2011, podemos dizer-se que segundo os dados fornecidos pelo Centro de Saúde, em Resende nasceram 87 indivíduos e registaram-se 124 óbitos. Calculando as Taxas de Natalidade, Mortalidade e de Crescimento Natural em 2011, temos o seguinte gráfico:



Se compararmos estas taxas com as mesmas verificadas em 2001, observamos alterações muito significativas.



(Fonte: Nº de Óbitos e Nascimentos facultados pela Conservatória do Registo Civil de Resende em 2001)

Tal como é possível observar pela comparação dos dois gráficos, a taxa de crescimento natural sofreu uma alteração bastante significativa, passando de 4,4% para -3,3%, o que mais uma vez reflete o decréscimo da população, uma diminuição da natalidade e um aumento da mortalidade, características de uma população envelhecida. Saliente-se que, no ano de 2012, se registaram apenas 64 nascimentos (dados fornecidos pelo Centro de Saúde de Resende).

Ao longo dos tempos, a estrutura etária da população também tem apresentado variações significativas. São disso exemplo os números que se apresentam:

Grupos Etários	ANOS			
	2001		2011	
	Nº	%	Nº	%
0 –14 anos	2210	17,9	1703	14,9
15 – 24 anos	1797	14,5	1396	12,2
25 – 64 anos	5844	47,2	5818	51,1
65 ou mais anos	2519	20,4	2447	21,53%
Total	12370	100	11364	100

(Fonte: CENSOS 2001 e 2011)

Pelos dados deste quadro, constata-se que em apenas uma década se verificou uma acentuada diminuição da população infantil e um grande aumento da população idosa, verificando-se já uma inversão da pirâmide etária.

Relativamente às freguesias, pode-se observar o seguinte quadro:

Freguesias	População Residente 2011	Idades							
		0-14	%	15-24	%	25-64	%	> 65	%
Anreade	1114	194	17,4	161	14,4	578	51,9	181	16,2
Barrô	744	68	9,1	87	11,6	374	50,2	215	28,9
Cárquere	854	157	18,4	120	14,1	432	50,6	145	16,9
Feirão	117	12	10,2	18	15,3	57	48,7	30	25,6
Felgueiras	319	51	15,9	34	10,6	155	48,5	79	24,8
Freigil	431	73	16,9	51	11,8	212	49,2	95	22
Miomães	359	56	15,6	41	11,4	183	50,9	79	22
Ovadas	277	32	11,5	33	11,9	120	43,3	92	33,2
Panchorra	132	16	12,1	1	0,7	69	52,3	46	34,8
Paus	528	56	10,6	65	12,3	245	46,4	162	30,7
Resende	3166	527	16,6	415	13,1	1689	53,3	535	16,8
S. Cipriano	771	106	13,7	92	11,9	389	50,4	184	23,9
S. João de Fontoura	700	95	13,6	76	10,8	373	53,3	156	22,3
S. Martinho de Mouros	1495	202	13,5	165	11	777	51,9	351	23,5
S. Romão de Arêgos	357	58	16,2	37	10,4	165	46,2	97	27,2
Concelho de Resende	11364	1703	14,9	1396	12,2	5818	51,1	2447	21,50%

(Fonte: CENSOS 2011)

Nas freguesias de Barrô, Feirão, Ovadas Pachorra e Paus (destacadas a azul), verifica-se uma acentuada inversão na pirâmide etária, em contraste com o verificado nas freguesias de Anreade e Cárquere (destacadas a rosa) nas quais a percentagem da população entre os 0 e os 14 anos é maior do que a percentagem da população com mais de 65 anos.

No caso da freguesia de Resende (destacada verde) verifica-se quase um equilíbrio entre o número de indivíduos entre os 0 e os 14 anos e os indivíduos com mais de 65 anos. A análise da situação ao nível do concelho indica-nos um envelhecimento da população.

Como complemento da situação relativa ao envelhecimento da população, vejamos ainda a proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos:

Local de residência	Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais
	Período de referência dos dados
	2011
	%
Resende	12,33
Anreade	9,90
Barrô	14,83
Cárquere	8,22
Feirão	24,32
Felgueiras	14,02
Freigil	13,21
Miomães	12,78
Ovadas	20,51
Panchorra	17,86
Paus	14,83
Resende	8,67
São Cipriano	16,37
São João de Fontoura	12,60
São Martinho de Mouros	13,84
São Romão de Aregos	16,79

(Fonte: CENSOS 2011)

Este quadro reflete o número de idosos que vivem sós e que é particularmente preocupante pois para além do isolamento territorial em que alguns idosos vivem, também vivem sós nas suas casas. Na freguesia de Feirão cerca de um quarto dos idosos vivem sós, seguida da freguesia de Ovadas onde 20,51% dos idosos vivem igualmente sós.

Relativamente ao envelhecimento da população poderemos ainda salientar alguns índices importantes:

Índice de Envelhecimento – Relação existente entre o número de idosos e o número de jovens. Exprime-se pelo nº de idosos por cada 100 pessoas com idades entre os 0-14 anos.

Local de residência	Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência; Anual				
	Período de referência dos dados				
	2010	2009	2008	2007	2006
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Resende	138,5	136,9	138,1	136	132,2

(Fonte: CENSOS 2011)

Ao nível da NUT Tâmega e por comparação aos concelhos que a compõem, Resende apresenta o Índice de Envelhecimento mais elevado.

Índice de Dependência de Idosos – Relação entre o número de idosos e a população em idade ativa:

Local de residência	Índice de dependência de idosos (N.º) por Local de residência; Anual				
	Período de referência dos dados				
	2010	2009	2008	2007	2006
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Resende	30,9	31,2	31,6	31,7	32

(Fonte: CENSOS 2011)

Ao nível da NUT Tâmega e por comparação aos concelhos que a compõem, Resende apresenta o Índice de Dependência dos Idosos mais elevado.

Índice de Dependência Total – Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa:

Local de residência	Índice de dependência total (N.º) por Local de residência; Anual				
	Período de referência dos dados				
	2010	2009	2008	2007	2006
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Resende	53,3	54	54,5	55	56,1

(Fonte: CENSOS 2011)

Ao nível da NUT Tâmega e por comparação aos concelhos que a compõem, Resende apresenta o Índice de Dependência Total mais elevado.

Importa, neste âmbito, referir também:

Índice de Dependência dos Jovens – Relação entre o número de jovens e a população em idade ativa:

Local de residência	Índice de dependência de jovens (N.º) por Local de residência; Anual				
	Período de referência dos dados				
	2010	2009	2008	2007	2006
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Resende	22,3	22,8	22,9	23,3	24,2

(Fonte: CENSOS 2011)

Ao nível da NUT Tâmega e por comparação aos concelhos que a compõem, Resende apresenta o Índice de Dependência dos Jovens equiparado aos restantes concelhos.

O facto de existirem hoje mais idosos do que no passado, quer como proporção da população total, quer em termos absolutos, exige uma diferente ponderação dos problemas que os afetam. O envelhecimento da população converte, assim, o grupo da terceira idade num objetivo prioritário das políticas sociais municipais. É necessário tomar consciência das características especiais que a camada populacional mais idosa detém, de forma a promover a integração dessas pessoas dentro da

comunidade da qual fazem parte, e a contribuir para o aumento da sua qualidade de vida.

Um outro indicador importante diz respeito ao número de famílias e à sua variação na última década. Relativamente a este indicador, pode-se observar o seguinte

Local de residência	Famílias (N.º) por Local de residência	
	Período de referência dos dados	
	2011	2001
	N.º	N.º
Resende	4078	4147
Anreade	384	380
Barrô	290	368
Cárquere	292	296
Feirão	37	39
Felgueiras	108	111
Freigil	159	163
Miomães	133	140
Ovadas	117	141
Panchorra	56	61
Paus	209	240
Resende	1055	878
São Cipriano	281	301
São João de Fontoura	254	287
São Martinho de Mouros	571	591
São Romão de Aregos	132	151

quadro:

(Fonte: CENSOS 2011)

Através do cálculo da taxa de variação, podemos referir que, entre 2001 e 2011 a taxa de variação das famílias foi negativa: - 1,66%, sendo que em termos de valores brutos se traduz numa diminuição de 69 famílias entre os anos de referência. Esta diminuição do número de famílias é o reflexo da diminuição da população.

Relativamente às famílias, importa também analisar mais algumas informações. Começamos por nos debruçar sobre a distribuição da famílias clássicas (no quadro anterior tínhamos por referência o nº de famílias total, ou seja, famílias clássicas e famílias institucionais), por freguesias e por dimensão.

Ano	Local de residência (à data dos Censos 2011)	Nº de Famílias clássicas por Local de residência, Dimensão									
		Dimensão (família clássica)									
		Total	Com 1 pessoa	Com 2 pessoas	Com 3 pessoas	Com 4 pessoas	Com 5 pessoas	Com 6 pessoas	Com 7 pessoas	Com 8 pessoas	Com 9 ou mais
		Total									
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
2011	Resende	4070	771	1210	916	777	274	88	18	13	3
	Anreade	384	62	106	83	88	34	8	3	0	0
	Barrô	290	67	102	51	43	17	8	1	1	0
	Cárquere	292	35	93	68	65	20	9	1	1	0
	Feirão	37	9	5	6	11	2	3	0	1	0
	Felgueiras	107	23	24	23	23	11	0	3	0	0
	Freigil	159	27	52	34	36	7	2	1	0	0
	Miomães	133	26	41	30	21	13	2	0	0	0
	Ovadas	117	34	37	22	18	5	1	0	0	0
	Panchorra	56	14	18	14	10	0	0	0	0	0
	Paus	209	50	76	36	26	13	7	1	0	0
	Resende	1049	158	273	290	235	62	20	5	5	1
	S. Cipriano	281	59	84	56	47	28	5	0	1	1
	S. João Fontoura	254	56	71	57	37	22	7	2	1	1
	S. Martinho Mouros	571	121	192	116	92	33	13	1	3	0
	S. Romão Aregos	131	30	36	30	25	7	3	0	0	0

(Fonte: CENSOS 2011)

Facilmente se percebe que o número de pessoas por família clássica é bastante reduzido, sendo que as famílias clássicas com mais de 9 pessoas só existem em 3 freguesias: Resende, S. Cipriano e S. João de Fontoura (uma família com mais de 9 pessoas em cada uma destas freguesias). Ao nível do concelho podemos ainda realçar que o número de famílias constituídas por mais de duas pessoas é superior ao número de família com apenas 1 pessoa, mas a partir desta dimensão (2 pessoas), o número apresenta um decréscimo. Segundo dados dos CENSOS 2011, o número médio de pessoas por família é de 2,8 no concelho de Resende.

Atentemos ainda à proporção dos núcleos familiares monoparentais:

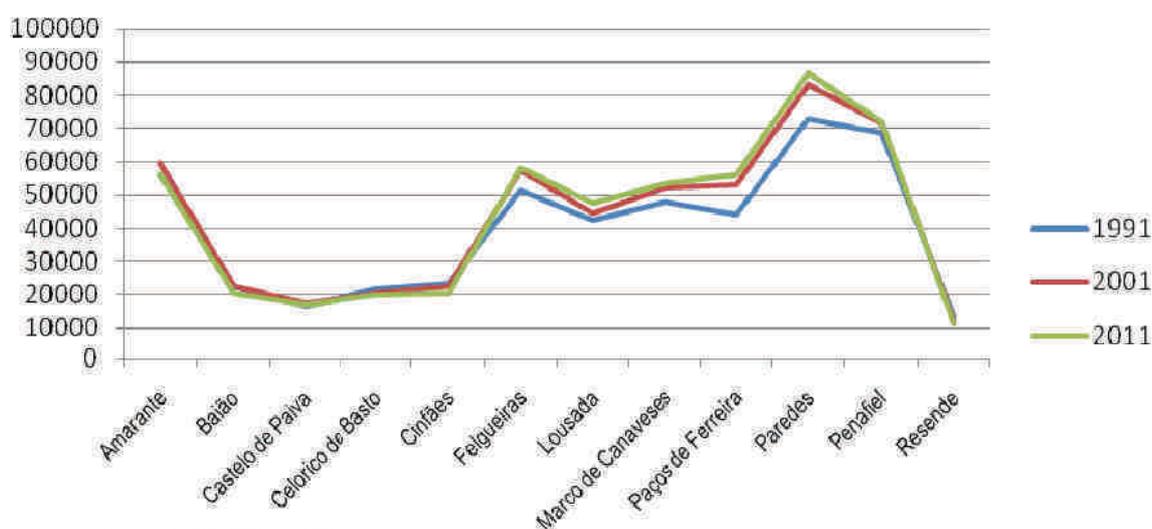
Local de residência	Proporção de núcleos familiares monoparentais (%) por	
	Local de residência	
	Período de referência dos dados	
	2011	
	%	
Resende	11,07	
Anreade	10,40	
Barrô	10,04	
Cárquere	12,69	
Feirão	9,68	
Felgueiras	13,95	
Freigil	7,91	
Miomães	7,21	
Ovadas	10,98	
Panchorra	26,67	
Paus	10,19	
Resende	11,33	
São Cipriano	7,93	
São João de Fontoura	16,90	
São Martinho de Mouros	10,90	
São Romão de Aregos	5,83	

(Fonte: CENSOS 2011)

Percebemos facilmente que as famílias monoparentais representam cerca de 11% dos núcleos familiares do concelho e que em algumas freguesias, como Panchorra, representam mais de um quarto dos núcleos familiares, essencialmente por situações de viuvez, na medida em que se trata de uma freguesia particularmente envelhecida.

Parece-nos igualmente importante tecermos algumas comparações relativamente aos concelhos que integram a CIM Tâmega na qual estamos inseridos. Desta forma, apresentamos alguns gráficos que pretendem facilitar os mecanismos de comparação:

Evolução da população residente na região Tâmega, 1991 - 2011



Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011

Através da leitura do gráfico acima ilustrado, podemos concluir que houve um crescimento demográfico em Portugal, sendo que na última década o aumento da população foi de 2%. Situação idêntica verifica-se também na Região Tâmega, com um aumento na ordem dos 0,15 %. Quer em Portugal, quer na Região Tâmega, o maior crescimento demográfico, verificou-se na década de 90. É ainda importante salientar o facto dos municípios do litoral manterem a capacidade de fixar a atrair a população, contrariamente à grande parte dos municípios do interior, que perderam população na última década.

Densidade Populacional em Portugal, na Região Norte e Tâmega, 2011

	População Residente	Área (Km²)	Densidade Populacional
Portugal	10 562 178	92 212,0	114,5
Norte	3 689 682	21 286	173,3
Tâmega	550 516	2 6120	210,2
Amarante	56 264	301,3	186,7
Baião	20 522	174,5	117,6
Castelo de Paiva	16 733	115,0	145,5
Celorico de Basto	20 098	181,1	111,0
Cinfães	20 427	239,3	85,4
Felgueiras	58 065	116	501,7
Lousada	47 387	96,1	493,2
Marco de Canaveses	53 450	202	264,7
Paços de Ferreira	56 340	71,0	793,6
Paredes	86 854	156,8	554,1
Penafiel	72 265	212,2	340,5
Resende	11 364	123,4	91,7

Fonte: Censos 2011

Taxa de Variação da população da Região Tâmega, por comparação com Portugal e Região Norte, 2001-2011

	2001/2011
Portugal	1,95
Norte	0,06
Tâmega	- 0,14
Amarante	- 5,99
Baião	- 8,93
Castelo de Paiva	- 3,62
Celorico de Basto	- 8,06
Cinfães	- 9,78
Felgueiras	0,81
Lousada	52,68
Marco de Canaveses	1,93
Paços de Ferreira	6,52
Paredes	4,01
Penafiel	0,64
Resende	-8,1

Fonte: Censos 2011

Através da análise da tabela anterior podemos verificar que Portugal teve em 2011 uma variação populacional positiva, assim como o Norte, contudo analisando a região do Tâmega concluímos que se trata de um território com uma polaridade de crescimentos. Enquanto que, sete concelhos (Amarante, Baião, castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães e Resende) têm uma variação populacional negativa, os restantes concelhos têm uma variação populacional positiva. Este fenómeno pode ser explicado através dos níveis de desenvolvimento de cada um dos concelhos, sendo que os que manifestam uma variação negativa são maioritariamente concelhos rurais e com pouco desenvolvimento industrial.

Outra questão que se realça pela análise é o facto de Lousada ter uma variação populacional na ordem dos 52.68 %, sendo claramente a mais elevada da região e que se prende, essencialmente, com o fomento do emprego na região e com o grande desenvolvimento industrial que apresenta.

Taxa de Natalidade na Região Tâmega, por comparação com Portugal e Região Norte
‰

	2001 ‰	2011 ‰
Portugal	11	9,5
Norte	11,3	8,8
Tâmega	12,9	9,5
Amarante	12,3	7,9
Baião	11	7,5
Castelo de Paiva	12,5	8,8
Celorico de Basto	10,4	8,6
Cinfães	11,2	8,3
Felgueiras	13,7	8,5
Lousada	14,4	10
Marco de Canaveses	13,5	10,2
Paços de Ferreira	14,4	10,9
Paredes	13,7	11
Penafiel	13,3	10,4
Resende	12	7,6

Fonte: INE, Indicadores Demográficos Anual

Através da análise comparativa entre 2001 e 2011, constatamos que houve uma diminuição na taxa de natalidade em Portugal, sendo também verificável ao nível da região Norte e, concomitantemente, da região do Tâmega e dos diversos concelhos que a compõem.

CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A área da educação é uma área estruturante para o desenvolvimento de qualquer território. No concelho de Resende, nos últimos anos, verificaram-se profundas alterações nesta área, que resultaram não só do esforço na requalificação de todo o parque escolar do concelho (existem apenas 3 jardins de infância e 4 escolas do 1º ciclo descentradas, mas que serão no próximo ano letivo integradas num Centro Escolar), mas também do esforço e valorização da qualificação escolar e profissional da população. No Diagnóstico Social aprovado em 2003, Resende era um concelho com uma taxa de abandono escolar elevadíssima (a segunda maior do país), a taxa de cobertura do ensino pré-escolar era reduzida, para além de ser o concelho com a taxa de analfabetismo mais elevada dos concelhos que integram a NTU III – Tâmega. Pode salientar-se que a prioridade que foi dada à área da educação, surtiu efeitos muito importantes e que permitiram retirar o concelho da situação em que encontrava.

Neste capítulo, iremos começar por fazer uma análise dos resultados dos CENSOS 2011 e, de seguida, apresentar dados locais recolhidos junto dos estabelecimentos de ensino do concelho.

Assim, podemos começar por analisar a distribuição da população residente, nível de escolaridade mais elevado completo. Estes dados são desagregados por freguesias:

	Total	Nenhum nível	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Pós - Secundário	Superior
Resende (concelho)	11364	3119	3772	1515	1462	961	26	509
Anreade	1114	262	349	147	169	131	3	53
Barro	744	236	271	88	65	53	2	29
Cárquere	854	236	259	125	125	79	1	29
Feirão	117	43	22	14	25	5	1	7
Felgueiras	319	93	119	38	40	14	1	14

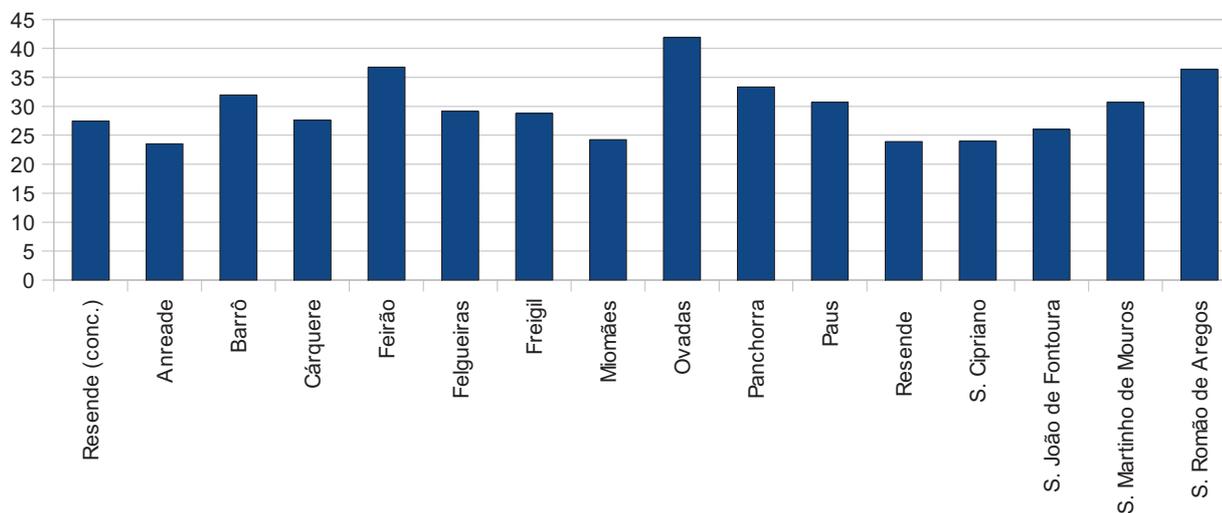
Freigil	431	124	135	55	79	32	1	5
Miomães	359	87	132	47	56	25	3	9
Ovadas	277	117	72	50	24	7	0	7
Panchorra	132	44	39	29	11	5	0	4
Paus	528	162	217	58	62	18	1	10
Resende	3166	757	873	416	434	430	12	244
S. Cipriano	711	185	273	140	105	49	0	19
S. João	700	182	318	85	69	29	1	16
S. Martinho	1495	461	580	176	155	67	0	56
S. Romão	357	130	113	47	43	17	0	7

(Fonte: CENSOS 2011)

Pela análise deste quadro, podemos constatar que a freguesia de Resende é aquela em que os indivíduos são mais escolarizados. Nas freguesias de Feirão, Ovadas, Panchorra e S. Romão o número de indivíduos sem qualquer escolaridade é mais elevado do que o número relativo a quaisquer outros níveis de ensino referidos. Este facto parece estar relacionado com o envelhecimento populacional de tais freguesias, com exceção da freguesia de S. Romão. Por outro lado, importa referir que as freguesias de Feirão, Ovadas e Panchorra são as mais distantes da sede do concelho e simultaneamente aquelas em que a oferta de alfabetização e formação de adultos tem mais dificuldade em ser implementada.

Para melhor analisar a distribuição da população sem qualquer grau de instrução por freguesias, apresentamos o gráfico seguinte:

Resende: % população sem qualquer grau de instrução



(Fonte: CENSOS 2011)

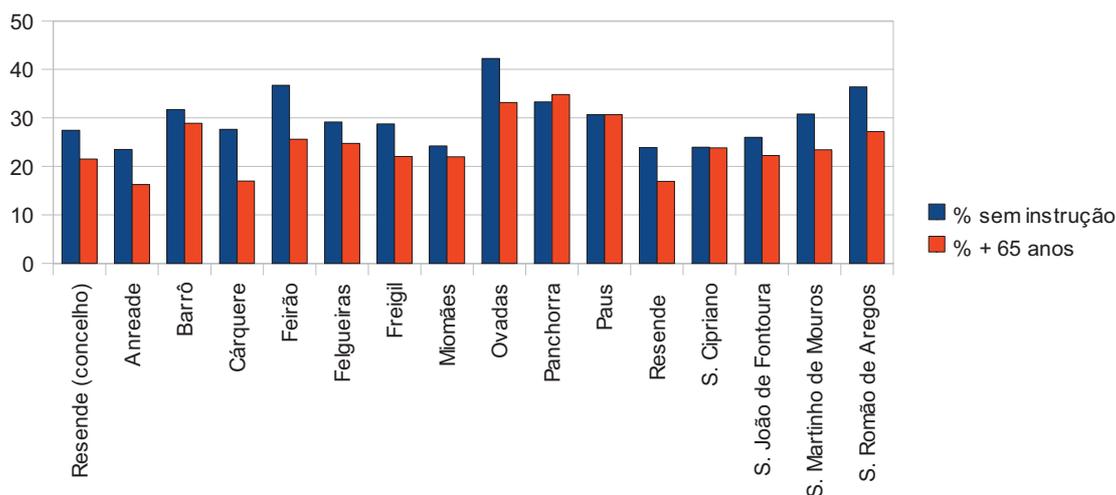
Vejamos a correlação existente entre escolarização e envelhecimento:

Resende: População residente por freguesia e população sem qualquer grau de instrução					
	Total residentes	Sem grau de instrução	% sem instruç + 65 anos	% + 65 anos	
Resende (concelho)	11364	3119	27,45	2447	21,53
Anreade	1114	262	23,52	181	16,25
Barrô	744	236	31,72	215	28,90
Cárquere	854	236	27,63	145	16,98
Feirão	117	43	36,75	30	25,64
Felgueiras	319	93	29,15	79	24,76
Freigil	431	124	28,77	95	22,04
Miomães	359	87	24,23	79	22,01
Ovadas	277	117	42,24	92	33,21
Panchorra	132	44	33,33	46	34,85
Paus	528	162	30,68	162	30,68
Resende	3166	757	23,91	535	16,90
S. Cipriano	771	185	23,99	184	23,87
S. João de Fontoura	700	182	26,00	156	22,29
S. Martinho de Mouros	1495	461	30,84	351	23,48
S. Romão de Aregos	357	130	36,41	97	27,17

(Fonte: CENSOS 2011)

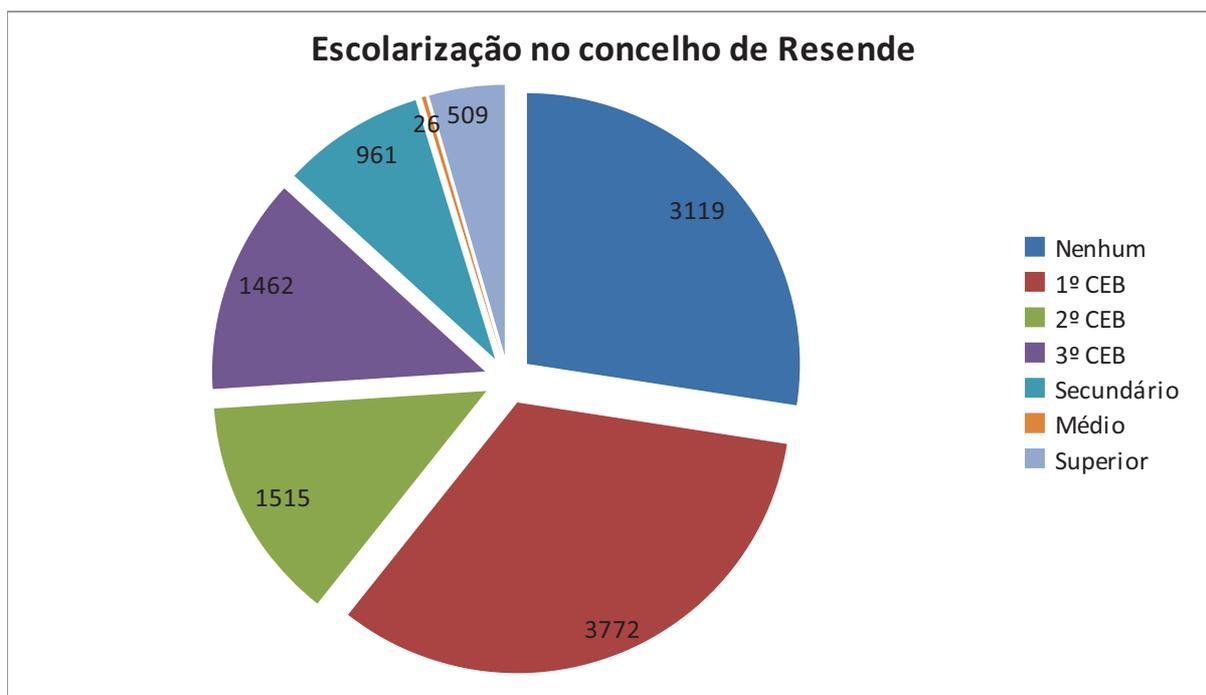
A análise deste quadro confirma a correlação entre população idosa e sem qualquer grau de instrução. Pode ainda ser observado o gráfico seguinte para se ter uma visão mais facilitada desta correlação:

Resende: % população sem grau de instrução vs % população com + 65 anos



(Fonte: CENSOS 2011)

Para termos uma visão mais global do que se passa ao nível da escolarização, podemos observar o gráfico seguinte:



(Fonte: CENSOS 2011)

Importa ainda descrever o que se verifica ao nível da Taxa de Analfabetismo. Nos CENSOS 2001, a Taxa de Analfabetismo, em Resende atingia os 21,18%, sendo que era a taxa mais elevada dos concelhos que integram a NUT III – Tâmega. Pelos CENSOS 2011, Resende, em consonância com o verificado nos restantes territórios, viu a sua Taxa de Analfabetismo descer, no concelho, para os 13,61%, deixando de ser o concelho com a taxa mais elevada da NUT III – Tâmega. A Taxa de Analfabetismo é definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considerou-se que essa idade correspondia aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

Analisemos, com maior detalhe, a Taxa de Analfabetismo, divulgada nos CENSOS 2011:

Local de residência	Tx de analfabetismo (%)		
	Período de referência dos dados		
	2011		
	Sexo		
	HM	H	M
	%	%	%
Portugal	5,23	3,52	6,77
Continente	5,20	3,43	6,80
Norte	5,01	3,24	6,62
Tâmega	6,23	4,45	7,91
Resende	13,61	10,56	16,46
Anreade	8,76	6,98	10,36
Barrô	17,82	12,46	22,93
Cárquere	14,57	12,95	16,07
Feirão	23,64	11,32	35,09
Felgueiras	13,94	13,64	14,19
Freigil	12,99	9,74	16,32
Miomães	8,33	5,13	11,31
Ovadas	22,83	11,97	32,12
Panchorra	13,22	5,17	20,63
Paus	20	18,83	21,09
Resende	9,70	7,36	11,90
São Cipriano	13	9,60	16,26
São João de Fontoura	18,21	13,50	22,55
São Martinho de Mouros	16,40	13,94	18,69
São Romão de Aregos	17,23	13,25	21,38

(Fonte: CENSOS 2011)

Apesar da diminuição da Taxa de Analfabetismo, Resende continua a apresentar uma percentagem mais elevada relativamente ao verificado em Portugal, no Norte e no Tâmega. Tal como já foi acima referido, existe uma clara correlação entre a população sem escolaridade e o envelhecimento da mesma, que explica esta situação.

Relativamente à análise por freguesias, temos as freguesias de Feirão, Ovadas e Paus como aqueles onde a Taxa de Analfabetismo é mais elevada.

Se fizermos uma análise em função do sexo, facilmente percebemos que a Taxa de Analfabetismo é mais elevada entre as mulheres do que entre os homens, existindo um diferencial de quase 6%. Esta tendência reflete-se também nos restantes territórios.

Importa também ao nível dos dados disponibilizados pelo INE, realizar mais algumas análises importantes e nas quais o concelho revela resultados francamente positivos relativamente aos restantes territórios e que são reflexo do investimento que tem vindo a ser realizado na área da educação. Note-se que para além da comparação entre territórios, é apresentada uma evolução ao longo dos três últimos anos letivos que se revela igualmente positiva.

Vejamos algumas Taxas Brutas de Escolarização. É de referir que estas taxas são entendidas como a proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino. Começemos por analisar a Taxa Bruta de Pré-Escolarização:

Localização geográfica	Tx bruta de pré-escolarização (%)		
	Período de referência dos dados		
	2010 / 2011	2009 / 2010	2008 / 2009
	%	%	%
Continente	87,2	84,7	83,2
Norte	90,1	87,3	83,9
Tâmega	84,9	80,9	77,4
Resende	97,4	90,6	87,5

(Fonte: CENSOS 2011)

Pela análise do quadro constatamos um aumento desta taxa ao longo dos anos e uma clara superioridade relativamente aos territórios em análise. Esta taxa de quase 100% resulta em larga escala da criação de novas infraestruturas, os Centros Escolares, que asseguram serviço de transporte e almoço a todas as crianças que deles necessitam, bem como prolongamento de horário. De realçar que a Taxa de Cobertura do Ensino Pré-Escolar, no ano letivo 2002/2003, era de apenas 64% (in Diagnóstico Social 2003).

Relativamente à Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Básico, observamos que apenas existem dados relativos ao ano letivo de 2007/2008:

Localização geográfica	Tx bruta de escolarização no básico (%)	
	Período de referência dos dados	
	2007 / 2008	
	%	
Continente	121,3	
Norte	118,8	
Tâmega	115,5	
Resende	136,3	

(Fonte: CENSOS 2011)

Também nesta taxa se verifica que Resende apresenta valores claramente superiores aos restantes territórios em análise.

Vejamos a Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Secundário:

Localização geográfica	Tx bruta de escolarização no ens. secundário		
	Período de referência dos dados		
	2010 / 2011	2009 / 2010	2008 / 2009
	%	%	%
Continente	136,3	148,4	149,2
Norte	131,7	141,6	140,5
Tâmega	96,3	110,7	102,7
Resende	116,3	100	93,6

(Fonte: CENSOS 2011)

Para este indicador já dispomos de dados comparativos entre 3 anos letivos, verificando-se que em Resende tem aumentado a taxa de escolarização no ensino secundário de forma gradual, ao longo dos 3 anos letivos de referência. Verifica-se que, em Portugal se verifica uma diminuição desta taxa

ao longo dos 3 anos e no Norte e no Tâmega, esta taxa sofre um decréscimo nos 2 últimos anos letivos de referência. Desta forma, podemos ressaltar que Resende se encontra em contra ciclo comparativamente aos restantes territórios, tendo já uma taxa de escolarização do ensino secundário superior à registada na região do Tâmega.

Observemos a Taxa de Transição/Conclusão de Ensino Secundário Regular. Esta taxa é calculada com referência aos alunos do ensino secundário regular que no final do ano letivo obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) em função dos alunos matriculados no ensino secundário regular, nesse ano letivo.

Localização geográfica	Tx de transição/conclusão no ens. sec. regular		
	Período de referência dos dados		
	2010 / 2011	2009 / 2010	2008 / 2009
	%	%	%
Portugal	79,2	80,7	80,9
Norte	82,1	83	83,3
Tâmega	82	83,7	84,5
Resende	83,5	86	85,1

(Fonte: CENSOS 2011)

Verificamos que, no concelho de Resende, se verificou um decréscimo desta taxa entre os anos letivos de 2009/2010 e 2010/2011, mas que entre os anos letivos anteriores se tinha verificado um aumento. O decréscimo entre os anos letivos referidos, verificou-se em todos territórios e poderá ser reflexo de fatores estruturais provavelmente associados à crise económica. Verifica-se que, nos 3 anos letivos de referência, Resende foi o território que com a taxa de transição/conclusão do ensino secundário regular mais elevada.

Por fim, vejamos a Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico Regular. Esta taxa é calculada com referência aos alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade em função dos alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano letivo.

Localização geográfica	Tx de retenção e desistência no ens básico regular		
	Período de referência dos dados		
	2010 / 2011	2009 / 2010	2008 / 2009
	%	%	%
Continente	7,3	7,6	7,6
Norte	6,1	6,2	6,4
Tâmega	6,7	5,9	6,4
Resende	6,5	3,6	7

(Fonte: CENSOS 2011)

Em Resende, destaca-se a diminuição entre os anos de 2008/2009 e 2009/2010 e o aumento entre os anos de 2010/2011 e 2009/2010. Esta oscilação foi semelhante na região do Tâmega. Se nos centrarmos no ano letivo de 2010/2011, verificamos que Resende apresenta uma taxa de retenção e desistência no ensino básico mais baixa do que a verificada em Portugal e na Região do Tâmega, sendo que apenas a região Norte apresenta situação mais favorável.

Para além desta visão mais global do território, importa analisar as condições da educação no concelho de Resende. Para tal, iremos analisar os dados relativos aos estabelecimentos de ensino, à tipologia de ensino existente, ao número e características dos alunos, ao número de professores e pessoal não docentes, às condições do parque escolar e a alguns projetos em curso nesta área. Deve destacar-se a transformação do parque escolar no concelho, com a construção de dois Centros Escolares que agregam jardins de infância e escolas EB1 que funcionavam desagregadas, em edifícios antigos e sem dignidade para as funções educativas e pedagógicas, sem espaços de lazer adequados e sem infraestruturas para a prática desportiva e aprendizagem das novas tecnologias. Existe um Centro Escolar que irá ser inaugurado em breve que irá agregar as escolas EB1 e jardins de infância ainda desagregados. Saliente-se ainda que a escola EB 2 recebeu obras de requalificação e que a Escola Secundária sofreu uma remodelação profunda. Todas estas obras de melhoramento

no parque escolar se converteram numa melhoria dos indicadores acima referidos.

Relativamente aos estabelecimentos de ensino, importa referir que no concelho existe o Agrupamento de Escolas D. Egas Moniz que engloba os jardins de infância e as escolas do 1º ciclo descentradas, dois Centros Escolares, a Escola EB2 e a Escola Secundária, num universo de 1573 alunos em 2011/2012. Este Agrupamento assegura respostas ao nível do ensino regular e do ensino profissional. Existe ainda o Externato D. Afonso Henriques com o oferta escolar ao nível do 3º ciclo e secundário, com 320 alunos em 2011/2012. Todos os dados que abaixo se apresentam foram fornecidos pelos estabelecimentos de ensino.

Os dados que iremos apresentar referem-se ao ano letivo 2011/2012 (período de recolha dos dados). Começamos pelo número de alunos que frequentam o Agrupamento de Escolas D. Egas Moniz, por grau de ensino e sexo:

Jardim de Infância

Jardins de Infância	Nº de alunos		
	M	F	Total
Centro Escolar de Resende	74	72	146
Centro Escolar de S. Martinho de Mouros	27	35	62
Jardim de Infância de Freijil	9	5	14
Jardim de Infância de S. Cipriano	12	5	17
Jardim de Infância de S. Romão	2	8	10
TOTAL	124	125	249

A estes jardins de infância, acresce o jardim de infância da Santa Casa da Misericórdia de Resende, que integra 42 crianças, tendo vaga para 50.

1º Ciclo

1º Ciclo	Nº de alunos											
	1º ano			2º ano			3º ano			4º ano		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Centro Escolar de Resende	32	32	64	27	40	67	42	21	63	32	32	64
Centro Escolar de S. Martinho de Mouros	17	13	30	12	12	24	14	11	25	15	14	29
EB 1 de Freigil	3	-	3	2	1	3	2	1	3	2	4	6
EB 1 de Granja de Ovadas	2	1	3	1	2	3	-	4	4	4	2	6
EB 1 de S. Cipriano	1	2	3	7	3	10	3	6	9	3	-	3
EB 1 de S. Romão	1	1	2	1	1	2	3	1	4	-	3	3
TOTAL	56	49	105	50	59	109	64	44	108	56	55	111

TOTAL DE ALUNOS NO 1º CICLO – 433

2º Ciclo

2º Ciclo	Nº de alunos		
	M	F	Total
5º ano*	74	81	158
6º ano	84	72	156
Total	161	153	314

*Inclui 2 alunos transferidos (1 – M e 1 – F)

3º Ciclo

Escola Secundária D. Egas Moniz		N.º Alunos		
		M	F	TOTAL
Regular	7º ano	70	33	103(2 turmas PCA)
	8º ano	51	49	100(2 turmas PIEF e PCA)
	9º ano	55	57	112 (1 turma PIEF)
TOTAL		176	139	315

PCA – Percurso Curricular Alternativo

PIEF – Percurso Integrado de Educação e Formação

Escola Secundária D. Egas Moniz (Cursos de Educação e Formação)			N.º Alunos		
			M	F	TOTAL
	1º	Práticas e Técnicas Comerciais (Tipo II)*	7	2	9
	1º	Serviço de Mesa (Tipo III)**	6	8	14
TOTAL			13	10	23

TIPO II* – Curso para alunos com o 6º ou 7º ano ou frequência do 8º ano. O curso tem uma duração de 2 anos.

TIPO III** – Curso para alunos com o frequência do 9º ano. O curso tem uma duração de 1 ano.

Secundário

Escola Secundária D. Egas Moniz (ensino regular)			N.º Alunos		
			M	F	TOTAL
	10º	Ciências e Tecnologia	18	11	29
	11º	Ciências e Tecnologia	15	12	27
	12º	Ciências e Tecnologia	18	18	36
TOTAL			51	41	92

Escola Secundária D. Egas Moniz (ensino profissional)		N.º Alunos		
		M	F	TOTAL
10º	Técnico de Animador Sócio Cultural	7	12	19
	Técnico de Secretariado	8	10	18
	Técnico de Construção Civil	15	2	17
11º	Técnico de Apoio Psicossocial	4	15	19
	Técnico de Turismo Ambiental e Rural	11	6	17
	Técnico de Termalismo	4	6	10
12º	Técnico de Informática de Gestão	12	1	13
	Técnico de Animador Sócio Cultural	5	15	20
	Técnico de Termalismo	7	7	14
TOTAL		73	74	147

Passemos agora ao número de alunos que frequentam o Externato D. Afonso Henriques, por grau de ensino e sexo:

3º Ciclo

Externato D. Afonso Henriques	N.º Alunos		
	M	F	TOTAL
7º ano	29	27	56
8º ano	27	26	53
9º ano	33	26	59
TOTAL	89	79	168

Secundário

Externato D. Afonso Henriques		N.º Alunos		
		M	F	TOTAL
10º	Ciências e Tecnologia	10	18	28
	Línguas e Humanidades	15	12	27
11º	Ciências e Tecnologia	11	19	30
	Línguas e Humanidades	10	6	16
12º	Ciências e Tecnologia	16	13	29
	Línguas e Humanidades	13	9	22
TOTAL		75	77	152

Relativamente ao abandono escolar, é de realçar mais uma vez, o grande esforço realizado pelos estabelecimentos de ensino do concelho e pela autarquia, através da requalificação do parque escolar e do acesso a várias atividades de complemento escolar, na diminuição desta situações. Em 2003 e, segundo um estudo do Ministério da Educação, a taxa de abandono escolar em Resende situava-se nos 9,3%, que correspondia à taxa mais elevada do país. A média nacional relativamente a esta taxa era de 2,7%. Vejamos a situação do concelho em 2010/2011. No Agrupamento de Escolas D. Egas Moniz apenas se registaram casos de abandono escolar a partir do 3º ciclo:

Escola Secundária D. Egas Moniz		N.º Alunos que abandonaram a escola		
		M	F	TOTAL
Regular	7º ano	5	3	8
	8º ano	1	2	3
	9º ano	1	-	1
TOTAL		7	5	12

Escola Secundária D. Egas Moniz (CEF)			N.º Alunos que abandonaram a escola		
			M	F	TOTAL
1	2	Jardins e Espaços Verdes – tipo 3	-	1	1
		Eletricidade de Instalações – tipo 2	1	-	1
		Pief de Geriatria	-	1	1
TOTAL			1	2	3

Escola Secundária D. Egas Moniz (regular)			N.º Alunos que abandonaram a escola		
			M	F	TOTAL
	11º	Ciências e Tecnologia	1	1	1
TOTAL			1	1	1

Escola Secundária D. Egas Moniz (profissionais)			N.º Alunos que abandonaram a escola		
			M	F	TOTAL
	11º	Técnico de Apoio Psicossocial	2	1	3
		Técnico de Turismo Ambiental e Rural	1	1	2
		Técnico de Termalismo	2	1	3
		Técnico de Informática de Gestão	1	-	1
TOTAL			6	3	9

Dos 25 alunos que abandonaram a escola, podemos dizer que 3 tinham 14 anos, 3 tinham 15 anos, 3 tinham 16 anos, 6 tinham 17 anos, 3 tinham 18 anos e que 7 tinham 19 anos ou mais. Estes

últimos não serão contabilizados no cálculo da taxa de abandono escolar. Assim, o Agrupamento de Escolas D. Egas Moniz apresenta uma Taxa de Abandono Escolar no 3º Ciclo de 4,41% e no Secundário de 3,87%. Em termos globais, este estabelecimento de ensino apresenta uma Taxa de Abandono Escolar de 1,14%.

Relativamente ao Externato D. Afonso Henriques, verifica-se que apenas abandonou a escola um aluno que frequentava o 12º ano e que tinha mais de 19 anos, pelo que não se regista abandono escolar neste estabelecimento de ensino.

Deve antever-se um aumento dos casos de abandono escolar nos próximos anos, em consequência da entrada em vigor da Lei nº 85/2009 que estabelece o novo regime de escolaridade obrigatória para crianças e jovens que se encontram em idade escolar. Passado o regime transitório, esta lei obriga a que todas as crianças e jovens permaneçam na escola entre os 6 e os 18 anos, ou até concluírem o 12º ano. Este novo regime da escolaridade obrigatória tem reflexos ao nível da saída antecipada e do abandono escolar, como se verificou no ano de 2012 no âmbito da intervenção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a analisar no capítulo sobre Ação Social.

Uma outra informação importante é aquela que concerne ao absentismo escolar. No Agrupamento de Escolas D. Egas Moniz, no ano letivo de 2011/2012 verifica-se que o maior nível de absentismo escolar se verifica relativamente a 25% das faltas. Verifica-se maior absentismo escolar junto dos alunos dos Cursos de Educação e Formação e nos Cursos Profissionais, nos quais 31 alunos têm 25% de faltas, 4 alunos têm 50% de faltas e 5 alunos têm 75% de faltas :

Ano de escolaridade	Número de alunos em absentismo		
	25% de faltas	50% de faltas	75% de faltas
1º Ano	0	0	0
2º Ano	0	1	0
3º Ano	1	0	0
4º Ano	1	1	0
5º Ano	1	0	0

6º Ano	0	0	1
7º Ano	1	0	0
8º Ano	1	0	2
9º Ano	1	2	3
10º Ano	8	2	0
11º Ano	9	0	0
12º Ano	10	0	0
Total	33	6	6

No Externato D. Afonso Henriques, não foram identificados quaisquer alunos com 25% ou mais de faltas.

No que concerne ao insucesso escolar, medido através do número de retenções, no ano letivo de 2011/2012, relativamente ao Agrupamento de Escolas D. Egas Moniz podemos observar o seguinte. Neste âmbito, o insucesso é maior no 7º e 12º anos do ensino regular e nos cursos profissionais de equivalência ao 12º ano:

Ano de escolaridade	Número de alunos				
	1 reten.	2 reten.	3 reten.	4 reten.	5 ou +
1º ano					
2º ano	3				
3º ano	3				
4º ano	7				
5º ano	8				
6º ano	5				
7º ano	15	1			
8º ano	7				
9º ano	7	2			
10º ano	4				
11º ano	1	2			
12º ano	29	3			
TOTAL	89	8			

Em relação ao mesmo indicador, mas no Externato D. Afonso Henriques, podemos observar o quadro seguinte:

Ano de escolaridade	Número de alunos				
	1 reten.	2 reten.	3 reten.	4 reten.	5 ou +
7º ano	1	1	-	-	-
8º ano	2	-	-	-	-
9º ano	3	2	-	-	-
10º ano	5	2	-	-	-
11º ano	6	1	-	-	-
12º ano	10	7	1	-	-
TOTAL	27	13	1	-	-

Importa ainda analisar os dados recolhidos quanto ao alunos abrangidos pelo Ensino Especial. No Agrupamento de Escolas D. Egas Moniz, existiam no ano letivo 2011/2012, 25 alunos com Necessidades Educativas Especias:

Do Jardim de Infância ao 2º ciclo		N.º Alunos com NEE		
		M	F	TOTAL
Jardim de Infância		1	1	2
1º ano		1	-	1
2º ano		2	1	3
2º ano		-	1	1
4º ano		-	2	2
5º ano		2	2	4
6º ano		4	2	6
TOTAL		10	9	19
Do 3º ciclo ao Secundário		N.º Alunos com NEE		
		M	F	TOTAL
7º ano		1	-	1
8º ano		3	-	3
9º ano		1	-	1
10º ano		1	-	1

Todas as tipologias de ensino	11º ano			
	12º ano			
TOTAL		6	-	6

No Externato D. Afonso Henriques a situação era a seguinte:

Externato D. Afonso Henriques	N.º Alunos com NEE		
	M	F	TOTAL
7º ano	1	1	2
8º ano	0	0	0
9º ano	1	0	1
10º ano	0	0	0
11º ano	0	0	0
12º ano	0	0	0
TOTAL	2	1	3

O Agrupamento de Escolas D. Egas Moniz tem ainda uma Unidade de Apoio Especializado à Multideficiência. Esta Unidade funciona com 2 professores a tempo parcial, para além de um terapeuta da fala, de um terapeuta ocupacional e um fisioterapeuta em colaboração com o Agrupamento de Escolas do Vale de Ovil em Baião, colocados nesta Unidade através da Direção Regional de Educação do Norte. Esta Unidade intervém junto de 5 alunos que estão simultaneamente integrados em turma. Destes alunos, 4 são do sexo feminino e 1 é do sexo masculino. Relativamente às idades, podemos dizer que há um aluno com 17 anos, 2 com 16 anos, um com 15 anos e outra com 12 anos. No que concerne aos graus de escolaridade em que se encontram matriculados, 4 frequentam o 7º ano e uma frequenta o 5º ano. Em relação às

problemáticas, existem 2 alunos com paralisia cerebral, 1 com autismo, 1 com síndrome alcoólico fetal associado a atraso mental e 1 com trissomia 21.

Uma outra informação relevante é a que concerne aos alunos subsidiados e sua distribuição em função dos escalões do abono de família. No Agrupamento de Escolas D. Egas Moniz, a situação está descrita no quadro que se segue:

Ano de escolaridade	Alunos subsidiados			
	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem candidatura
Jardim de Infância	88	49	14	96
1º Ano	38	25	7	
2º Ano	50	26	7	91 em todos os anos
3º Ano	46	30	6	
4º Ano	52	30	11	
5º Ano	88	29	0	37
6º Ano	81	37	0	39
7º Ano	71	19	0	13
8º Ano	75	17	0	11
9º Ano	96	24	0	17
10º Ano	43	23	0	23
11º Ano	31	25	0	17
12º Ano	47	11	0	22
Total	806	345	45	366

Relativamente ao Externato D. Afonso Henriques, podemos observar o seguinte quadro:

Ano de escolaridade	Alunos subsidiados			
	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem candidatura
7º Ano	20	10	11	15
8º Ano	16	14	1	22
9º Ano	17	15	2	25
10º Ano	19	15	4	18
11º Ano	14	12	2	18
12º Ano	21	10	1	20
Total	107	76	21	118

Verifica-se que, no Externato D. Afonso Henriques existem mais alunos sem escalão atribuído do que com o escalão A, contrariando a tendência verificada no Agrupamento de Escolas D. Egas Moniz, no qual existem 806 alunos que com escalão A, indiciando existência de maiores carências económicas.

Um outro indicador importante a considerar na análise da educação, no concelho de Resende, é a evolução do número de alunos ao longo dos anos. Assim, no Agrupamento de Escolas D. Egas Moniz, a evolução é a seguinte:

Nível de Ensino	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008	2008/ 2009	2009/ 2010	2010/ 2011
Jardim de Infância	270	265	224	242	238	241	264
1º ano	144	128	155	147	110	110	113
2º ano	166	171	160	172	144	115	106
3º ano	166	158	159	144	166	139	114
4º ano	158	165	158	154	148	161	144
5.º ano	182	167	171	157	164	148	160
6.º ano	164	173	157	162	153	170	160
7.º ano	159	149	175	100	112	109	101
8.º ano	109	112	91	180	143	118	139
9.º ano	110	99	117	96	110	95	100
10º ano	75	83	90	77	87	108	94
11º ano	69	55	53	62	62	71	94
12º ano	61	77	62	52	100	95	75
Total	1833	1802	1772	1745	1737	1894	1664

Relativamente ao Externato D. Afonso Henriques, podemos observar o seguinte quadro:

Nível de Ensino	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010
7.º ano	57	58	58	56	58	58
8.º ano	50	56	57	56	56	63
9.º ano	44	52	58	56	59	50
10.º ano	59	49	51	58	58	60
11.º ano	32	51	47	46	38	42
12.º ano	42	35	50	48	44	43
Total	284	301	321	320	313	316

Quanto ao pessoal docente e não docente, podemos observar os quadros seguintes referentes ao ano letivo 2011/2012. Assim, observemos o Agrupamento de Escolas D. Egas Moniz:

Profissionais	Número	
Professores com actividade de gestão escolar	5	
Professores com componente lectiva	Quadro de Agrupamento	86
	Quadro de Zona Pedagógica	8
	AEC's	12
Assistentes Operacionais	90	
Assistentes Técnicos	16	
Cozinheiras	8	
Psicólogos	1	
Assistentes Sociais	1	
Animadores Socioculturais	1	
Outros (quais Educadores do Miminho)	2	
Outros (quais?)		

De referir que, o Agrupamento de Escolas D. Egas Moniz é considerado, desde o ano letivo de 2009/2010, Território Educativo de Intervenção Prioritária (adiante designado por TEIP), tendo

neste âmbito a possibilidade de usufruir de um reforço técnico de um psicólogo, de uma assistente social e de uma animadora sociocultural. As problemáticas centrais que conferiram a atribuição de TEIP foram a baixa escolarização dos pais e o insucesso escolar.

No Externato D. Afonso Henriques a distribuição dos recursos humanos é a seguinte:

Profissionais		Número
Professores com actividade de gestão escolar		2
Professores com componente lectiva	Do quadro de escola	0
	Do quadro de zona pedagógica	0
	Outros	23 (Contratados)
Assistentes Operacionais		8
Assistentes Técnicos		2
Cozinheiras		3

Quanto à caracterização do parque escolar do concelho, o Agrupamento de Escolas D. Egas Moniz, possui 2 Centros Escolares, três jardins de infância descentrados, 4 escolas do 1º ciclo descentradas, uma escola EB 2 e uma Escola com 3º Ciclo e Secundária. De forma mais pormenorizada:

- As escolas e os jardins de infância descentrados, têm apenas em funcionamento as salas de aulas e as casas de banho. Têm um pequeno espaço exterior que funciona como recreio.
- Os dois Centros Escolares, a Escola EB2 e a Escola Secundária usufruem dos espaços indicados no quadro seguinte:

Escolas / Equipamentos	Centro Escolar de S. Martinho de Mouros	Centro Escolar de Resende	Escola EB2	Escola Secundária
Salas de aula	9 (3 do jardim de infância + 6 do 1º ciclo)	20	18	20 monoblocos (escola em fase de construção)
Sala de convívio	1	1	1	1
Sala atividades	4	1	1	1
Sala de Ed. Tecnológica	-	-	1	1
Sala de Ed. Visual	-	-	1	1



Sala de TIC	1	1	1	3
Sala de Música	1	-	-	1
Sala Multimédia	-	-	-	1
Laboratórios	-	-	1	4
Sala Professores	2 (jardim de infância + 1º ciclo)	2 (jardim de infância + 1º ciclo)	1	2 (pausa + trabalho)
Sala da Direção	1	1	1	4 (direção + diretor + sala de reuniões + presidente de conselho geral)
Sala do Pessoal não Docente	1	1	1	1
Sala de Apoios Educativos	1	1	1	4
Sala de Enc. Educação	1	1	1	2
Sala da Ass. De Estudantes	-	-	-	1
Sala dos diretores de turma	-	-	-	1
Gabinete de Psicologia	1	1	-	1
Gabinete de Serviço Social	-	-	-	1 (Gabinete de Apoio à Família)
Biblioteca	1	1	1	1 (com sala de apoio contígua, sala do professor bibliotecário e sala de leitura)
Ginásio/Pavilhão desportivo	1 (da freguesia)	Comum com a EB2	1	1
Refeitório	1	1	1	1
Bar	-	-	1	1
Reprografia	-	-	1	1
Sala de serviços administrativos	1	1	1	1

O Externato D. Afonso Henriques, por ser uma escola que tem apenas o 3º ciclo e secundária, funciona apenas com os seguintes espaços.

Nº /salas aula	Nº/salas professores	Nº/salas de Educação Tecnológica	Nº/ laboratórios	Cantina	Bar	Ginásio	Biblioteca	Convívio/ alunos
20	1	1	3	1	1	1	1	1

Deve ainda salientar-se que, as escolas do 1º ciclo do concelho usufruem de Atividades de Enriquecimento Escolar: Atividades Lúdico Expressivas, Inglês e Atividade Física e Desportiva. Estas atividades são opcionais, sendo que se encontram integrados um total de 419 alunos. Existe ainda, para os alunos do pré-escolar dos Centros Escolares de Resende e de S. Martinho de Mouros, prolongamento de horário, sendo que se encontram inscritos, respetivamente, 157 e 51 alunos, acompanhados por 17 e 4 técnicos, respetivamente. No que concerne ao serviço de refeições, existem 420 alunos do 1º ciclo e 248 alunos do pré-escolar a usufruírem deste serviço.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Desde 2003, data do último Diagnóstico Social, Resende sofreu grandes avanços em matéria de formação profissional. Diversas ações de formação profissional foram implementadas no concelho, tanto ao nível da certificação e validação de competências (estas da responsabilidade do Centro de Novas Oportunidades de Cinfães), dos Cursos de Educação e Formação de Adultos e de Jovens, das Formações Modulares, etc. Estes cursos foram implementados por instituições do concelho (Escola Secundária, AFOPADIS, RESDOURO e APROCED) e por outras de concelhos limítrofes (ÀGITO, TALENTUS OU COMPETIR). De realçar o papel importante do Centro de Formação de Vila Real no fomento da formação profissional no concelho.

No ano de 2009, com a abertura dos Gabinetes de Inserção Profissional (adiante designados por GIP) da Câmara Municipal e seguidamente do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS – Resende Mais Solidário), houve um aumento da procura de formação profissional. O CLDS através do Eixo 1 – Emprego, formação e qualificação, foi realizando várias ações de informação, técnicas

de procura de emprego, etc. direcionadas para desempregados e empresários. O GIP da Câmara Municipal atendeu entre 2009/2011 (período de referência dos dados) 1256 utentes, tendo conseguido responder a grande parte das solicitações. Neste período registou-se um acréscimo da resposta formativa: 5 cursos de educação e formação de adultos na AFOPADIS, 2 cursos de ladrilhagem promovidos pelo Centro de Formação Profissional de Vila Real que decorrem na freguesia de Cárquere, vários cursos profissionais na APROCED e na RESDOURO, etc. Neste mesmo período, registaram-se inúmeras inserções profissionais através de estágios profissionais, programas de inserção para desempregados, etc.

A partir de 2011, diminuíram as opções de formação profissional, o Centro de Novas Oportunidades foi extinto e os programas de inserção profissional diminuíram e/ou sofreram alterações na sua aplicabilidade. De realçar que estas informações devem ser consideradas em correlação com o capítulo referente ao Desemprego.

CAPÍTULO III - HABITAÇÃO

O problema da habitação assume-se como um dos mais importantes pelo reflexo que tem na qualidade de vida das populações, tanto pela precariedade dos espaços físicos como pelos problemas sociais que suscita. Esta situação é válida tanto ao nível nacional como ao nível local. A habitação está consagrada na Constituição da República Portuguesa como um direito que assiste a todos, sendo entendida como uma necessidade básica a satisfazer. Sendo a habitação um requisito primário da condição humana, as condições de habitabilidade podem ser um mecanismo gerador de situações de pobreza e de maior vulnerabilidade à exclusão social, podendo assim contribuir para desajustamentos familiares e sociais.

No âmbito deste capítulo, iremos realizar uma análise dos principais indicadores divulgados nos CENSOS 2011. bem como uma análise das informações recolhidas junto da Divisão de Serviços Urbanos e Promoção Económica e em concreto junto da Secção de Águas e Saneamento da Câmara Municipal relativos à cobertura existente no concelho. Por outro lado, recolhemos dados importantes junto de alguns informadores privilegiados nas instituições que fazem a gestão das habitações de cariz social existentes no concelho. Realizamos ainda uma análise dos dados que a Câmara Municipal possui em relação aos pedidos do Fundo de Solidariedade Social, relacionados com as carências habitacionais e ao Projeto SOLARH.

Começamos por analisar a evolução do número de alojamentos e edifícios, segundo os dados dos CENSOS 2011.

Assim, por **alojamento**, entende-se o local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência.

De acordo com os resultados dos Censos 2011, o parque habitacional continuou a crescer na última década. Em Portugal, verificou-se um acréscimo de cerca de 823.834 alojamentos em 2011. A

evolução quantitativa do parque habitacional do País revela um crescimento positivo entre 2001 – 2011, estando-lhe associada uma taxa de variação dos alojamentos na ordem dos 16% e uma taxa de variação dos edifícios na ordem dos 12%. Em termos geográficos, a Região do Tâmega e Sousa registou uma taxa de variação do n.º de alojamentos igual à taxa de variação do País (16%), e muito próxima da taxa de variação da região Norte (15%). Nos Censos 2011, o número de alojamentos nesta região é de 229.706. Face aos últimos 10 anos, este indicador aumentou 16%, o que significa que há mais 31.493 alojamentos do que em 2001. Os concelhos de Baião, Resende e Celorico de Basto (7%, 8% e 9%, respetivamente), observaram os menores acréscimos de alojamentos.

Observe-se o quadro que se segue:

Localização geográfica	Alojamentos (N.º) por Localização geográfica; Decenal		
	Período de referência dos dados		
	2011	2001	Taxa de Variação 2001-2011
	N.º	N.º	%
Portugal	5878756	5054922	16%
Norte	1850890	1613781	15%
Tâmega e Sousa	229706	198213	16%
Amarante	28267	25599	10%
Baião	11615	10842	7%
Castelo de Paiva	7431	6210	20%
Celorico de Basto	10633	9697	9%
Cinfães	11616	10570	10%
Felgueiras	24309	20962	16%
Lousada	18667	15304	22%
Marco de Canaveses	24126	20346	18%
Paços de Ferreira	21239	17512	21%
Paredes	34291	28291	21%
Penafiel	30078	25996	16%
Resende	7434	6884	8%

(Fonte: CENSOS 2011)

Relativamente aos alojamentos existentes em 2001 e 2011 nas freguesias do concelho de Resende, podemos observar o quadro que se segue:

Localização geográfica	Nº de Alojamentos	
	2011	2001
	N.º	N.º
Tâmega	248504	214944
Resende	7434	6884
Anreade	712	571
Barrô	562	692
Cárquere	483	521
Feirão	127	104
Felgueiras	218	204
Freigil	296	255
Miomães	268	249
Ovadas	265	270
Panchorra	185	146
Paus	475	471
Resende	1699	1279
São Cipriano	418	301
São João de Fontoura	430	408
São Martinho de Mouros	1023	1172
São Romão de Aregos	273	241

(Fonte: CENSOS 2011)

Verifica-se que apenas nas freguesias de Barrô, Cárquere, Ovadas e S. Martinho se registou uma variação negativa entre os anos de 2001 e 2011.

Por **edifício**, entende-se a construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins. Em Portugal, verificou-se um acréscimo de cerca de 384 346 edifícios em 2011, relativamente ao recenseamento de 2001, relacionado com a dinâmica de construção das últimas décadas. Em termos regionais, o Tâmega e Sousa apresenta uma taxa de variação do n.º de edifícios, 2001-2011 de 15%. Manifesta, na última década, uma maior evolução em termos da construção de edifícios, em comparação com a região Norte (10%) e até mesmo em relação ao País (12%). Em termos de diferenciação geográfica por concelhos, o concelho de Castelo de Paiva registou o maior crescimento de edifícios, cerca de 22%, seguido do concelho de Lousada com 21% e do concelho de Marco de Canaveses, com 20%, por oposição dos concelhos de Celorico

de Basto e de Resende, que observaram os menores acréscimos, cerca de 9% e 6%, respetivamente.

Localização geográfica	Edifícios (N.º) por Localização geográfica; Decenal		
	Período de referência dos dados		
	2011	2001	Taxa de Variação 2001-2011
	N.º	N.º	%
Portugal	3544389	3160043	12%
Norte	1209911	1100329	10%
Tâmega e Sousa	180767	157767	15%
Amarante	22889	20353	12%
Baião	10548	10169	4%
Castelo de Paiva	6567	5394	22%
Celorico de Basto	9972	9104	9%
Cinfães	10854	9864	10%
Felgueiras	17929	15490	16%
Lousada	14384	11873	21%
Marco de Canaveses	18915	15763	20%
Paços de Ferreira	14912	12848	16%
Paredes	23565	20329	16%
Penafiel	23346	20073	16%
Resende	6886	6507	6%

(Fonte: CENSOS 2011)

Importa ainda analisar a distribuição dos edifícios segundo a época de construção:

Localização geográfica (à data dos Censos 2011)	Nº de Edifícios por Localização geográfica e Época de construção					
	Período de referência dos dados					
	2011					
	Época de construção					
	Total	Antes de 1919	1919 - 1945	1946 - 1970	1971 - 1990	1991 - 2011
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Resende	6886	616	662	1199	2272	2137
Anreade	647	102	39	72	175	259
Barrô	560	46	44	103	191	176
Cárquere	462	20	34	68	145	195
Feirão	124	0	1	64	33	26
Felgueiras	216	27	48	65	34	42
Freigil	289	57	58	32	63	79
Miomães	255	76	25	40	51	63
Ovadas	264	64	74	17	48	61
Panchorra	184	43	22	20	64	35
Paus	468	30	24	50	178	186
Resende	1311	43	59	119	600	490
São Cipriano	418	0	26	111	123	158
São João de Fontoura	429	34	75	119	93	108
São Martinho de Mouros	988	11	64	274	429	210
São Romão de Aregos	271	63	69	45	45	49

(Fonte: CENSOS 2011)

Pode-se facilmente concluir que, apesar de se ter verificado um aumento muito significativo na construção de edificações nos últimos 30 anos e em particular nos últimos 10 anos (31% dos edifícios foram construídos na última década), o concelho continua a apresentar um parque habitacional antigo (18,5% dos edifícios foram construídos antes de 1945).

Através da análise de outros indicadores disponíveis nos CENSOS 2011, podemos concluir que, para além da antiguidade dos edifícios, também se regista uma degradação ao nível dos mesmos. Assim, pode-se analisar o seguinte quadro:

	Antes de 1919	1919 1945	1946 1960	1961 1970	1971 1980	1981 1990	1991 1995	1996 2000	2001 2005	2006 2011	TOTAL
Resende	616	662	576	623	993	1279	697	598	548	294	6886
Sem necessidade de reparação	198	277	243	309	582	924	593	518	520	277	4441
Com necessidade de reparação	386	375	320	310	404	353	103	80	28	17	2376
Muito degradado	32	10	13	4	7	2	1	0	0	0	69

(Fonte: CENSOS 2011)

Pode-se concluir que, do total de edifícios existentes no concelho, 64,4% não necessitam de reparações e 34,5% necessitam das mesmas, sendo que 1% são considerados muito degradados. A situação de degradação dos edifícios melhorou comparativamente ao verificado em 2001, sendo que pelos CENSOS 2001, existiam 4,5% de edifícios muito degradados, em 49,3% dos casos verificava-se a necessidade de reparação e apenas 46,2% dos edifícios não careciam de reparações.

Analisando a percentagem de edifícios muito degradados por freguesia, temos a seguinte distribuição:

Localização geográfica (à data dos Censos 2011)	% de edifícios muito degradados	
	2011	
	%	
Resende	1	
Anreade	0,15	
Barrô	0,89	
Cárquere	0	
Feirão	0	
Felgueiras	2,78	
Freigil	3,11	
Miomães	3,14	
Ovadas	0	
Panchorra	0	
Paus	1,71	
Resende	1,53	
São Cipriano	0	
São João de Fontoura	0,70	
São Martinho de Mouros	0,91	
São Romão de Aregos	0	

(Fonte: CENSOS 2011)

Verificamos que a freguesia com maior percentagem de edifícios degradados é Miomães, seguida de Freigil e de Felgueiras. Curiosamente as freguesias serranas de Ovadas, Panchorra e Feirão, conjuntamente com as freguesias de Cárquere, S. Cipriano e S. Romão, apresentam uma percentagem de zero. Poderá ter havido algum erro no procedimento censitário, pois os técnicos que conhecem a realidade destas freguesias facilmente identificam edifícios muito degradados.

Relativamente à percentagem de edifícios com necessidades de reparação:

Localização geográfica (à data dos Censos 2011)	% de edifícios com necessidade de reparação	
	2011	
	%	
Resende	35,51	
Anreade	33,54	
Barrô	28,04	
Cárquere	33,33	
Feirão	21,77	
Felgueiras	69,44	
Freigil	34,95	
Miomães	84,71	
Ovadas	28,41	
Panchorra	11,96	
Paus	34,62	
Resende	37,07	
São Cipriano	29,19	
São João de Fontoura	22,38	
São Martinho de Mouros	42,61	
São Romão de Aregos	14,39	

(Fonte: CENSOS 2011)

Percebemos que as freguesias que têm maior percentagem de edifícios com necessidades de reparação são Miomães e Felgueiras.

A habitação no concelho de Resende pauta-se, assim, por problemas estruturais que decorrem, essencialmente da antiguidade e degradação dos edifícios. Existe uma franja da população que habita em casa de caseiro, isto é, os proprietários de quintas e terras cedem as casas que têm para que as famílias possam lá residir em troca do trabalho agrícola. Estas casas são, na sua maioria, habitações degradadas, sem as condições básicas de habitabilidade e, em alguns casos, de dignidade humana para quem lá vive.

Atendamos às infraestruturas existentes nos alojamentos:

	Total de alojamentos de residência habitual	Infraestruturas básicas		
		Com água canalizada	Com sistema de drenagem de águas residuais	Com instalação de banho ou duche
Anreade	384	379 (92%)	381 (99%)	365 (95%)
Barrô	290	275 (95%)	276 (95%)	260 (90%)
Cárquere	292	270 (92%)	272 (93%)	254 (87%)
Feirão	37	35 (94%)	35 (94%)	34 (92%)
Felgueiras	107	101 (94%)	103 (96%)	96 (90%)
Freigil	159	146 (92%)	148 (93%)	138 (87%)
Miomães	128	120 (94%)	123 (96%)	112 (87%)
Ovadas	117	94 (80%)	97 (83%)	90 (77%)
Panchorra	55	50 (90%)	52 (94%)	49 (89%)
Paus	209	203 (97%)	203 (97%)	193 (92%)
Resende	1047	1036 (99%)	1040 (99%)	1011 (96%)
S. Cipriano	281	257 (91%)	260 (92%)	233 (83%)
S. João	254	242 (95%)	244 (96%)	225 (88%)
S. Martinho	571	558 (98%)	560 (98%)	534 (93%)
S. Romão	131	115 (88%)	121 (92%)	110 (84%)
Concelho	4062	3881 (95%)	3915 (96%)	3704 (91%)

(Fonte: Resultados provisórios dos CENSOS 2011)

Quem conhece a realidade habitacional do concelho percebe que a situação não é tão favorável quanto estes resultados apresentam. Apesar de ser ter investido muito no acesso das populações às infraestruturas básicas, ainda não conseguimos resultados tão positivos quanto os descritos nos resultados provisórios dos CENSOS 2011.

Assim, e de acordo com o Setor da Águas e Saneamento da Câmara Municipal de Resende, podemos observar o quadro seguinte:

	População Residente	Abastecimento de Água	Saneamento Básico
Anreade	1114	1035 habitantes serviços (93%)	857 habitantes serviços (77%)
Barrô	744	578 habitantes servidos (76%)	480 habitantes servidos (65%)
Cárquere	854	721 habitantes servidos (84%)	678 habitantes servidos (79%)
Feirão	117	96% dos habitantes servidos	96% dos habitantes servidos
Felgueiras	319	235 habitantes servidos (74%)	235 habitantes servidos (74%)

Freigil	431	314 habitantes servidos (73%)	271 habitantes servidos (63%)
Miomães	359	352 habitantes servidos (98%)	341 habitantes servidos (95%)
Ovadas	277	0% (não tem rede em nenhum lugar da freguesia)	0% (não tem rede em nenhum lugar da freguesia)
Panchorra	132	65% dos habitantes servidos	65% dos habitantes servidos
Paus	528	211 habitantes servidos (40%)	158 habitantes servidos (30%)
Resende	3166	3046 habitantes servidos (96%)	2983 habitantes servidos (94%)
S. Cipriano	771	401 habitantes servidos (52%)	401 habitantes servidos (52%)
S. João de Fontoura	700	462 habitantes servidos (66%)	98 habitantes servidos (14%)
S. Martinho de Mouros	1495	1256 habitantes servidos (84%)	1151 habitantes servidos (77%)
S. Romão de Arêgos	375	212 habitantes servidos (57%)	153 habitantes servidos(40%)
Resende (concelho)	11364	9063 habitantes servidos (80%)	8048 habitantes servidos (71%)

Deve entender-se a discrepância entre os dados do CENSOS 2011 e os recolhidos junto do Setor das Águas e Saneamento do Município pelo facto de os dados do Município se limitarem apenas às redes públicas de abastecimento de água e saneamento. Sabemos, que a maioria dos habitantes que não estão servidos pela rede pública, têm abastecimento de água privada, através de furos ou nascentes e fossas.

Em Maio de 2002, a taxa de cobertura da rede pública de abastecimento de água e saneamento apresentava valores muito baixos em todo o Concelho. Assim, existiam à data apenas 17% dos lugares servidos pela rede de esgotos e 30% servidos pela rede de abastecimento de água. Em algumas freguesias a situação era mais alarmante, nas quais não existia qualquer uma destas infraestruturas, havendo apenas projetos em fase de elaboração, são elas: Freigil, Ovadas, Paus, S. Cipriano, S. Romão.

Constatando este cenário de precariedade habitacional, a Câmara Municipal assumiu ao longo dos anos, como uma das suas prioridades o alargamento das redes de esgotos e abastecimento de água. Apesar do esforço efetuado, no alargamento da cobertura das redes públicas, verifica-se que há situações em que existe acesso ao serviço, mas não adesão ao mesmo. Assim, e segundo informações do Setor das Águas e Saneamento, no que concerne à rede pública de abastecimento de água, verifica-se o seguinte:

- Acessibilidade física ao serviço – 77%
- Adesão ao serviço – 64,11%
- Qualidade da água – 98,39%

Relativamente à rede pública de saneamento, verifica-se o seguinte:

- Acessibilidade física ao serviço – 65%
- Adesão ao serviço 48,9%

Uma outra informação importante, obtida junto do mesmo setor do Município, é a que diz respeito aos alojamentos do concelho servidos pela recolha de resíduos sólidos urbanos. Assim, dos 7434 alojamentos existentes, 6614 estão servidos pela recolha de resíduos sólidos urbanos, entendendo-se a acessibilidade física ao serviço como sendo de 96%. Mais se percebeu, que existem 38 ecopontos no concelho e que estão distribuídos por todas as freguesias.

A degradação do parque habitacional em virtude do seu envelhecimento e da sua deficiente conservação evidencia-se como um fator negativo quer do ponto de vista social quer do ponto de vista económico. Por outro lado, a deterioração dos edifícios diminui as condições de habitabilidade, acarretando ainda a redução do valor patrimonial individual e comum. À luz destes pressupostos e na tentativa de proporcionar às pessoas condições condignas de habitabilidade o Município de Resende atua, como promotor ou como intermediário na apresentação de candidaturas, no âmbito de três programas habitacionais: Fundo de Solidariedade Social; Programa SOLARH, Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI) e Arrendamento Jovem – Porta 65.

O Fundo de Solidariedade Social (adiante designado por FSS) tem por objeto contribuir para a erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e a promoção do desenvolvimento social do Concelho. Este Programa apoia indivíduos ou famílias carenciadas que vivem em condições de habitabilidade mínimas, tendo por finalidade a comparticipação em pequenas obras necessárias para melhorar o conforto habitacional do respetivo agregado, no montante total de 1500 €. O Fundo de

Solidariedade pretende apoiar outras situações de vulnerabilidade económica. Assim, no ano de 2012, e segundo informações do Setor da Solidariedade Social do Município, deram entrada 107 pedidos ao FSS, sendo deferidos 13 pedidos de comparticipação para obras na habitação, sendo atribuídos neste domínio 17 832,61€, e 3 pedidos de instalação de água no domicílio, sendo atribuídos neste domínio 1 207,27€. Os restantes pedidos ao FSS serão analisados no capítulo referente à ação social.

O Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação (SOLARH) tem por objetivo a concessão de um apoio financeiro especial, sob a forma de empréstimo sem pagamento de juros, a agregados familiares de fracos recursos económicos, de modo a permitir-lhes a realização de obras nas habitações de que são proprietários e que constituem a sua residência permanente. Em 2011, não houve qualquer candidatura a este programa

O Programa Arrendamento Jovem – Porta 65 é um sistema de apoio financeiro ao arrendamento por jovens, podendo usufruir deste apoio até 36 meses consecutivos ou interpolados. Apoia o arrendamento da habitação para residência permanente, atribuindo uma percentagem do valor da renda como subvenção mensal, sendo beneficiadas as candidaturas que incluem menores e pessoas com deficiência e que se encontrem em localizações especiais. No ano de 2011, e segundo dados fornecidos pelo IRHU, foram aprovadas 3 candidaturas.

O Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI) visa melhorar as condições básicas de habitabilidade e a mobilidade das pessoas idosas que beneficiem do serviço de apoio domiciliário, de modo a prevenir e a evitar a institucionalização. É um programa financiado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que pode apoiar no mínimo cinco habitações por município. Em Resende foram apresentadas 9 candidaturas a este programa.

Em Resende, não existe habitação social, por opção da autarquia, mas existem alguns alojamentos que são habitados por famílias mais carenciadas, sem quaisquer custos. Uma outra fonte de informação, relativamente à questão da habitação é aquela que provém das instituições que realizam a gestão de alguns alojamentos de carácter social, tais como a Conferência S. Vicente de Paulo e a

Fábrica da Igreja de S. Martinho de Mouros. Assim, a Conferência S. Vicente de Paulo, gere dois edifícios na freguesia de Resende, um no lugar de Monte Maninho, outro no lugar de Rendufe. Ambos os edifícios foram construídos antes de 1970 e foram sofrendo algumas obras de beneficiação com o apoio da autarquia. O edifício de Rendufe, tem 4 frações, três são tipologia T2 e uma de tipologia T0. As habitações de tipologia T2 estão todas ocupadas, por famílias monoparentais femininas com filhos em idade escolar. A habitação de tipologia T0 está vaga, mas em mau estado de conservação. O edifício de Monte Maninho tem 3 frações, sendo que duas são de tipologia T2 e uma é de tipologia T1, estando todas ocupadas. A habitação de tipologia T1 é ocupada por uma jovem e as habitações de tipologia T2 são ocupadas por um casal com filhos em idade escolar e por um casal sem filhos. A Fábrica da Igreja de S. Martinho de Mouros gere um edifício de 1963 com 4 frações, de tipologia T3, sendo que se encontram todas ocupadas, duas por casais com filhos em idade escolar, outra por um idoso e outra por duas irmãs que vivem em autonomia de vida.

Em termos gerais, estas é a situação habitacional que caracteriza o nosso território. Apesar de os problemas habitacionais existentes no concelho, não terem sido identificados como uma prioridade de intervenção neste Diagnóstico Social, é importante não esquecer as implicações sociais que a precariedade habitacional tem na vida das populações.

CAPÍTULO IV - SAÚDE

O nível de desenvolvimento socioeconómico relaciona-se intimamente com as condições de saúde de uma população, que por seu lado, dependem da quantidade, qualidade e eficiência dos serviços de saúde, bem como da sua acessibilidade e humanização.

No concelho de Resende existem atualmente as seguintes estruturas de saúde, dependentes do Ministério da Saúde: o Centro de Saúde de Resende e duas Extensões de Saúde localizadas em S. Cipriano e em S. Martinho de Mouros onde são prestados os cuidados de saúde primários. É garantido o funcionamento do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) durante 24 horas, no Centro de Saúde de Resende.

Para além das estruturas dependentes do Ministério da Saúde, o concelho é ainda servido pelo Hospital da Misericórdia que funciona, apenas no sistema privado, o que não se traduz numa solução para a população, principalmente para a mais carenciada que não possui recursos económicos para recorrer a esta resposta. Ainda no que concerne ao setor privado, existem vários consultórios médicos e clínicas, para além de laboratórios de análises clínicas.

Desde 2003, a principal alteração verificada ao nível da saúde, em Resende, foi a construção de um Centro de Saúde novo e moderno. No entanto, esta melhoria nas condições físicas no tratamento da doença e promoção da saúde não se traduziu numa melhoria dos restantes indicadores.

Para analisar esta dimensão da realidade social do concelho, recorreu-se a três formas de recolha de informação:

- Ao nível nacional, realizou-se uma análise dos principais indicadores nos CENSOS 2011 e do Anuário Estatístico 2011;
- Ao nível regional, analisou-se o Plano de Desempenho do Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega 1 – Baixo Tâmega e o Diagnóstico Analítico das Dependências de Armamar,

Lamego e Resende, elaborado pelo Centro de Respostas Integradas de Vila Real em colaboração com os técnicos das Redes Social destes concelhos;

- Ao nível local, recolheram-se informações junto do Centro de Saúde de Resende e do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Resende, através da aplicação de questionários. Cruzaram-se ainda algumas informações entre os serviços de saúde e os Programas de Inserção no âmbito do Rendimento Social de Inserção, ao nível do alcoolismo.

Começamos por analisar algumas informações gerais, referentes ao ano de 2011, disponibilizadas pelo Centro de Saúde de Resende, pela Entidade Reguladora da Saúde e pelo Anuário Estatístico:

		2011
Nº de Hospitais		0
Nº de Centros de Saúde		1
Nº de Extensões de Saúde		2 S. Cipriano S. Martinho
Nº de Pessoal ao Serviço no Centro de Saúde	Médicos	5*
	Enfermeiros	8*
	Auxiliares da Ação Médica	7
	Administrativos	10
	Técnico de Saúde Ambiental	1
TOTAL		31
Outras Infraestruturas de Saúde	Farmácias	4
	Farmacêuticos	7
	Profissionais de farmácia	6
	Laboratórios de Análises Clínicas	6
	Policlínicas	2
	Clínicas Dentárias	4
	Consultórios de Clínica Geral	3
	Gabinetes de Psicologia	1
	Termas	1
Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração	1	

* Em 2000, o Centro de Saúde contava com 8 médicos e 11 enfermeiros, tendo-se registado uma diminuição de pessoal clínico.

Relativamente aos Indicadores de Saúde e comparativamente com os valores nacionais, do Norte e do NUT III Tâmega, apresenta-se o seguinte quadro:

	Taxa de Mortalidade Infantil (2007/2011)	Taxa de Mortalidade Neonatal (2007/2011)	Taxa de Mortalidade por tumores malignos	Nº de Médicos por 1000 habitantes	Nº de Enfermeiros por 1000 habitantes	Nº de Farmácias por 1000 habitantes	Nº de Consultas por habitante
Portugal	3,2 ‰	2,1 ‰	2,4 ‰	4,1	6,1	2,5	4,1
Norte	2,9 ‰	1,9 ‰	2,2 ‰	3,9	6,1	2,1	3,9
Tâmega	3,3‰	2,3‰	1,7‰	2	3,7	1,7	2,8
Resende	4,1‰	2,1‰	2,4‰	0,7	2,9	3,2	2,1

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte – 2011, INE)

Realizando uma breve análise deste indicadores, conclui-se que:

- A Taxa Quinquenal de Mortalidade Infantil, no concelho de Resende, apresenta os valores mais elevados por comparação aos restantes territórios de referência. A Taxa Quinquenal de Mortalidade Neonatal verificada em Resende, apresenta valores semelhantes aos restantes territórios;
- A Taxa de Mortalidade por tumores malignos ultrapassa a verificada na região Norte e do Tâmega, equiparando-se à verificada em Portugal;
- Uma outra preocupação reside no número de médicos por 1000 habitantes, que no concelho assume o valor mais baixo, comparativamente com os outros territórios de referência. Este reduzido número de médicos tem as suas consequências mais diretas na qualidade dos serviços de saúde prestados, bem como no grau de satisfação dos utentes. Este facto pode ser explicado, mais uma vez, pela interioridade do concelho. O número de enfermeiros por 1000 habitantes é também menor do que o verificado nos restantes territórios;
- O número de farmácias por 1000 habitantes é claramente satisfatório, superando todos os territórios de referência, sendo o mais elevado dentro do NUT III;
- O número de consultas por habitante apresenta-se mais baixo que os valores nacionais, da região Norte e da NUT III.

Analisemos agora os dados facultados pelo Centro de Saúde de Resende. Assim, no que concerne ao número de utentes inscritos, por sexo, temos a seguinte distribuição:

	M	F	Total
Centro de Saúde de Resende	3655	3763	7418
Extensão de Saúde de S. Cipriano	700	710	1410
Extensão de Saúde de S. Martinho de Mouros	1730	1724	3454
TOTAL	6085	6197	12282

O número total de inscritos em médico de família é, tal como já se constatou, de 12282, o que numa população residente de 11364 habitantes, significa que os ficheiros clínicos do Centro de Saúde não estão atualizados e que existem alguns utentes inscritos no Centro de Saúde de Resende oriundos de localidades limítrofes (como é o caso de Santa Marinha, Baião ou Frende, Mesão Frio). O Centro de Saúde de Resende realiza no Serviço de Atendimento Permanente cerca de 1848 consultas por mês

No Plano de Desempenho do ACES do Baixo Tâmega de 2011, cujos dados são referentes a 2010, regista-se que:

	Número de utentes com médico de família	Número de doentes sem médico de família	TOTAL	Número de horas médicas*
Centro de Saúde de Resende	4939	2745	7679	30h
Extensão de S. Cipriano	1352		1352	
Extensão de S. Martinho	3551		3551	
TOTAL	9842 (78,19%)	2745 (21,81%)	12587	

* O número de horas médicas diz respeito ao serviço de atendimento médico realizado aos utentes sem médico de família efetuado por empresas de serviço médico ou por médicos de família em horas extraordinárias

Verificava-se que, em 2010, 21,81% do total de utentes inscritos no Centro de Saúde e Extensões se encontravam sem médico de família, sendo de realçar que nas Extensões de Saúde todos os inscritos tinham médico de família. A percentagem de consultas efetuadas pelo médico de família, foi de 45,01% no Centro de Saúde de Resende, de 99,97% na Extensão de Saúde de S. Cipriano e de 97,6% na Extensão de Saúde de S. Martinho. Devemos realçar que a existência de doentes sem médico de família, conduz a aumentos no número de consultas realizadas no Serviço de Atendimento Permanente.

Uma vez que os serviços médicos no Centro de Saúde de Resende são garantidos por médicos de família, sempre que os utentes/doentes carecem de cuidados diferenciados são encaminhados para Hospitais Centrais de referência, com destaque para o Hospital Geral de Santo António, no Porto e para o Centro Hospitalar do Vale do Sousa em Penafiel e Amarante. Os recentes cortes financeiros ao nível dos transportes de doentes não urgentes dificulta em larga escala o acesso aos serviços de saúde por parte da população mais carenciada, idosa e isolada.

Uma informação importante que se conseguiu recolher junto do Centro de Saúde foi a percentagem de utentes com o Plano Nacional de Vacinação atualizado:

- Até aos 2 anos: 98.9%
- Até aos 7 anos: 100%
- Até aos 13 anos: 99.3%

A percentagem de primeiras consultas realizadas até aos 28 dias de vida é de 86%. A percentagem de primeiras consultas de gravidez no 1º trimestre é de 78.7%. Estes valores indicam uma intervenção adequada ao nível da saúde materno-infantil.

Merece também referência o facto do Centro de Saúde de Resende contar, desde 2010, com uma valência especial, denominada de “CAPPA – Consulta de Alcoologia Para Promover a Autonomia”, onde se efetua o acompanhamento psicossocial e encaminhamento médico de pessoas com problemas de alcoolismo. Este projeto CAPPA resultou de uma necessidade sentida no concelho e que advém do elevado número de doentes referenciados como tendo problemas ligados ao álcool.

Inicialmente, este projeto, assentou numa parceria entre CLDS – Resende Mais Solidário, Centro de Saúde, Serviço Local de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia, Câmara Municipal e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, sendo que algumas entidades eram apenas sinalizadoras e outras (como a Câmara Municipal, o CLDS e a Santa Casa da Misericórdia) cediam pessoal técnico superior e com formação adequada para realizar intervenção junto destes doentes. Mesmo após o término do CLDS, este projeto manteve-se com a cedência de duas psicólogas, uma da Câmara Municipal e outra da Santa Casa da Misericórdia.

Segundo o Centro de Saúde de Resende, em 2001, foram identificados no concelho 140 doentes alcoólicos, dos quais 109 eram do sexo masculino (cerca de 78%) e 31 são do sexo feminino (cerca de 22%). De acordo com o Diagnóstico Analítico das Dependências dos Concelhos de Armamar, Lamego e Resende, elaborado pelo Centro de Respostas Integradas de Vila Real (adiante designado por CRI) em 2012, a problemática do alcoolismo e dos problemas ligados ao álcool têm uma grande expressão no âmbito da saúde em Resende, assumindo dimensões consideradas preocupantes. O CRI de Vila Real refere neste diagnóstico que no Centro de Saúde de Resende o número de inscritos referenciados com abuso crónico de álcool, tem vindo a aumentar desde 2010. Assim em 2010, estavam identificados 127 indivíduos, em 2011, estavam identificados 163 e, em 2012, estavam identificados 172 indivíduos. Neste documento é ainda referido que, em 2011, 43% dos processos em acompanhamento na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Resende estão relacionados com o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, nos quais um ou ambos os progenitores apresentam problemas ligados álcool.

Segundo os dados disponibilizados pelo Serviço Local de Segurança Social, relativamente ao Rendimento Social de Inserção no ano de 2012, dos 146 beneficiários com ação contratualizada para a saúde, 49 têm ação para “programa de desintoxicação: alcoolismo”.

Pelo dados disponibilizados pelas psicólogas responsáveis pelo projeto CAPPA, em dezembro de 2012, encontravam-se em acompanhamento 28 doentes com problemas ligados ao álcool, sendo que destes, 10 já se encontravam abstinentes. Até dezembro de 2012, esteve em funcionamento um

grupo de autoajuda para doentes alcoólicos que tinha iniciado em 2011, no qual eram intervencionados cerca de 10 doentes. Este grupo teve o seu término no final do ano passado, sendo que estes doentes mantêm acompanhamento individual.

Facilmente se percebe que o alcoolismo é um problema grave no nosso território, tornando-se mais acentuado quando deixaram de existir respostas ao nível do transporte dos doentes alcoólicos, na sua maioria carenciados, para a Unidade de Alcoologia do Norte. Segundo este serviço, existiam em dezembro de 2012, 19 doentes alcoólicos do concelho de Resende acompanhados com processo ativo, ou seja, que foram a pelo menos uma consulta no último ano. A gravidade deste problema acentua-se se pensarmos que ele não afeta unicamente a pessoa que consome álcool, mas que influencia negativamente todos os elementos do agregado familiar, provocando uma desorganização psicossocial no relacionamento familiar e social envolvente.

Tal como foi referido, para além do Centro de Saúde, existe ainda o Hospital da Misericórdia. No edifício remodelado do Hospital, funcionam, para além do Lar de Grandes Dependentes Acamados com 20 camas, a sala de Recolha e Tratamento de Sangue para Análises Clínicas, Serviços de Medicina Física e de Reabilitação, Fisioterapia e Consultórios das Especialidades de Fisiatria, Ginecologia, Urologia e Pediatria, Pneumologia, Alergologia e Oftalmologia, Ortopedia, Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular, Cardiologia, Podologia, Psicologia, Nutrição e Serviços de Imagiologia.

Tem sido mantido o acordo de cooperação com a ARS Norte, criando na Santa Casa da Misericórdia de Resende, o Serviço de Medicina Curativa, com utilização de etiquetas de código de barras, receituário, requisições de elementos auxiliares de diagnóstico e outros impressos do SNS, que tem funcionado com êxito.

O Hospital da Misericórdia de Resende está incluído na Rede de Cuidados Continuados, ao abrigo da nova legislação, mantendo-se a Unidade de Internamento de Longa Duração e Manutenção com 10 camas de Longa Duração. O Lar de Grandes Dependentes/Acamados com 20 camas (serviço de

âmbito regional), dispões de apoios social, médico, enfermagem e pensão completa, em regime de internato, com número variável de utentes, ao longo do ano - internamento prolongado – com acordo em Lar de Grandes Dependentes, assinado com o Centro Distrital de Segurança Social de Viseu.

A Santa Casa dispõe também de uma Clínica de Medicina Dentária, em parceria com a Empresa Bagagem Saber, Lda. assegurada por 4 médicos dentistas.

No que concerne aos serviços de medicina física e de reabilitação, podemos dizer que esta valência integra tratamentos e consultas de fisioterapia, sempre que solicitadas, dando apoio aos utentes internos e externos. Este serviço está aberto a utentes do Serviço Nacional de Saúde, subsistemas de saúde, seguros e particulares. O Acordo de Cooperação com a Administração Regional de Saúde (adiante designada por ARS) do Norte contempla um pacote de 130 tratamentos/dia comparticipados. Para além de prestação de serviços aos utentes do SNS, abrigo do acordo celebrado, têm sido tratados utentes particulares, utentes dos subsistemas de saúde, como a ADSE e outros.

No que diz respeito às consultas de especialidades médicas, podemos referir que este serviço é assegurado por médicos e clínicos das seguintes especialidades: Urologia, Pneumologia, Alergologia, Ginecologia/Obstetrícia, Pediatria, Oftalmologia, Cirurgia Geral, Cirurgia Vasculuar, Podologia, Psicologia e Nutrição com consultas semanais e afluência justificada, deixando para a instituição uma percentagem do valor da consulta que reverteu para apoio às valências de solidariedade social.

O número de consultas por especialidades, no ano de 2012, foram as seguintes:

- Ginecologia – 155 utentes
- Oftalmologia – 184 utentes
- Pediatria – 76 utentes
- Pneumologia/Alergologia – 3 utentes
- Cirurgia Vasculuar – 5 utentes
- Podologia – 69 utentes

- Psicologia – 4 utentes
- Urologia – 4 utentes
- Nutrição – 7 utentes
- Ortopedia – 49 utentes
- Cardiologia – 31 utentes
- Medicina Natural – 6 utentes

Relativamente ao serviço de análises clínicas, no ano de 2011 foram atendidos 4657 utentes. Este posto de colheita e tratamento de sangue, é utilizado pelos utentes internos e externos e aberto à população que o deseje, (serviço de âmbito regional) em número variável de utentes. É um espaço do edifício do Hospital dado à exploração a um laboratório de análises e com percentagem das análises feitas no local. Este serviço tem acordo com o Serviço Nacional de Saúde e os subsistemas de saúde em que apenas são pagas as taxas moderadoras.

Os serviços de imagiologia são protocolados com a ARS Norte para o funcionamento dos serviços dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica. No ano de 2012, foram realizados exames nas seguintes áreas e valências: Radiologia Convencional, Ecografia, ECG, Ecocardiografia e Holter: Radiologia Convencional – 6460 exames; Ecografia – 4080 exames; Ecocardiografia – 475 exames; eletrocardiograma – 1456 exames; Holter – 28 utentes, atendendo num total 9709 utentes num total de 12499 exames.

O Hospital da Misericórdia funciona com enfermeiros, trabalhadores auxiliares de serviços gerais, técnico de radiodiagnóstico, fisioterapeutas e médicos de especialidades

Em termos de análise global da saúde no concelho de Resende, pode-se afirmar que o Serviço Nacional de Saúde é ainda o garante da prestação de cuidados primários de saúde, apesar da carência de recursos humanos. Existe ainda uma percentagem elevada de doentes sem médico de família e que recorrem de forma habitual ao Serviço de Atendimento Permanente. A falta de acesso por parte da população mais carenciada às especialidades clínicas oferecidas pelo setor privado e a extinção do pagamento de transporte de doentes não urgentes, definem o estado global da saúde no

concelho de Resende como deficitário.

Os serviços de saúde, em geral, têm uma maior preocupação com a doença e seu tratamento, debruçando-se pouco sobre a prevenção e a promoção da saúde. Para colmatar esta falta, a Câmara Municipal em parceria com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, o Agrupamento de Escolas D. Egas Moniz e o Externato D. Afonso Henriques, iniciaram em 2012 um conjunto de ações no âmbito da educação para a saúde: ações de sensibilização para alunos das escolas e para a comunidade, colaboração em ações de âmbito nacional e implementação do projeto “Jovens Promotores de Saúde”.

CAPÍTULO V - AÇÃO SOCIAL

Neste capítulo irá fazer-se referência às dimensões que melhor caracterizam o concelho ao nível da ação social. Assim, este capítulo está estruturado em 4 sub capítulos:

Sub capítulo I – As Instituições Privadas de Solidariedade Social (adiante designadas por IPSS).

Neste sub capítulo será efetuada uma análise das IPSS do Concelho, descrevendo-se as atividades que desenvolvem e os recursos que possuem. Todo o levantamento de informação foi realizado com recurso a questionários e a entrevistas semi-estruturadas.

Sub capítulo II – Pensões e outros subsídios da segurança social. Será objetivo deste sub capítulo quantificar e caracterizar os pensionistas existentes no Concelho. A recolha desta informação foi possível analisando os dados do INE (Anuário Estatístico da Região Norte – 2011 e CENSOS 2011).

Sub capítulo III – Rendimento Social de Inserção (adiante designado por RSI). A forma de recolha desta informação foi a administração de questionários junto do serviço local da segurança social e da equipa multidisciplinar do RSI.

Sub capítulo IV – Crianças e Jovens em Perigo. Neste sub capítulo foi realizada uma análise do número de processos acompanhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Resende (adiante designada por CPCJ), bem como das medidas aplicadas. Analisou-se ainda o movimento processual da Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais (adiante designadas por EMAT).

Sub Capítulo I – Instituições Particulares de Solidariedade Social

A evolução da sociedade moderna foi impondo um ritmo diferente aos seus cidadãos, a família foi sofrendo alterações profundas, existindo a necessidade de adaptações sucessivas e aquisição de diferentes modos de viver em família e em comunidade. A inserção da mulher no mercado de trabalho, o aumento da competitividade laboral, a necessidade de flexibilização e mobilidade profissional, conduziram a mudanças muito significativas ao nível dos contextos familiares. Assim, o campo da função educativa aos membros mais novos, até aqui exclusiva da família, passa a ser partilhada com entidades externas a este núcleo. Pelas mesmas razões, a família não consegue, muitas vezes, garantir a prestação de cuidados materiais e afetivos aos seus membros mais velhos. Por estas e outras razões, a família vê hoje as suas funções internas diminuídas, com o conseqüente desenvolvimento de sistemas externos de proteção social e com a criação de estruturas de acolhimento e acompanhamento a estas faixas etárias mais vulneráveis (infância e terceira idade). Deste modo, as atividades de âmbito social são de uma importância inquestionável, sendo que é neste contexto que surgem as IPSS, assumindo essa função social e comunitária.

Neste momento, existem quatro Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvem atividade no concelho e que têm como principal função responder às necessidades das famílias e da comunidade.

Estas IPSS são: Santa Casa da Misericórdia de Resende (situada na freguesia de Resende), a Casa do Povo de Resende (também situada na freguesia de Resende), a Irmandade S. Francisco Xavier (situada na freguesia de S. Martinho de Mouros) e a Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente dos concelhos do Vale do Douro Sul - Portas Prá Vida (situada em Lamego, mas que tem um Centro de Atividades Ocupacionais em funcionamento em Resende).

A **CASA DO POVO DE RESENDE**, situa-se na freguesia de Resende e foi equiparada a IPSS em 13 de Fevereiro de 2001, sendo a mais recente. No que se refere aos recursos humanos, esta Casa do Povo conta com:

- Dois assistentes administrativos;

- Um técnico de serviço social, que assume as funções de diretor técnico;
- Seis educadoras de infância;
- Seis auxiliares de educação;
- Uma fisioterapeuta;
- Três animadores socioculturais;
- Cinco cozinheiras;
- Quatro ajudantes de cozinha;
- Vinte e uma ajudantes de lar.

Esta IPSS registou uma grande evolução ao nível das suas valências, que se traduziu num aumento e diversificação dos seus recursos humanos. Em 2003, a Casa do Povo de Resende contava apenas com dois assistentes administrativos e uma funcionária de limpeza. Atualmente conta com 49 colaboradores. Relativamente às valências disponíveis, em 2003 encontrava-se em funcionamento apenas o Centro de Convívio para Idosos, sendo que as restantes valências estavam ainda em fase de elaboração de projeto e apreciação de candidaturas. A valência do Centro de Convívio contava, em 2003, com 28 utentes inscritos. Em 2008, a Casa do Povo candidatou-se, enquanto entidade gestora, ao Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS), tendo sido aprovada a candidatura com o projeto “Resende Mais Solidário”. O projeto “Resende Mais Solidário” teve como entidade promotora a Câmara Municipal de Resende e como entidade gestora a Casa do Povo de Resende. O tempo de implementação no concelho foi de 36 meses, entre maio de 2009 a maio de 2012. O projeto envolveu 2397 beneficiários junto do quais desenvolveu intervenção mais ou menos direta, mais ou menos sistemática. Em termos de caracterização destes beneficiários, podemos dizer que 1497 eram mulheres e 910 eram homens. Relativamente às faixas etárias, temos a seguinte distribuição:

Menos de 15 anos – 923 (sendo na sua maioria filhos de famílias vulneráveis e/ou de risco);

Entre os 15 e os 19 anos – 42

Entre os 20 e os 24 anos – 114

Entre os 25 e os 34 anos – 302

Entre os 35 e os 44 anos – 406



Rede Social

Entre os 45 e os 49 anos – 157

Entre os 50 e os 54 anos – 84

Entre os 55 e os 64 anos – 128

Mais de 64 anos – 241

No que concerne à escolaridade e tendo em conta que muitos dos beneficiários eram crianças em idade escolar, temos:

Menos de 4 anos de escolaridade – 852

Com o 1º ciclo – 726

Com o 2º ciclo – 273

Com o 3º ciclo – 296

Com o ensino secundário – 141

Com o ensino profissional ou superior – 109

Os beneficiários do projeto estiveram integrados em ações em torno dos seguintes eixos de intervenção:

Eixo 1 – Emprego, formação e qualificação, cuja intervenção foi direcionada para desempregados e empresários;

Eixo 2 – Intervenção familiar e parental, que se dividiu em 3 grandes ações: Viver em Família (com o desenvolvimento de atividades de promoção de gestão doméstica, de desenvolvimento pessoal, cidadania e direitos humanos, de competências parentais, de planeamento familiar e de grupos de autoajuda na problemática do Luto e dos Problemas Ligados ao Álcool); Intergeracional e Voluntariado de proximidade a idosos.

Eixo 3 – Capacitação da comunidade e das instituições, no âmbito do qual se criou uma associação de jovens, uma associação de pais e encarregados de educação e se promoveram debates com pais na Escola EB2 e nas freguesias.

Eixo 4 – Informação e acessibilidades, no qual se promoveu a formação TIC pelas freguesias do concelho e se desenvolveram atividades intergeracionais relacionadas com as TIC.

No que concerne às valências de apoio social, podemos observar o quadro seguinte:

Valências / Atividades	Área geográfica de abrangência	Capacidade	Nº de Utentes População abrangida	Nº de pessoas em lista de espera	Observações
Creche	Resende	38	25		Acordo para 25
Serviço de Apoio Domiciliário	Felgueiras, Resende, Paus, S. João, Anreade, S. Romão, Miomães, S. Cipriano	40	35		Acordo para 15
Lar de Idosos	Resende e concelhos limitrofes	24	24		Acordo para 24 2 vagas sociais

A **IRMANDADE S. FRANCISCO XAVIER**, situa-se na freguesia de S. Martinho de Mouros e foi equiparada a IPSS em 11 de Março de 1998. Relativamente às valências que desenvolve, pode-se salientar que a instituição, em 2003, tinha apenas em funcionamento o Apoio Domiciliário. O Apoio Domiciliário para Idosos funciona com um acordo de cooperação realizado com o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu, sendo que esta participação abrangia 20 idosos. No que diz respeito aos recursos humanos, esta valência contava com cinco ajudantes familiares.

Este foi também uma instituição que cresceu muito, tanto ao nível do espaço físico, com a candidatura ao Projeto PARES, foi construído um Lar de Idosos com todas as condições de acolhimento para idosos e com todas as condições para a melhor qualidade do Apoio Domiciliário, como ao nível dos recursos humanos. Começando por analisar os recursos humanos, a Irmandade conta, atualmente com 32 colaboradores:

- Uma psicóloga, que assume as funções de diretora técnica;
- Um enfermeiro;

- Um médico;
- Um animador sociocultural;
- Dois assistentes administrativos;
- Duas cozinheiras;
- Quatro ajudantes de cozinha;
- Onze ajudantes de lar;
- Seis ajudantes familiares;
- Um motorista;
- Duas costureira/lavadeira.

No que diz respeito às valências de apoio social, podemos observar o quadro seguinte:

Valências / Atividades	Área geográfica de abrangência	Capacidade	Nº de Utentes População abrangida	Nº de pessoas em lista de espera	Observações
Serviço de Apoio Domiciliário	S. Martinho de Mouros, Paus, Barrô e S. João	40	48		Acordo para 40
Centro de Dia	S. Martinho de Mouros, Paus, Barrô e S. João	22	3		Acordo para 15
Lar de Idosos	Resende e concelhos limitrofes	30	28		

No que diz respeito a outras atividades, a Irmandade possui um Grupo de Bombos, um Jornal “Ventos da Mogueira” e uma Escola de Música.

A **ASSOCIAÇÃO PORTAS PRÁ VIDA**, tem a sua sede em Lamego, mas tem um Centro de Atividades Ocupacionais (adiante designado por CAO) para portadores de deficiência que funciona em Resende. Foi equiparada a IPSS a 30 de novembro de 1990. Alargaram a sua área de intervenção ao concelho de Resende em junho de 2007. Atualmente, em termos de recursos

humanos, dispõem de 27 colaboradores (estando aqui incluídos a totalidade e não apenas os que desempenham funções no CAO de Resende):

- Um técnico de serviço social;
- Um psicólogo;
- Dois professores;
- Um educador social;
- Um técnico de reabilitação;
- Um gestor de qualidade;
- Um assistente administrativo;
- Uma ajudante de cozinha;
- Uma cozinheira;
- Oito jardineiros;
- Um ajudante de ação direta;
- Seis ajudantes de apoio à deficiência;
- Um encarregado de serviços gerais;
- Um motorista.

Relativamente às valências de apoio social, podemos observar o quadro seguinte:

Valências / Atividades	Área geográfica de abrangência	Capacidade	Nº de Utentes / população abrangida	Nº de pessoas em lista de espera	Observações
Centro de Atividades Ocupacionais	Resende	15	10	30	Apenas 10 protocolados
Empresa de Inserção	Concelhos Vale Douro Sul		7		
Formação Profissional	Concelhos Vale Douro Sul		20		10 Jardinagem e Silvicultura e 10 Serviços Pessoais e à comunidade
Lar Residencial	Concelhos Vale Douro Sul		24		
Residenciais autónomas	Concelhos Vale Douro Sul		10		

Como se pode constatar a valência de CAO, que funciona em Resende, tem 10 utentes integrados, mas existe uma lista de espera de 30 pessoas que aguardam integração.

A **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA**, situa-se na freguesia de Resende e foi equiparada a IPSS em 1939. No que se refere aos recursos humanos, esta Santa Casa contava, em 2003, com um vasto quadro de pessoal, possuindo um total de 68 colaboradores. Atualmente e com o aumento das valências e acordo de cooperação este número aumentou significativamente, sendo que conta com 109 colaboradores, distribuídos da seguinte forma:

- Dois técnicos de serviços social;
- Três psicólogas;
- Seis educadoras de infância;
- Onze enfermeiros;
- Três médicos;

- Quatro fisioterapeutas;
- Dois educadores sociais;
- Sete assistentes administrativos;
- Cinco cozinheiras;
- Vinte e quatro ajudantes de lar;
- Dois auxiliares de educação;
- Vinte e seis ajudantes de serviços gerais;
- Um diretor de serviços de higiene e qualidade;
- Treze com outras categorias profissionais (trabalhadores agrícolas, condutor, encarregado de serviços gerais, auxiliar técnica de fisioterapia, operador de lavanderia e diretora delegada).

Facilmente se percebe que existem vários colaboradores que prestam serviço em mais do que uma valência. No que diz respeito às valências sociais, podemos observar o quadro seguinte:

Valências / Atividades	Área geográfica de abrangência	Capacidade	Nº de Utentes População abrangida	Nº de pessoas em lista de espera	Observações
Creche	Resende	44	38		
Jardim Infância	Resende	50	42		
Lar de Infância e Juventude	Nacional	20	13		
Serviço de Apoio Domiciliário	Concelho, exceto S. Martinho de Mouros, Paus, Barrô e S. João	50	40		
Lar de Grandes Dependentes Acamados	Resende e concelhos limitrofes	26	26	10	
Residências para idosos	Nacional	30	2		
Lar de Idosos	Resende e concelhos limitrofes	56	56	15	
Lar Residencial	Regional	18			Aguarda-se abertura
RNCCI	Nacional	10	8		Unidade de longa duração e manutenção

A Santa Casa abriu recentemente, em 11 de dezembro último, a valência de Lar Residencial para portadores de deficiência. Nessa data tinham 14 utentes, que é o numero protocolado com a segurança social. Destes utentes, 11 são naturais de Resende e 3 são de fora do concelho.

Existem algumas considerações a fazer no que concerne ao Lar de Infância e Juventude (adiante designado por LIJ). Assim, no LIJ têm vindo a ser implementadas medidas de qualificação através no Plano DOM. O Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças, visa a implementação de medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização, em tempo útil. Centrado nas crianças e jovens e tendo em conta que o acolhimento é desejavelmente provisório, define as condições necessárias para que a elaboração dos seus projetos de vida sejam uma prática institucional assumida e para que os mesmos não fiquem acolhidos mais do que o tempo necessário. Paralelamente, procura criar as condições institucionais que permitam às crianças e jovens viver em Lar, no pleno usufruto dos seus direitos tendo garantidas as necessidades de bem-estar, proteção e desenvolvimento pessoal. Assim, o Lar de Infância e Juventude da Santa Casa da Misericórdia de Resende, acolhe um número de jovens que não é fixo (há jovens que vão sendo desinstitucionalizadas e novas jovens que são integradas). As suas idades variam entre ao 12 e os 18 anos e sua proveniência é muito variada. O LIJ funciona atualmente com uma psicóloga, três educadoras sociais, uma animadora sociocultural e três assistentes operacionais.

A Santa Casa da Misericórdia é ainda a entidade protocolada com a Segurança Social para integrar a Equipa Multidisciplinar do RSI, contanto para tal com uma técnica de serviço social, uma psicóloga, uma educadora social e três ajudantes de ação direta.

Para além de todas as valências e projetos e para além dos serviços prestados no âmbito da saúde e que foram já abordado nesse capítulo, a Santa Casa da Misericórdia assegura ainda a distribuição alimentar aos agregados mais carenciados do concelho.

O Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (adiante designado por PCAAC) é uma ação anualmente promovida pela Comissão Europeia e que adota um plano de atribuição de recursos aos Estados Membros, para o fornecimento e distribuição de géneros alimentícios provenientes das existências de intervenção a favor das pessoas mais necessitadas da União Europeia. A Santa Casa da Misericórdia de Resende é a única entidade mediadora no PCAAC, no

concelho, sendo os únicos a distribuir produtos às famílias, não existindo intermediários. No ano de 2011 foram apoiadas 277 famílias, a distribuição foi feita por duas vezes durante o ano. Em 2012 foram apoiadas 237 famílias, 706 beneficiários. Foi realizada distribuição em Agosto de 2012 e em janeiro de 2013.

Quanto ao Banco Alimentar, a Santa Casa da Misericórdia distribui os bens que lhe são atribuídos aos utentes que não estão abrangidos pelos acordos e distribuem a algumas famílias (neste caso são 3 famílias). A Irmandade S. Francisco Xavier também recebe bens do Banco Alimentar mas usa-os para consumo da instituição, só fazendo distribuição pelas famílias da freguesia em situações excecionais e esporádicas. A Associação Miguel Anjo (Associação de cariz religioso e social na freguesia de Anreade) também recebe bens provenientes do Banco Alimentar. Fazem distribuição mensal junto de 35 famílias do concelho, abrangendo 114 beneficiários. As famílias beneficiárias vão sendo reavaliadas com periodicidade e vão sendo rotativas à medida das necessidades que vão apresentando. Estas famílias são sinalizadas maioritariamente pelos párocos, dado o cariz religioso da instituição e a distribuição é feita de forma muito discreta, havendo um grande cuidado para não estigmatizar as pessoas mais carenciadas.

No que concerne à Cantina Social, a Santa Casa da Misericórdia é entidade do concelho que detém o acordo com a Segurança Social, realizando parceria com a Irmandade S. Francisco Xavier. No total, o acordo abrange 65 famílias. Até ao momento, estão a beneficiar do acordo 7 famílias num total de 25 beneficiários.

Saliente-se que apesar do número de IPSS no concelho não ter aumentado, verificou-se um aumento do dinamismo das mesmas, essencialmente com as candidaturas que permitiram a construção de novos equipamentos e a implementação de ações inovadoras junto das populações mais carenciadas. O crescente dinamismo das IPSS tem consigo dar uma resposta cabal à situação de crise vivida no nosso país.

Sub Capítulo II – Pensões e outros subsídios da segurança social

Tal como foi referido na introdução deste capítulo, o levantamento de dados foi realizado mediante a análise dos dados dos CENSOS 2011 e Anuário Estatístico da Região Norte, do INE.

Antes de se realizar a análise dos dados recolhidos, importa definir alguns conceitos importantes:

Pensionista de Invalidez: É o titular de uma prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários que, tendo completado um prazo de garantia de 60 meses de registo de remunerações e antes de atingirem a idade de reforma por velhice, se encontrem, por motivo de doença ou acidente definitivamente incapacitados de trabalhar na sua profissão; *

Pensionista por Velhice: É o titular de uma prestação pecuniária mensal, concedida em vida dos beneficiários, que tenham completado 15 anos civis com entrada de contribuições, com uma densidade contributiva de, pelo menos, 120 dias de registo de remunerações por ano e com idade mínima de 65 anos. As reformas antecipadas são atribuídas a partir dos 55 anos, desde que o beneficiário, nesta idade, tenha completado 30 anos civis de registo de remunerações; *

Pensionista de Sobrevivência: É o titular de uma prestação pecuniária mensal, concedida a familiares do beneficiário (cônjuges, ex-cônjuges, descendentes ou equiparados, ascendentes) que à data da morte tenha completado 36 meses de contribuições. *

* Definições retiradas e adaptadas de: IIES, Séries Estatísticas da Segurança Social 2000-2001, Porto Salvo.

Deste modo, podemos iniciar com uma análise dos dados presentes nos CENSOS 2011, entendendo-se aqui por pensionista o titular de um prestação pecuniária nas eventualidades de: invalidez, velhice, doença profissional ou morte.

Local de residência	Nº de Pensionistas da segurança social				
	Período de referência dos dados				
	2011	2010	2009	2008	2007
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Resende	3770	3804	3845	3892	3917

(Fonte: CENSOS 2011)

Grosso modo, podemos perceber que o número de pensionistas da segurança social tem vindo a diminuir desde 2007 até 2011.

Se analisarmos o peso dos pensionistas relativamente aos habitantes em idade ativa, teremos o seguinte panorama:

Local de residência	Pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade activa (‰)				
	Período de referência dos dados				
	2011	2010	2009	2008	2007
	‰	‰	‰	‰	‰
Continente	334,16 ↓	326,59	323,21	319,54	316,26
Norte	316,12 ↓	306,07	301,90	298,15	294,38
Tâmega	270,78 ↓	262,07	259,16	257,47	255,95
Resende	390,67 ↓	394,03	394,52	395,17	394,66

(Fonte: CENSOS 2011)

Apesar deste peso tender a diminuir, em consonância com o número absoluto dos pensionistas da segurança social no concelho, verifica-se que os pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa é sempre superior em Resende, em comparação com os restantes territórios em análise. Esta situação prende-se essencialmente com o envelhecimento populacional.

Segundo o Anuário Estatístico da Região Norte – 2011, que nos fornece esta informação espartilhada pelas diferentes pensões:

Resende	Anuário Estatístico 2011	
	Invalidez	354
	Velhice	2441
	Sobrevivência	975
	TOTAL	3770

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2011)

Se calcularmos a percentagem de pensionistas na população total em 2011, verificamos que é de 33%, sendo que em 2001 era de 31%, havendo um aumento de 2 pontos percentuais. Um outro dado que traduz o envelhecimento da população é o facto de cerca de 75% das pensões serem pensões de velhice.

Uma outra informações importante é a que concerne ao valor médio anual das pensões:

Resende	Valor médio anual das pensões	
	Invalidez	3.677,00 €
	Velhice	3.809,00 €
	Sobrevivência	2.189,00 €
TOTAL	3.378,00 €	

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2011)

Facilmente se constata que se tratam de pensões de valores muito baixos que têm implicações nos níveis de carência económica das populações.

Relativamente ao número de beneficiários de subsidio de desemprego, também conseguimos obter dados no Anuário Estatístico da Região Norte 2011:

Resende	Total	Sexo				Idade					
		Homens		Mulheres		Menos de 25	25-29	30-39	40-49	50-54	55 e mais
		Total	Novos Beneficiários	Total	Novos Beneficiários						
	357	222	104	135	57	31	47	95	98	40	46

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2011)

No que diz respeito às principais prestações da segurança social, conseguimos obter as seguintes informações:

Resende	Abono de Família para crianças e jovens	Subsidio por assistência à 3ª pessoa	Subsidio mensal vitalicio	Subsidio de funeral
	1353	17	21	32

Resende	Subsidio por doença			Subsidio Parental		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	231	170	401	88	97	185

Considerando o Rendimento Social de Inserção, um subsídio que vale a pena analisar separadamente, pelas suas especificidades, retirando o abono de família e o subsídio de funeral igualmente pelas suas características distintas das restantes pensões e subsídios, podemos dizer que 4751 indivíduos se encontravam, em dezembro de 2011, a usufruir de subsídios ou pensões provenientes da segurança social, convertendo-se numa percentagem de cerca de 42%.

Sub Capítulo III – Rendimento Social de Inserção

O Rendimento Social de Inserção (adiante designado por RSI) foi instituído pela Lei nº 13/2003 de 21 de maio, revogando o Rendimento Mínimo Garantido. O Rendimento Social de Inserção “consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação de necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária” (Lei nº 13/2003). A Lei 13/2003, de 21 de maio, foi objeto de retificação - Declaração de Retificação n.º 7/2003, de 29 de maio, a qual republicou aquela Lei. A Lei nº 13/2003 foi alterada, através da Lei nº 45/2005, de 29 de agosto, do Decreto Lei nº 70/2010, de 16 de junho e do Decreto Lei nº 133/2012, de 27 de junho. Por outro lado a Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto, estabelece as normas de execução daquela Lei, sendo que também já foi objeto de alteração, através do Decreto Lei nº 13/2013, de 25 de janeiro.

O acompanhamento de beneficiários de RSI no concelho foi tendo vários enquadramentos ao longo destes anos. Assim, até 2006, existia apenas uma técnica responsável pelo acompanhamento desta medida. A partir de 21 de agosto de 2006, o acompanhamento desta medida começou a ser realizado por uma equipa multidisciplinar da Santa Casa da Misericórdia protocolada com a Segurança Social. Nesta altura, a equipa era constituída por uma educadora social e uma técnica de serviço social, a tempo inteiro, e por uma psicóloga e uma assistente administrativa a tempo parcial. Em junho de 2008, esta equipa foi reestruturada, sendo que passou a funcionar com todos os elementos a tempo inteiro: técnica de serviço social, educadora social, psicóloga e três ajudantes de ação direta. A equipa mantém esta estrutura até à data, estando sediada na Santa Casa da Misericórdia de Resende. As quatro técnicas superiores integradas nestas equipa multidisciplinar são gestoras de caso.

Neste subcapítulo importa fazer uma análise relativamente aos beneficiários desta prestação e também saber a evolução do seu número ao longo dos últimos anos. Por força das alterações legais, o número de beneficiários tem vindo a diminuir, o que não traduz uma diminuição das carências económica mas sim uma maior dificuldade no acesso a esta prestação social, para além da diminuição do valor das prestações, igualmente por força das alterações legais.

No primeiro questionário administrado junto do serviço local de ação social da segurança social de Resende, que remontava a 2010, existiam 333 processos ativos de RSI, que abrangiam 962 beneficiários. No segundo questionário que remontava a 2011, existiam 293 processos ativos, que abrangiam 849 beneficiários, No terceiro questionário que correspondia ao ano de 2012, existiam 226 processos, que abrangiam 621 beneficiários.

Centremos a nossa análise no ano de 2012. Quanto ao movimento processual relativamente ao RSI, podemos observar o quadro seguinte:

Deferidos	N.º de Processos	226
	N.º de Beneficiários	621
Indeferidos	N.º de Processos	943
	N.º de Beneficiários	129
Cessados	N.º de Processos	120
	N.º de Beneficiários	333

Dos processos cessados, realizou-se uma análise dos motivos dessa cessação:

MOTIVOS QUE LEVARAM À CESSAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE RSI	N.º DE BENEFICIÁRIOS
Deixou de se verificar situação de carência económica	14
Incumprimento das obrigações assumidas no Programa de Inserção	5
Deixou de ter residência em Portugal	3
Alteração da composição do agregado familiar	3
Morte do titular	5
Integração no mercado de trabalho/formação profissional	8
A pedido do titular	20
Rendimentos superiores aos legalmente definidos para a atribuição da prestação	22
Realização da prova de recursos	0
Transferência dos processos para outros Centros Distritais	4

Outros	36
Total	120

Realizamos também uma análise dos 621 beneficiários da prestação de RSI, por escalão etário e por sexo:

Até aos 18 anos	Masculino	115
	Feminino	88
Entre os 19 e os 24 anos	Masculino	32
	Feminino	24
Entre os 25 e os 34 anos	Masculino	26
	Feminino	33
Entre os 35 e os 44 anos	Masculino	46
	Feminino	58
Entre os 45 e os 54 anos	Masculino	70
	Feminino	54
Entre os 55 e os 64 anos	Masculino	33
	Feminino	38
A partir dos 65 anos	Masculino	2
	Feminino	2
Total	Masculino	324
	Feminino	297

Constamos pela análise deste quadro que cerca de 52% dos beneficiários são do sexo masculino. Relativamente às faixas etárias, percebemos que cerca de 33% dos beneficiários tem menos de 18 anos, cerca de 66% estão em idade ativa, isto é, entre os 19 e os 64 anos e que apenas cerca de 0,6% dos beneficiários tem mais de 65 anos.

Relativamente à distribuição do número de titulares, de agregados e de menores, por freguesias podemos observar o quadro seguinte:

Freguesia	Titulares	Beneficiários	Menores
Anreade	21	65	27
Barrô	15	43	7
Cárquere	18	60	24
Feirão	0	0	0
Felgueiras	3	6	2
Freigil	12	24	5

Miomães	6	12	4
Ovadas	6	17	4
Panchorra	1	1	1
Paus	9	24	12
Resende	53	147	45
S. Cipriano	19	54	11
S. João de Fontoura	16	43	15
S. Martinho de Mouros	33	93	36
S. Romão	9	24	6
TOTAL	221	613*	199

* existe uma discrepância nos dados fornecidos pelo serviço local de ação social da segurança social, sendo que o nº de beneficiários apresentado é de 621 e na distribuição por freguesia é de 613

Entrando em linha de conta com o total apresentado por freguesia (613 beneficiários), concluímos que a freguesia de Resende tem cerca de 24% do total dos beneficiários, mas obviamente que temos de ter em linha de conta que se trata da freguesia mais populosa. Destaque também para a freguesia de Feirão que não tem qualquer beneficiário de RSI, para a freguesia da Panchorra com apenas 1 beneficiários e a freguesia de Felgueiras com apenas 6 beneficiários. Relativamente à proporção de beneficiários de RSI na população total, temos cerca de 5% de residentes no concelho que são beneficiários desta prestação.

No que concerne aos Programas de Inserção, temos o seguinte quadro:

	Emprego	Habitação	Formação Profissional	Saúde	Educação	Ação Social
N.º de Ações Contratualizadas	288	64	10	146	24	226
N.º Beneficiários	288	192	10	146	24	621

Saliente-se que todos os beneficiários têm ação contratualizada na área da ação social e que cerca de 46% tem ação contratualizada na área do emprego.

Podemos ainda perceber qual a tipologia das famílias que têm esta prestação social:

	Nuclear sem filhos	Nuclear com filhos	Alargada, com mais de um núcleo	Monoparental		Isolada		Total
				H	M	H	M	
Número de famílias	23	100	5	3	35	38	17	221

Cerca de 45% das famílias são nucleares com filhos, seguidas das famílias isoladas que correspondem a cerca de 25% e das famílias monoparentais que correspondem a cerca de 18% do número total de famílias.

O serviço local de ação social da segurança social de Resende disponibilizou outras informações importantes, referentes ao ano de 2012. Por exemplo, relativamente ao número de solicitações/atribuições no âmbito da ação social:

Apoios Eventuais – Total: 27					
Freguesia	Medicação	Equipamentos Domésticos	Subsistência	Dietas especiais	Óculos
Anreade	6				
Barrô					
Cárquere			2		
Feirão					
Felgueiras					
Freigil	1				
Miomães			1		1
Ovadas					
Panchorra					
Paus					
Resende	2		5		2
S. Cipriano					
S. João de Fontoura	1		2		1
S. Martinho de Mouros			3		
S. Romão de Arêgos					
Total	10	0	13	0	4

Ajudas Técnicas – Total: 8				
Freguesia	Cadeira de Rodas	Almofada Anti-escaras	Cama Articulada e colchão anti-escaras	Fraldas
Anreade				
Barrô				
Cárquere				
Feirão				
Felgueiras				
Freigil				
Miomães				
Ovadas				
Panchorra				
Paus				
Resende				
S. Cipriano				
S. João de Fontoura				
S. Martinho de Mouros			1	2
S. Romão de Arêgos	2	2	1	
Total	2	2	2	2

No âmbito da ação social da segurança social, existem 153 processos ativos, que correspondem a 306 beneficiários.

Sub Capítulo IV – Crianças e Jovens em Perigo

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (adiante designadas por CPCJ) são instituições não judiciais com autonomia funcional, cuja intervenção visa promover os direitos das crianças e jovens e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. A intervenção das CPCJ rege-se pela Lei nº 147/99 de 1 de setembro. A CPCJ de Resende foi criada pela Portaria n.º 36/99 de 21 de Janeiro, tem como base territorial o município de Resende e funciona desde 1999.

Importa analisar a composição da Comissão Alargada e Restrita. Assim, a Comissão Alargada é constituída por 15 elementos: Presidente (representante do Município), quatro elementos cooptados, um representante das IPSS/ONG com carácter não institucional, um representante das IPSS/ONG

com caráter institucional, um representante da Segurança Social, um representante do Ministério da Saúde, um representante do Ministério da Educação, um representante das forças de segurança/GNR e 4 cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal. A Comissão Restrita é constituída por 9 elementos: Presidente, representante da Segurança Social, 4 técnicas cooptadas, representante do Ministério da Saúde, representante do Ministério da Educação e representante das IPSS/PNG com caráter institucional. Em termos de formação académica dos técnicos da Comissões Restrita, pode dizer-se que existem três técnicas de serviço social, uma psicóloga, uma jurista, duas professoras e um médico. A gestão dos processos é sempre partilha entre dois técnicos.

A análise de dados efetuada neste subcapítulo teve como base o Relatório Anual de 2012 da CPCJ de Resende.

Relativamente à **caraterização processual**, podemos referir que em 2012, a CPCJ registou o seguinte:

- 32 processos transitaram de 2011 para 2012;
- 43 foram instaurados, sendo que destes 42 corresponderam a novos processos e 1 processo foi recebido de outra CPCJ;
- 8 processos foram reabertos.

Registou-se um total de 83 processos entrados no ano de referência.

- 7 processos foram arquivados na fase preliminar;
- 45 processos foram arquivados na fase pós-preliminar;
- 1 processo foi enviado para outra CPCJ.

Registou-se um total de 53 processos saídos no ano de referência.

TOTAL DE PROCESSOS ATIVOS: 30

No que concerne à **distribuição etária dos menores** acompanhados pela CPCJ durante o ano de 2012, podemos observar o quadro seguinte:

Escalão Etário	Procº Transitado	Procº Instaurado	Procº Reaberto	Global
0 e 2 anos	2	6	0	8
3 e 5 anos	7	6	2	15
6 e 8 anos	1	6	0	7
9 e 10 anos	2	1	2	5
11 e 14 anos	7	10	1	18
15 e 17 anos	10	14	3	27
18 e 21 anos	3	0	0	3
TOTAL	32	43	8	83

Conclui-se que 32% dos menores têm entre 15 e 17 anos, 21% têm entre 11 e 14 anos e 18% têm entre 2 e 5 anos.

Relativamente ao **sexo dos menores** acompanhados, sabemos que 50 eram do sexo masculino e 33 eram do sexo feminino. Assim, podemos dizer que cerca de 60% dos menores acompanhados pela CPCJ eram rapazes.

Relativamente às **problemáticas sinalizadas**, segundo a classificação da Comissão Nacional Proteção de Crianças e Jovens em Risco, e que conduziram à abertura dos processos, podemos verificar o seguinte:

PROBLEMÁTICAS SINALIZADAS À CPCJ	Nº DE MENORES
Ausência permanente de suporte familiar ou outro	1
Violência Doméstica	9
Ofensa física no contexto de violência doméstica	2
Negligência	19
Falta de supervisão e acompanhamento familiar (negligência)	2
Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem estar e o desenvolvimento da criança ou jovem	4
Mau trato físico	1
Abandono escolar	8
Absentismo escolar	2

Consumos de estupefacientes	1
Outras situações	1
TOTAL	50

Facilmente se percebe que a negligência e a falta de supervisão e acompanhamento familiar, associada à negligência, assumem-se como as principais problemáticas sinalizadas, correspondendo a 42% das sinalizações. De seguida, aparece a violência doméstica e a ofensa física no contexto de violência doméstica, que corresponde a 22% das sinalizações. De salientar ainda que o número de situações de abandono escolar tem aumentado por comparação com os anos anteriores, por força da alteração legal que impõe a escolaridade obrigatória até aos 18 anos ou até à conclusão do 12º ano.

Vejamos, de seguida, as **entidades sinalizadoras**:

ENTIDADES SINALIZADORAS	Nº DE SINALIZAÇÕES
Autoridade policial	6
CPCJ	9
Comissão Local de Acompanhamento do RSI	2
Estabelecimento de Ensino	16
Estabelecimento de Saúde	2
Familiares	2
Instituições de Acolhimento (Lar ou CAT)	1
Mãe	2
Ministério Público	1
Vizinhos e particulares	3
Sem informação	6
TOTAL	50

Os estabelecimentos de ensino são a entidade que mais sinaliza situações de perigo, correspondendo a 32% das sinalizações.

Relativamente à **forma de sinalização**, sabemos que 28 sinalizações foram efetuadas por escrito, que 18 foram presenciais e ainda 4 foram realizadas através de contacto telefónico.

No que concerne às **medidas aplicadas**, em 2012, podemos observar o quadro abaixo que ilustra os acordos de promoção e proteção celebrados por medida aplicada:

MEDIDAS PROVISÓRIAS	Nº DE ACORDOS
Apoio junto de outro familiar	4
Apoio junto dos pais	1
TOTAL	5

MEDIDAS DEFINITIVAS	Nº DE ACORDOS
Apoio junto dos pais	35
Apoios junto de outros familiares	6
Acolhimento em instituição	2
TOTAL	43

Facilmente se percebe que se tenta, sempre que possível, manter os menores junto dos seus pais tentando acompanhar as situações de forma a que a situação de perigo seja erradicada. Desta forma, cerca de 81% das medidas definitivas foram de apoio junto dos pais. De realçar que as medidas de acolhimento institucional foram aplicadas para uma criança do sexo feminino, entre os 6 e os 8 anos e para uma criança do sexo masculino, entre os 3 e os 5 anos.

Em relação aos motivos do arquivamento dos processos, podemos analisar os quadros seguintes:

PROCESSOS ARQUIVADOS/CESSADOS LIMINARMENTE	
MOTIVO DO ARQUIVAMENTO	Nº DE PROCESSOS
Por ter passado a residir fora do território nacional	1
Remessa do processo ao Ministério Público: Ausência de consentimento para a intervenção	5
Remessa do processo ao Ministério Público: Oposição da criança ou	1

jovem	
TOTAL	7

PROCESSOS ARQUIVADOS/CESSADOS	
MOTIVO DO ARQUIVAMENTO	Nº DE PROCESSOS
A situação de perigo já não subsiste	10
A situação de perigo não se confirma	13
Cessaçao da medida: Decorreu o prazo de duração ou prorrogação da medida e a situação de perigo já não subsiste	2
Cessaçao da medida: O jovem atingiu a maioridade ou completou 21 anos	2
Remessa do processo ao Ministério Público: Não cumprimento reiterado do acordo de promoção e proteção	7
Remessa do processo ao Ministério Público: Retirada de consentimento para a intervenção	2
Remessa do processo ao Ministério Público: Oposição da criança ou jovem	9
TOTAL	45

Por fim, podemos analisar a fase processual, a 31 de dezembro de 2012, relativamente aos 33 processos ativos, em função da problemática sinalizada:

Problemática	Análise preliminar	Avaliação diagnóstica	Deliberação e contratualização	Execução e acompanhamento	Total
Mau trato físico	0	1	0	0	1
Violência doméstica	3	2	0	1	6
Ofensa física no contexto de violência doméstica					
Ausência permanente de suporte familiar ou outro	0	0	0	1	1
Abandono escolar	1	2	0	0	3
Absentismo escolar	0	1	0	0	1
Consumo de estupefacientes	1	0	0	0	1

Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem estar e o desenvolvimento da criança ou jovem	1	1	0	1	3
Negligência	1	6	0	5	12
Outras situações	0	1	0	2	3
TOTAL	7	14	0	12	33

Podemos concluir que se continua a observar a negligência como a problemática mais recorrente nos processos de promoção e proteção em acompanhamento pela CPCJ de Resende.

Pela análise efetuada deve salientar-se o importante papel da CPCJ de Resende na intervenção junto das crianças e jovens, assumindo um realce preponderante que, entre outros aspectos, se manifesta no privilegiado conhecimento que vai adquirindo sobre a realidade social local, e na conseqüente capacidade de agir de forma imediata e concreta com o objetivo de reduzir as situações de risco para as crianças e jovens deste concelho.

No que diz respeito às crianças e jovens em perigo recolheu-se também informação importante junto da Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais (adiante designada por EMAT) e que acompanha as situações referentes aos processos que transitaram da CPCJ para o Tribunal, por força da lei. As informações que se seguem foram recolhidas junto do Centro Distrital de Segurança Social, através do serviço local de ação social da segurança social de Resende e referem-se ao ano de 2011.

No que concerne ao volume de solicitações – Promoção e Proteção:

	Tipo de Solicitação						
	Processos Administrativos		Processos Judiciais				
	Informação social	Relatório Social de Avaliação Diagnóstica	Informação social	Relatório Social de Avaliação Diagnóstica	Relatório Social de Acompanhamento da Execução da Medida	Presença em Tribunal	Acompanhamento da Execução de Mandado de Condução
Nº de solicitações transitadas do ano anterior	2	5	2	3	3	3	0
Nº de solicitações recebidas	2	12	9	6	34	13	5
Nº de solicitações respondidas	2	12	9	6	28	13	5
Nº de solicitações que transitam para 2012	2	5	2	3	9	0	0

Relativamente ao volume processual global em 2011 – Promoção e Proteção:

Processos de Promoção e Proteção	Transitados do ano anterior	Abertos no Ano	Transitaram para o ano de 2012
Nº de Processos administrativos	7	14	5
Nº de Processos de promoção e proteção	45	6	31
Total	52	20	36

Caraterização das medidas dos processos de promoção e proteção judiciais:

Tipo de Medida de colocação	Medidas de Colocação executadas no ano em avaliação		
	Total de medidas no ano em avaliação	Nº de Medidas que transitaram para 2012	Nº de Medidas em que cessou a intervenção até 31 de Dezembro
Acolhimento Familiar	0	0	0
Acolhimento Institucional	18	10	8
Total	18	10	8

Medidas em Meio Natural de Vida (MMNV)	Nº Total
Nº de Processos de promoção e proteção em que foi executada pelo menos uma MMNV no ano em avaliação	20
Nº de Medidas em Meio Natural de Vida executadas em 2011 com Plano de Intervenção	20

Tipo de Medida de MNV	Medidas em Meio Natural de Vida executadas no ano em avaliação		
	Total de medidas no ano em avaliação	Nº de Medidas que transitaram para 2012	Nº de Medidas em que cessou a intervenção até 31 de Dezembro
Apoio junto dos Pais	15	4	11
Apoio junto de outro familiar	7	5	2
Confiança a pessoa idónea	1	1	0
Apoio para autonomia de vida	0	0	0
Total	23	10	13

Tipo de Medida de MNV	Natureza do apoio prestado		
	Apoio Social	Apoio Psicopedagógico	Apoio Económico
Apoio junto dos Pais	15	2	0
Apoio junto de outro familiar	7	3	0
Confiança a pessoa idónea	1	0	0
Apoio para autonomia de vida	0	0	0
Total	23	0	0

Volume de solicitações – Tutelar Cível

	Tipo de Solicitação			
	Processos Judiciais/Administrativos			
	Avaliação Diagnóstica (Relatórios)	Acompanhamento de Visitas	Presença em Tribunal	Entrega Judicial de Menor em TC
Nº de solicitações transitadas do ano anterior	10	0	0	0
Nº de solicitações recebidas	61	0	2	0
Nº de solicitações executadas	45	0	2	0
Nº de solicitações encerradas não executadas	11	0	0	0
Nº de solicitações que transitam para 2012	15	0	0	0
relatos de diligência: 17				

Das solicitações recebidas durante o ano de 2011:

Nº de Solicitações referentes a Processos Administrativos	3
Nº de Solicitações no âmbito do Fundo de Garantia de Alimentos devidos a Filhos Menores*	6

Quanto aos técnicos afetos à EMAT em promoção e proteção e em tutelar cível:

Centro Distrital de	Nº de Funcionários	Formação Académica	Serviço Equipa	Local de Trabalho	Tempo de Afectação (%)	
					PP	TC
Viseu	4 em PP	serviço social		Viseu	100%	
	4 em TC	direito, psicologia, pedagogia e serviço social				100%

O capítulo da ação social é sempre um dos mais importantes no diagnóstico social de qualquer concelho, na medida em que caracteriza tanto as necessidades da população mais carenciada como os recursos existentes e os apoios sociais de que beneficiam. Em Resende, tal como nos restantes territórios, o número de pessoas que beneficiam de prestações sociais tem aumentado devido à crise económica geradora de desemprego e de crescentes desigualdades sociais.

ASSOCIATIVISMO, CULTURA E LAZER

O associativismo representa uma das formas de desenvolvimento de uma localidade, sendo através dele que a comunidade se junta, se torna ativa, assumindo um papel preponderante na sociedade em que se insere, promovendo a participação.

No concelho de Resende, o associativismo representa uma realidade sustentável, existindo um número significativo deste tipo de instituições que desenvolvem a sua atividade nas mais variadas áreas. Assim, existem associações desportivas, culturais, recreativas e de intervenção social, com alguma representatividade no território e cujo grande objetivo é a dinamização do concelho. Em 2003 estavam identificadas 19 associações, sendo que em junho de 2012 (período de recolha desta informação) foram identificadas 47 associações. De facto, o crescimento de associativismo no concelho é notório e deve ser enaltecido.

Para que a apropriação da atividade associativa fosse facilitada, aplicou-se um questionário às várias associações, tentando-se obter informações quanto às ações que desenvolvem, quanto ao número de associados, quanto aos corpos dirigentes. Estes questionários foram administrados à quase totalidade das associações, conseguindo-se que cerca de 80% das associações a quem foi remetido questionário respondessem.

As 47 associações existentes no concelho e identificadas são as seguintes:

ASSOCIAÇÃO	RESPONSÁVEL
Grupo Desportivo de Resende	Alexandre Bastos
Clube de Natação de Resende	Alfredo Ferreira
Clube Desportivo, Recreativo e Cultural de S. Martinho de Mouros	Pedro Carvalho
Clube Desportivo e Recreativo Juventude de Anreade	Bruno Vieira
Associação de Ténis de Mesa do Distrito de Viseu	Aquilino Rocha Pinto
Associação de Caçadores das Quelhas	Arlindo Pinto
Rancho Folclórico de Santa Maria de Barrô	António Silva Magalhães
Grupo Social de São Cipriano	Abel Costa
Irmandade São Francisco Xavier – São Martinho de Mouros	António José de Almeida Fonseca
Grupo Resende em Marcha	Arlindo Pinto de Sequeira
Rancho Folclórico e Etnográfico de S. Miguel de Anreade	Inês Correia
Associação de Amigos de São Cristóvão	Nuno Filipe Almeida Pereira
Associação Miomães em Movimento	José António Madureira Sequeira
Casa Futebol Clube do Porto – Dragões de Resende	João Almeida Pereira
Agrupamento 780 do corpo Nacional de Escutas	Francisco José Almeida Magalhães
Casa do Benfica de Resende	António Augusto Saraiva
Associação da Freguesia de Paus – Desporto, Cultura e Lazer	Manuel Pinto Almeida Chaves
Agrupamento 1096 do Corpo Nacional de Escutas	José Augusto de Almeida Marques
Grupo Coral de Resende	Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto
Clube Náutico de Caldas de Arêgos	Jorge Caetano
Grupo Cultural e Desportivo de Santa Maria de Cárquere	Ana Correia
Associação Cultural “Amigos de Loureiro e Ermida”	José António Jacinto
Grupo Folclórico e Etnográfico de São Pedro de Paus	António da Costa Branquinho
Casa do Povo de São Cipriano	José Pinto
MIGUELANJO – Associação Social, Cultural, Desportiva e Recreativa	Joaquim Correia Duarte
Comissão de Melhoramentos de São Martinho de Mouros	António Rodrigues

Associação da Banda de Música da Casa do Povo de São Cipriano “A Velha”	Henrique Francisco
Associação de Estudantes do Externato D. Afonso Henriques	João Pedro Pereira
Associação de Estudantes da Escola Secundária	Ainda não tem direção designada
Clube de Pesca de Competição de Resende	Manuel Trindade
Associação de Caçadores e Pescadores de São Cipriano	Jorge Pinto
Clube Fluvial e Florestal de Resende	Carlos Alberto Pinto
Banda Musical de São Cipriano “A Nova”	José Luís Silveira Lage
Associação Recreativa e Desportiva de Cárquere	Manuel Alberto Pinto
AFOPADIS – Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento	Sandra Mónica Dias Almeida
Rancho Danças e Cantares de São Cipriano	Ângela Ferreira
Grupo de Ação Social da Paróquia de Miomães	Joaquim Correia Duarte
Associação Recreativa e Desportiva de Barrô	Joaquim Manuel Gonçalves
Associação de Pais e Encarregados de Educação CER/EB2	Sandra Pinto
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar de São Martinho de Mouros	Marco Antunes
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Externato D. Afonso Henriques	Joaquim Pereira
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária	Ainda não tem direção designada
Associação “Espalha Animação”	Inês Correia
Associação Empresarial de Resende	Joaquim da Conceição Sousa
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários	Sérgio Monteiro
Associação de Trabalhadores do Município de Resende	Herculano Teixeira
Associação de Dadores de Sangue de Resende	António José Trindade

As associações desenvolvem a sua atividade na freguesia onde se situam, mas também realizam atividades de nível concelhio. Podemos perceber que 21 das associações identificadas estão sedeadas na freguesia de Resende, existem 6 associações com sede em S. Martinho de Mouros e outras 6 em S. Cipriano, há 3 associações com sede em Anreade e outras 3 em Barrô, na freguesia de Miomães há 2 associações, em S. Pedro de Paus existem outras 2 associações e em Cárquere existem igualmente 2 associações, na freguesia de Felgueiras existe apenas uma associação.

Em relação às atividades que desenvolvem, constata-se que existem 18 associações que desenvolvem ações em áreas variadas, que existem 8 associações culturais, que 10 associações desenvolvem atividades desportivas, que existem 5 associações recreativas, 4 associações de pais e 2 associações de estudantes.

No que concerne às 10 associações que desenvolvem atividades desportivas, podemos salientar que promovem as modalidades de futebol, futsal, andebol, voleibol, canoagem, motonáutica, vela e natação. São justamente estas associações, em parceria com a Câmara Municipal, que revolucionaram o panorama desportivo no concelho, desde 2003 até hoje. Em 2003, registava-se uma escassez de equipamentos desportivos. Os equipamentos desportivos representam espaços de ocupação de tempos livres, principalmente da população mais jovem, pelo que era urgente realizar um investimento sustentado e articulado nesta matéria, que foi feito de forma gradual e sustentável. Assim, em 2012, existiam no concelho os seguintes equipamentos/infraestruturas desportivas:

- 5 pavilhões gimnodesportivos;
- 4 piscinas públicas;
- 1 estádio municipal de futebol;
- alguns campos de futebol nas freguesias.

Relativamente à cultura, concretamente no que diz respeito aos equipamentos/infraestruturas e principais atividades culturais desenvolvidas no concelho, verificou-se igualmente um evolução enorme. Em 2003, o concelho dispunha apenas de uma biblioteca municipal e de um auditório com capacidade para 120 pessoas, propriedade da Casa do Povo de Resende, o qual era cedido para variados eventos. Atualmente, existem no concelho os seguintes espaços culturais:

- Museu Municipal, com espaço de exposições e auditório onde se desenvolvem inúmeros eventos educativos e culturais, com capacidade para 50 pessoas;
- Centro Cultural de S. Cipriano, com espaço de exposições e auditório com capacidade para 206 pessoas onde se realizam eventos musicais, sessões de cinema e teatro. Neste espaço funciona uma Oficina de Teatro Experimental onde 20 jovens estão a iniciar-se no teatro;
- Auditório Municipal, com capacidade para 186 pessoas, onde se realizam eventos musicais,

sessões de cinema e teatro;

- Academia de Música de Resende, que funciona no espaço da antiga Escola EB1 de Resende, na qual cerca de 60 jovens aprendem a tocar vários instrumentos musicais: guitarra acústica, guitarra elétrica, violino, percussão (bateria), piano, órgão, acordeão, concertina e trompete. Esta academia funciona com 6 professores de música;
- Pavilhão Multiusos de Caldas de Arêgos, com observatório astronómico, estúdio de fotografia com espaço para vários eventos culturais;
- Dois postos de turismo, um situado em Resende (no qual funciona em simultâneo o Espaço Internet) e outro situado em Caldas de Arêgos;
- Centro Cívico, em S. Martinho de Mouros;
- Biblioteca Municipal e cinco bibliotecas escolares.

As atividades culturais que tem vindo a ser desenvolvidas são diversificadas e tentam ser do agrado de vários públicos:

- ➔ Comemoram-se cerca de 30 festas populares e romarias pelas várias freguesias;
- ➔ Realiza-se anualmente a Festa da Cavaca;
- ➔ Realiza-se anualmente o Festival da Cereja;
- ➔ Realiza-se anualmente a Festa da Labareda na sede do concelho;
- ➔ No ano de 2012, foram apresentadas três peças de teatro pela Oficina de Teatro Experimental (“Insetos em Missão Especial”, “Macaco de Rabo Cortado” e “Conto de Natal: o caso da meia torta”) sempre com duas sessões, uma no Centro Cultural de S. Cipriano e outra no Auditório Municipal de Resende;
- ➔ No ano de 2012, realizaram-se no Pavilhão Multiusos de Arêgos um curso de astronomia e uma sessão de observação astronómica noturna e dois ateliers de fotografia (atelier de pinhole ou fotografia estenopeica e atelier de fotografia a preto e branco);
- ➔ No ano de 2012, realizou-se um Festival da Juventude, com grupos musicais e DJ's convidados, no Pavilhão Multiusos de Arêgos;
- ➔ No ano de 2011, realizaram-se 9 exposições nos espaços acima mencionados;
- ➔ No ano de 2011, realizaram-se 49 sessões de cinema, no Auditório Municipal de Resende, às

quais assistiram 4059 espetadores;

→ Desde 2010, têm sido desenvolvidas várias conferências e/ou workshops, abordando temas variados e dirigidas a vários públicos alvo.

Relativamente às bibliotecas existentes no concelho deve salientar-se que as cinco bibliotecas escolares (Externato D. Afonso Henriques, Centro Escolar de Resende, Centro Escolar de S. Martinho de Mouros, Escola EB2 e Escola Secundária) estão integradas na Rede de Bibliotecas Escolares. Relativamente ao número de livros de que estas bibliotecas dispõem, podemos dizer o seguinte:

- Biblioteca do Externato D. Afonso Henriques – cerca de 1300 livros;
- Biblioteca da Escola Secundária - cerca de 4050 livros;
- Biblioteca da Escola EB 2 de Resende – cerca de 5850 livros;
- Biblioteca do Centro Escolar de S. Martinho de Mouros – cerca de 3900 livros;
- Biblioteca do Centro Escolar de Resende – cerca de 2400 livros.

Em todas estas bibliotecas existe um professor bibliotecário responsável pela dinamização das mesmas. Todas estas bibliotecas dispõem de acesso à internet, espaço de atendimento, espaço de periódicos, espaço de leitura informal, espaço de consulta de documentação e espaço de consulta audiovisual.

A Biblioteca Municipal tem cerca de 11 000 livros catalogados e funciona num edifício com os seguintes espaços: sala infanto-juvenil; sala de leitura de adultos; sala de atividades e sala de biblionet.

Os espaços de lazer também tiveram um grande incremento nos últimos anos. Destaca-se a requalificação da Marina de Caldas de Arêgos, com capacidade para 80 barcos, e cais para embarcações, a piscina de Caldas de Arêgos, o Parque Fluvial de Porto de Rei, em S. João de Fontoura, com cais para embarcações, acesso ao rio para banhistas, piscina e parque de merendas, a Ponte da Lagariça com aproveitamento aquático do ribeiro e parque de merendas, e o Parque Urbano, no centro da Vila de Resende, com zona de lazer, circuito de manutenção física e parque



infantil.

Podemos salientar que em termos culturais, desportivos e de movimento associativo, registou-se uma grande evolução, que se traduz num aumento da qualidade de vida das populações que deixam de sentir necessidade de se deslocar para outros locais para terem acesso a uma panóplia de recursos que são oferecidos no concelho.

JUSTIÇA E CRIMINALIDADE

O acesso à justiça, o sentimento de segurança e a criminalidade são áreas que caracterizam os territórios. No caso de Resende, existe um Tribunal Judicial de 1ª Instância, um Serviço do Ministério Público, um Quartel da Guarda Nacional Republicana.

A recolha dos dados apresentados foi realizada através de informação disponibilizada pelo Serviço do Ministério Público quanto ao movimento processual, da consulta das Estatísticas da Justiça da Direção Geral da Política da Justiça e dos CENSOS 2011.

Assim, começamos por analisar a Taxa de Criminalidade (entendendo-se por crime todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática e como taxa de criminalidade o número de crimes/ população residente X 1000), verificada em Resende, em comparação com outros territórios de referência:

Taxa de Criminalidade (%)- 2011								
Territórios	Tipologia de crimes							
	Total	Contra a integridade física	Furto por esticção e na via pública	Furto de veículo	Condução de veículo com tx de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habitação legal	Crimes contra o património	Total de crimes em 2007
Portugal	39,4	5,8	1,5	5,5	2,2	1,6	21,7	37,7
Norte	33,2	5,6	0,9	5	1,8	1,2	17,7	31
Tâmega	28,1	5	0,3	3	1,9	1,1	14,3	25,5
Resende	25,1	6,8	-	1,1	1	1,1	8,6	18,2

(Fonte: CENSOS 2011)

Verifica-se que, em Resende, a taxa de criminalidade é a mais baixa de todos os territórios de referência, salientando-se que é a terceira mais baixa da Região do Tâmega (com taxas de criminalidade mais baixas estão apenas os concelhos de Celorico de Basto e de Penafiel). Outro facto observável no quadro é que, relativamente aos crimes, só se verifica uma situação em que Resende apresenta a taxa mais elevada do que os restantes territórios, que é no crime contra a integridade física. Comparativamente com a situação em 2007, verifica-se que em todos os territórios se registou um aumento, sendo este mais significativo em Resende.

Relativamente à informação solicitada ao Ministério Público, no que concerne ao seu movimento processual, conseguimos obter dados comparativos entre os anos de 2009, 2010 e 2011:

Tipologia dos crimes	2009		2010		2011	
	Entrados	Findos	Entrados	Findos	Entrados	Findos
Contra as pessoas	127	90	130	170	161	155
Contra o património	83	35	89	97	110	120
Contra a vida em sociedade	43	35	23	29	44	30
Contra o estado	18	16	18	26	29	30
Tráfico e consumo de estupefacientes	-	-	-	-	2	1

(Fonte: Serviços do Ministério Público de Resende)

Observando o movimento processual do Ministério Público de Resende, facilmente se verifica que o número dos processos entrados têm vindo a aumentar, com principal destaque para o crime de tráfico e consumo de estupefacientes, que não teve ocorrência nos anos de 2009 e 2010, e em 2011 houve uma entrada de 2 processos relativos à prática deste crime.

As informações relativas ao movimento processual do Tribunal Judicial de Resende foram recolhidas através das Estatísticas da Justiça da Direção Geral da Política da Justiça. Assim, podemos observar o seguinte referente ao ano de 2011:

Tribunal Judicial de Resende	2011	
	Entrados	Findos
Dados Globais	428	403
Justiça Cível	279	241
Justiça Penal	97	116
Justiça Tutelar	52	46

(Fonte: Estatísticas da Justiça da Direção Geral da Política da Justiça, 2011)

De entre os concelhos da Região do Tâmega, Resende é o concelho que apresenta menor volume processual. Apenas se verifica, em Cinfães e em Castelo de Paiva um menor número de processos ao nível da Justiça Tutelar, com 51 e 45 processos entrados, respetivamente.

Relativamente aos indicadores de desempenho e, segundo a mesma fonte, podemos verificar o seguinte:

Tribunal Judicial de Resende	2011	
	Taxa de Eficiência	Taxa de Resolução (permite medir o esforço de recuperação das pendências)
Dados Globais	38,09%	94,16%
Justiça Cível	28,79%	-
Justiça Penal	82,27%	-
Justiça Tutelar	57,50%	-

(Fonte: Estatísticas da Justiça da Direção Geral da Política da Justiça, 2011)

O indicador da eficiência pretende aferir a capacidade de resposta dos tribunais (medida pelo número de processos findos) face à procura enfrentada (medida pela soma dos processos que transitaram do ano anterior e dos processos entrados). Relativamente à Taxa de Eficiência, em termos globais e em comparação aos restantes concelhos da Região do Tâmega, observamos que

Resende é o terceiro concelho com esta taxa mais elevada, sendo que apenas Paços de Ferreira e Penafiel apresentam taxas de eficiência mais elevadas. Se fizermos a mesma comparação relativamente aos tipos de espécie de processo, temos que ao nível da Justiça Cível, Resende consegue uma taxa de eficiência claramente inferior relativamente aos restantes concelhos (abaixo de Resende estão apenas os concelhos de Baião e Marco de Canaveses). No que concerne à Justiça Penal, Resende consegue a taxa de eficiência mais elevada. No âmbito da Justiça Penal, Resende volta a conseguir a terceira taxa de eficiência mais elevada (sendo superado pelos concelhos de Paços de Ferreira e Penafiel).

DESEMPREGO

A análise e caracterização do desemprego impõem, antes de mais, a quantificação da população ativa a que se reporta, já que é no seu âmbito que ocorre a situação de emprego e desemprego.

A População Ativa representa um indicador da força de trabalho de uma determinada economia, num determinado momento e corresponde ao conjunto de todos os indivíduos que exercem uma atividade remunerada (trabalhadores por conta própria ou empregados) ou que, possuindo capacidade e desejo para a exercerem, não a exercem por motivos fortuitos (desempregados).

A População Ativa é por definição do Instituto Nacional de Estatística (adiante designado por INE), do Instituto do Emprego e Formação Profissional (adiante designado por IEFP), EUROSTAT e do Centro de Relações Laborais (adiante designado por CRL - Antigo Observatório do Emprego e Formação Profissional) o conjunto de indivíduos que com a idade mínima de 15 anos, constituem a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico.

Importa pois procedermos à determinação aproximada da população ativa do concelho de Resende, para efeitos da caracterização e evolução do mercado de trabalho neste território, tendo como base de trabalho os dados do INE e IEFP, nomeadamente os que se referem à população, mercado de emprego e conceito de população ativa aceite por estes organismo, o EUROSTAT e CRL - Centro de Relações Laborais (Antigo Observatório do Emprego e Formação Profissional), e considerando ainda, a definição de desempregado como sendo, o individuo inscrito num Centro de Emprego, que não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem ou pretende trabalhar por conta própria criando o seu próprio posto de trabalho, está imediatamente disponível tem capacidade para o trabalho. Não estão excluídos da categoria de desempregados, os candidatos que anteriormente se encontravam na situação de inativos (ex: ex-estudantes, pessoas que se ocupam de tarefas domésticas); os reformados que procuram trabalho, tendo capacidade para trabalhar e os pensionistas por invalidez ou outras pessoas portadoras de uma incapacidade que desejam trabalhar,

desde que não se encontrem afetadas por incapacidade absoluta para o trabalho.

Refira-se ainda, que o Código do Trabalho Português em vigor permite a contratação de indivíduos com idade inferior a 18 anos e superior a 15 anos, nos moldes constantes dos arts. 66º a 80º.

Posto isto,

POPULAÇÃO RESENDE – DESAGREGAÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS

INTERVALO ETÁRIO	0/14 ANOS	15/24 ANOS	25/64 ANOS	=>65 ANOS
POPULAÇÃO	1703	1396	5818	2447

(Fonte: CENSOS 2011)

Com uma população total residente de 11.364 habitantes, deste quadro resulta que:

- TOTAL DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (15 A 64 ANOS) = 7214

Utilizando cálculos estatísticos e efetuando o cruzamento destes dados, com:

- A média do número de desempregados inscritos no IEFP ao longo e fim do mês, durante os anos de 2011 (ano dos censos) e 2012 no grupo etário dos menores de 25 anos,
- O peso no computo total dos desempregados ao longo e fim do mês durante os anos de 2011 e 2012 nos grupos etários dos maiores de 25 anos,
- O Índice de Renovação da População em idade activa de 145,9% (último valor conhecido e que não aparece alterado nos censos de 2011), a partir do qual se conclui que a renovação da população em idade activa neste concelho, se faz muito à custa do grupo etário dos 15 aos 19 anos, que em circunstâncias normais não deveria ser ponderado, por constituir população em idade de frequência escolar,
- Os índices de frequência e abandono escolar dos jovens;
- A dinâmica das variações de inscritos no IEFP como desempregados nos anos de 2010, 2011 e 2012;
- Do número de beneficiários de RSI com idade inferior aos 18 anos

Situa-se a população ativa do concelho de Resende, em 2013, para efeitos do mercado de trabalho no número aproximado de cerca de 6 900 indivíduos. No entanto, para efeitos dos cálculos efetuados nesta análise, foi considerado, como população ativa, o número de 7200 indivíduos que resulta da desagregação da população residente por faixas etárias, fixada nos CENSOS 2001.

MONITORIZAÇÃO DO DESEMPREGO

Em Portugal, existem, pelo menos, quatro organismos oficiais que abordam as questões do desemprego: o Eurostat, o INE, o IEFP e o CRL - Centro de Relações Laborais (Ex- Observatório do Emprego e Formação Profissional).

A metodologia e a base de dados utilizada pelo INE, IEFP e EUROSTAT entidades são diferentes. **Só o IEFP contabiliza, mensalmente e por concelho, os desempregados**, através do registo de inscrições ao longo e ao fim do mês nos Centros de Emprego. O INE reporta-se sempre ao todo nacional e apenas apresenta a taxa de desemprego nacional com periodicidade e intervalo trimestral, assentando o seu cálculo em inquéritos por amostragem, que efetua de três em três meses (inquérito ao emprego). O Eurostat serve-se dos dados do IEFP e INE para efetuar o cálculo da taxa de desemprego nacional.

Nesse sentido, todo o trabalho de monitorização, caracterização e evolução do desemprego no concelho de Resende que aqui se regista, tem como Fonte de dados o IEFP.

PERSPETIVA GLOBAL DO DESEMPREGO:

Numa perspetiva global e reportando-nos ao ano de 2012:

QUADRO 1**DESEMPREGO MENSAL – TAXA DE DESEMPREGO**

MÊS	TOTAL	TAXA
JANEIRO	869	12,1
FEVEREIRO	920	12,9
MARÇO	925	12,9
ABRIL	922	12,9
MAIO	932	13,1
JUNHO	943	13,2
JULHO	933	13,1
AGOSTO	951	13,3
SETEMBRO	992	13,9
OUTUBRO	1 026	14,3
NOVEMBRO	1 026	14,3
DEZEMBRO	1 053	14,7
MÉDIA ANUAL	958	13,4

(Fonte: IEFP 2012)

QUADRO 2

VARIAÇÕES DESEMPREGO AO LONGO DO ANO E POR MÊS

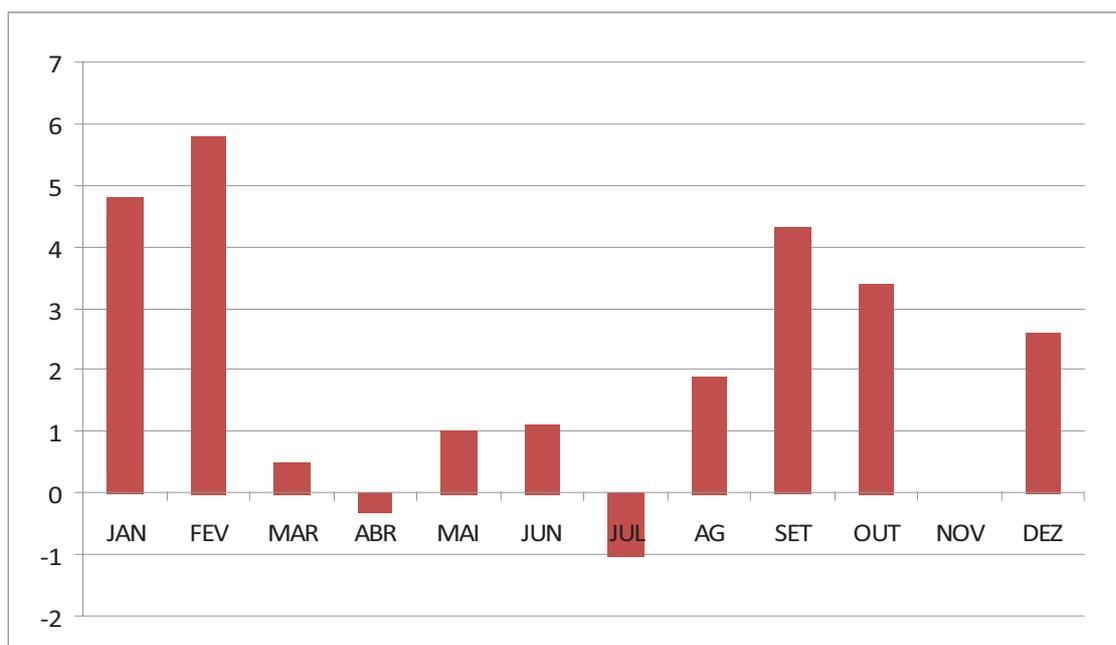
ANO 2012 – TOTAIS (situação fim de mês)

MESES	TOTAIS	VARIAÇÕES MENSAIS
DEZ 2011	829	
JANEIRO	869	+ 4,8
FEVEREIRO	920	+ 5,8
MARÇO	925	+ 0,5
ABRIL	922	- 0,3
MAIO	932	+ 1
JUNHO	943	+ 1,1
JULHO	933	- 1
AGOSTO	951	+ 1,9
SETEMBRO	992	+ 4,3
OUTUBRO	1 026	+ 3,4
NOVEMBRO	1 026	0
DEZEMBRO	1 053	+ 2,6

(Fonte: IEFP 2012)

QUADRO 3

VARIAÇÃO MENSAL GRÁFICA



Dos Quadros 1, 2 e 3 em análise resulta que no decurso do ano de 2012 o desemprego no concelho de Resende se caracterizou por:

- É de 958 a sua média anual de desempregados;
- A taxa média de desemprego no ano de 2012 é de 13,4%;
- O desemprego registou ao longo do ano um crescimento ascendente;
- O seu pico mais elevado do desemprego localizou-se no mês de fevereiro e tem no mês de julho o período mais baixo do número de desempregados;
- Os meses que registam taxas de desemprego mais elevadas são os meses de janeiro e fevereiro. No cômputo da evolução global ao longo do ano, denota-se que os meses relacionados com a estação do inverno têm tendencialmente maior desemprego.
- Os meses com índices de desemprego mais baixos são os de março a agosto (tendencialmente de verão)
- Julho e abril registam decréscimos acentuados, invertendo em absoluto a tendência global de crescimento;
- Novembro não regista qualquer alteração, relativamente ao mês anterior

Numa perspectiva mais ampla de trajetória, recuou-se 6 meses no ano de 2011, pretendendo avaliar-se a continuidade ou descontinuidade da curva evolutiva de 2012.

Assim:

QUADRO 4

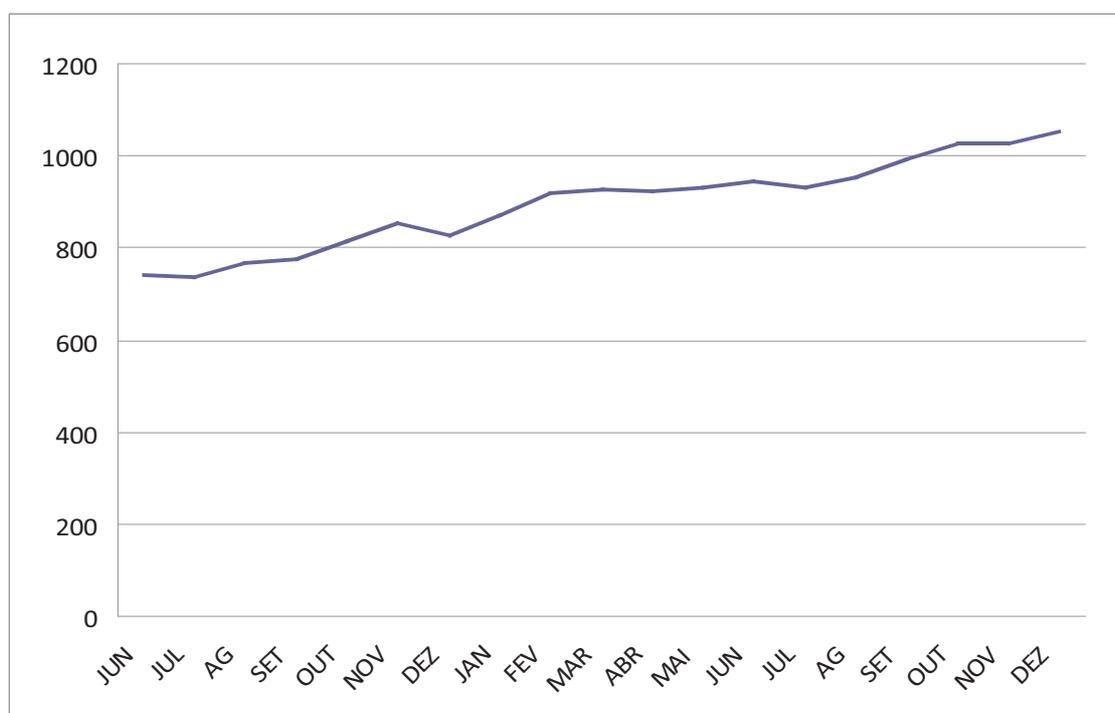
DESEMPREGO – INTERVALO JUNHO / DEZEMBRO 2011

JUNHO	740
JULHO	738
AGOSTO	767
SETEMBRO	776
OUTUBRO	814
NOVEMBRO	853
DEZEMBRO	829

(Fonte: IEFP)

QUADRO 5

GRÁFICO EVOLUTIVO – INTERVALO: JUN/DEZ 2011 – ANO 2012



(Fonte: IEFP)

É notório, que a evolução no intervalo junho de 2011 a dezembro de 2012 se traduz numa curva crescente do desemprego, em sintonia aliás, com o que tem ocorrido em termos nacionais.

Realce-se contudo, que não obstante esta sincronia de curva crescente, quando se compara os intervalos desta evolução com o todo nacional, o concelho de Resende regista variações inferiores.

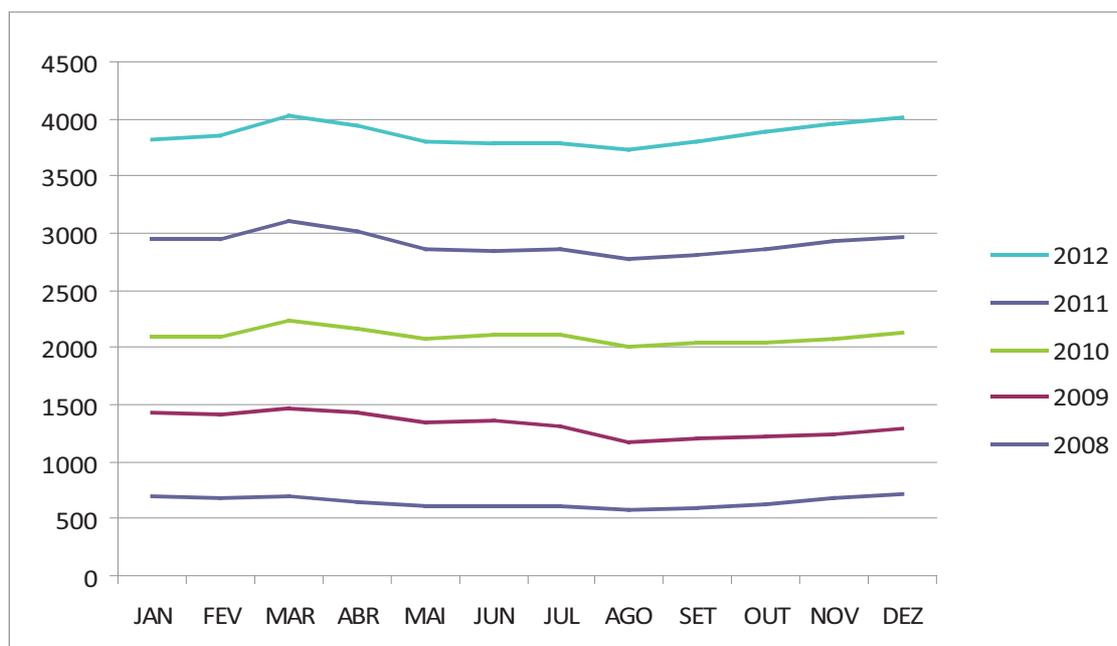
Aliás, este concelho não obstante o crescimento da sua taxa de desemprego tem registado valores inferiores aos nacionais. A título de exemplo refere-se que em Portugal a taxa de desemprego no mês de dezembro de 2012 foi de 16,9% e em Resende situou-se em 14,7%.

O ano de 2012, face à crise económica e financeira nacional e internacional constitui um ano com especificidades tidas por não normais. Tal facto, pode traduzir um diagnóstico erróneo no que se refere à avaliação do desemprego estrutural e sua evolução no território de Resende.

Importa pois recuar alguns anos, para que tal avaliação possa ser consubstanciada com algum rigor. Assim, recuando até ao ano de 2008 e comparando as variações registadas nos anos anteriores a 2012, constata-se que estas oscilações do desemprego possuem uniformidade na sua incidência mensal e se foram acentuando com o agravamento da situação do desemprego em consequência da crise económica e financeira nacional e internacional, como é visível no Quadro 6 que se segue.

QUADRO 6

GRÁFICO COMPARATIVO - EVOLUÇÃO ANUAL DESEMPREGO



(Fonte: IEFP)

Com esta perspectiva evolutiva é possível concluir-se que os índices de desemprego estrutural se localizam nos meses de janeiro, fevereiro, outubro, novembro e dezembro, estando por certo, relacionados com as características das atividades económicas que se desenvolvem neste período do ano.

DESAGREGAÇÃO DO DESEMPREGO POR GRUPOS

✓ POR GÊNERO:

No cômputo total dos desempregados do concelho de Resende, como se verá nos Quadros 7 e 8, que a seguir se apresentam é o género feminino, aquele que possui maior peso, numa proporção de 60% (mulheres) e de 40% (homens).

QUADRO 7**ANO 2012 (situação fim do mês)**

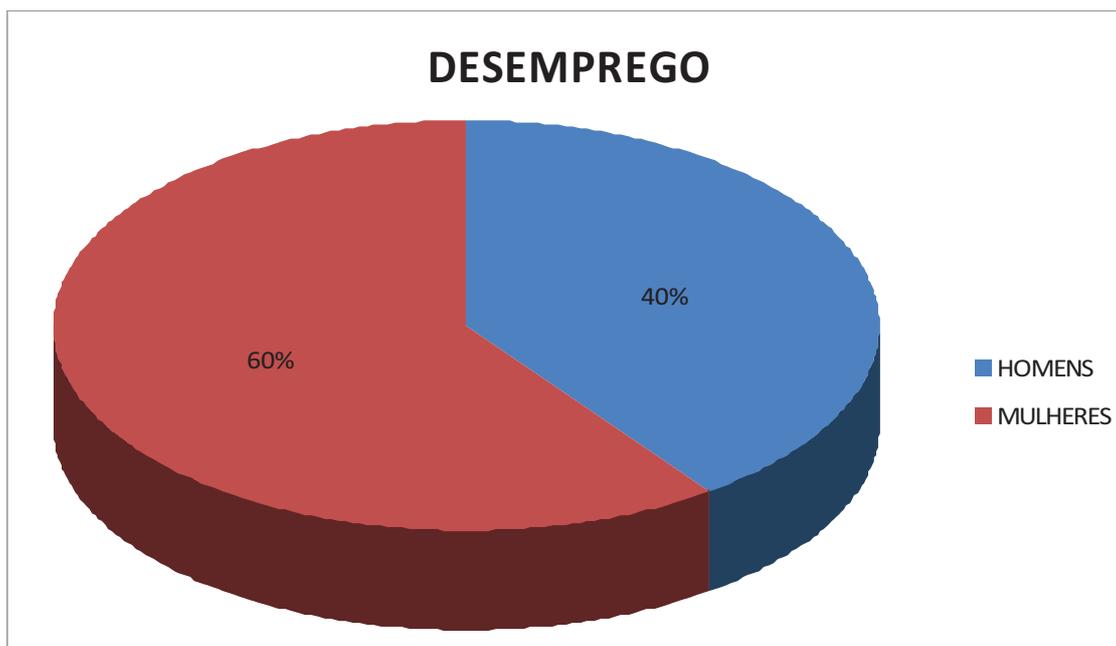
MESES	HOMENS	MULHERES
JANEIRO	331	538
FEVEREIRO	348	572
MARÇO	356	569
ABRIL	352	570
MAIO	370	562
JUNHO	382	561
JULHO	383	550
AGOSTO	385	566
SETEMBRO	409	583
OUTUBRO	427	599
NOVEMBRO	432	594
DEZEMBRO	454	599
MÉDIA ANUAL	386	572

(Fonte: IEFP)

QUADRO 8

GRÁFICO DO PESO PERCENTUAL DOS GÉNEROS FEMININO E MASCULINO NO CÔMPUTO TOTAL

ANO 2012

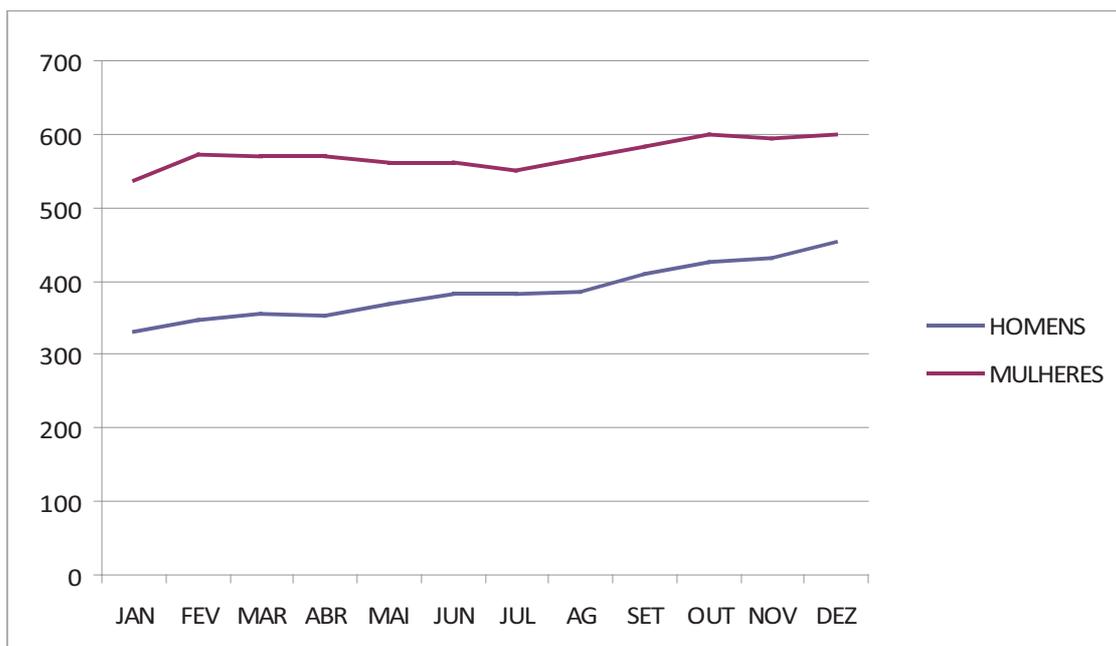


Não obstante, como é facilmente perceptível no Quadro 9 que se segue, ao longo do ano de 2012 o género masculino quem regista maior oscilação ascendente de crescimento.

Por outro lado, se compararmos o Quadro 6 com o Quadro 9 na parte em que se refere à variação global do desemprego ao longo de 2012, verifica-se que quem mais contribuiu para o decréscimo da taxa de desemprego nos meses de Junho, Julho e Agosto foi o género feminino. Na mesma medida, foram igualmente as mulheres quem mais encorpou o maior pico mensal do desemprego.

QUADRO 9

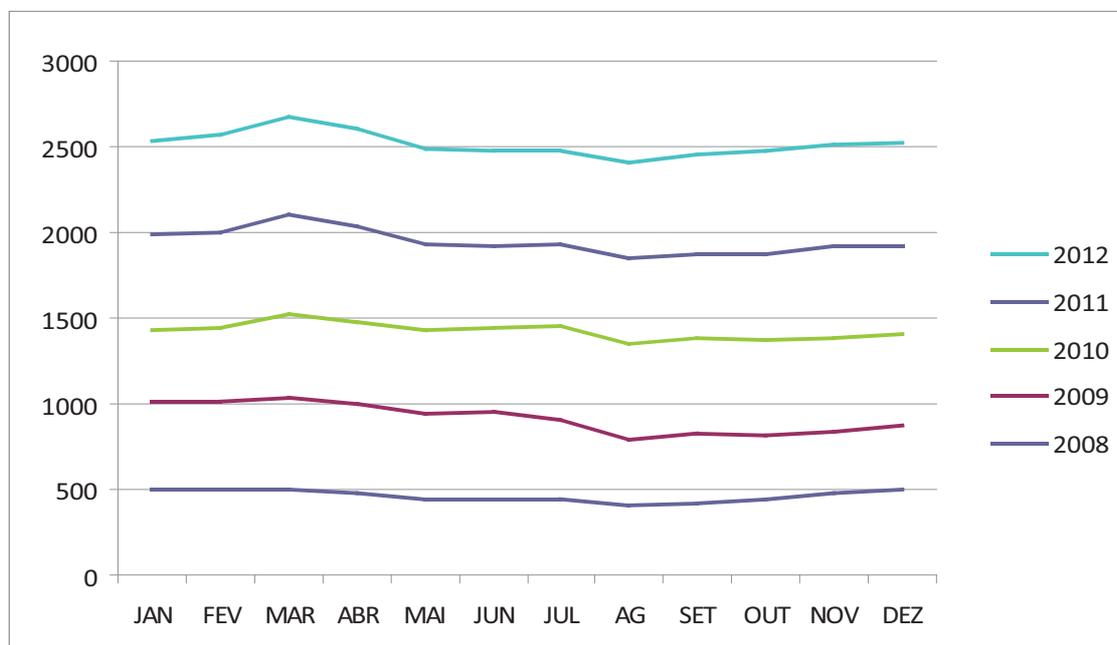
GRÁFICO COMPARATIVO - EVOLUÇÃO EM 2012 NOS GENEROS FEMININO E MASCULINO



Mais uma vez, pelas características conjunturais inerentes ao ano de 2012, é importante proceder-se à análise da evolução comparativa e caracterização do desemprego nos géneros feminino e masculino com recurso a anos anteriores (2008, 2009, 2010, 2011 e 2012), traduzida nos Quadros seguintes.

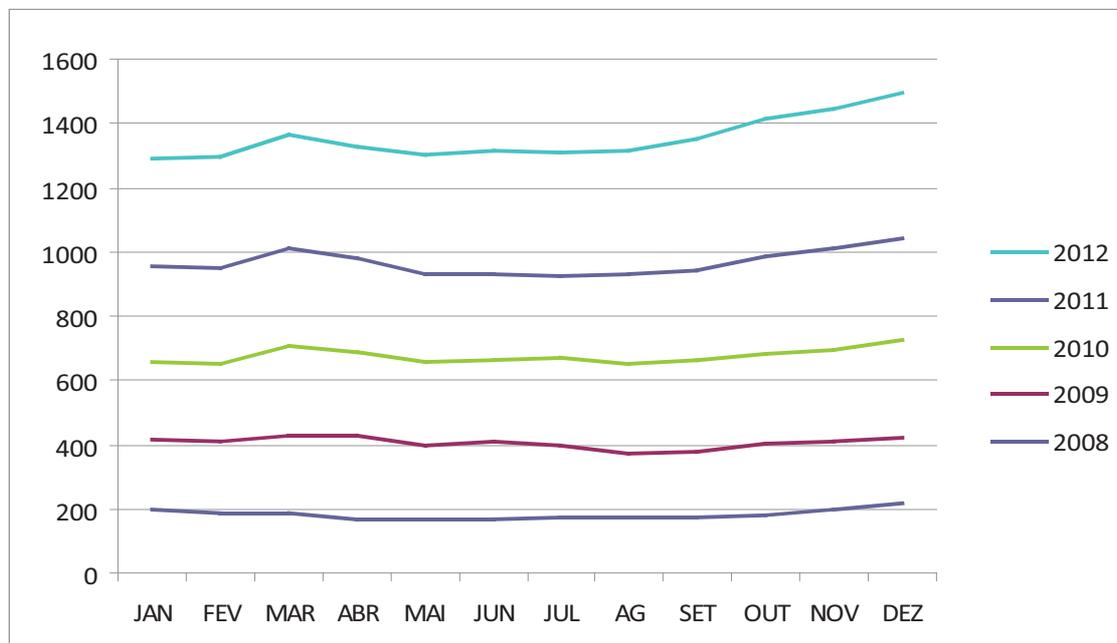
QUADRO 10

GRÁFICO COMPARATIVO – GÉNERO FEMININO



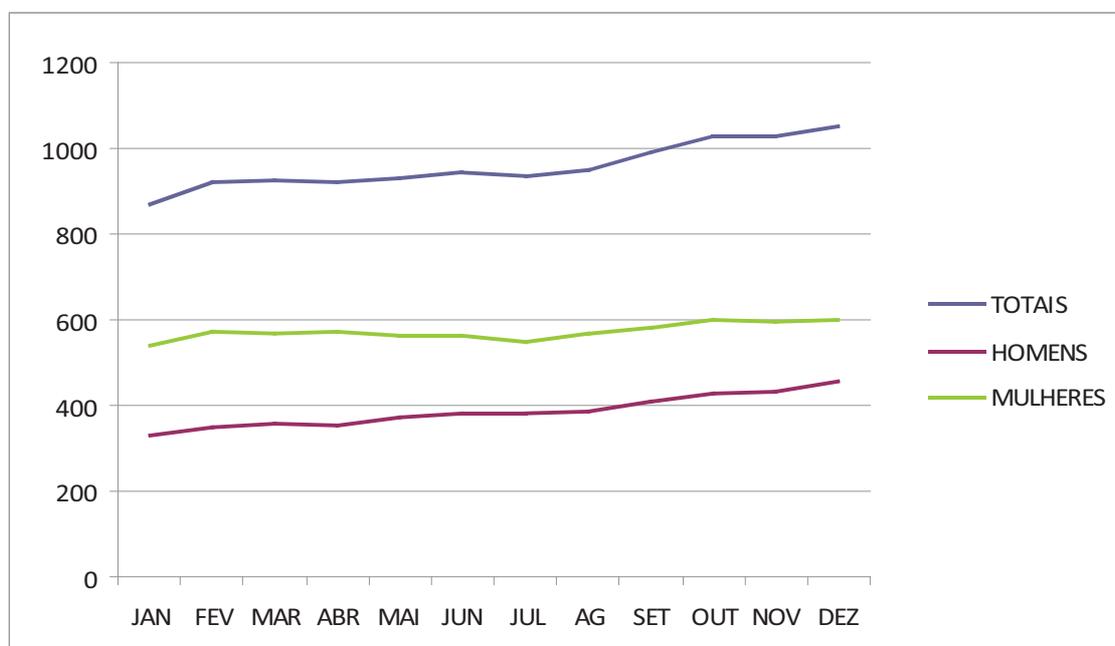
QUADROS 11

GRÁFICO COMPARATIVO – GÉNERO MASCULINO



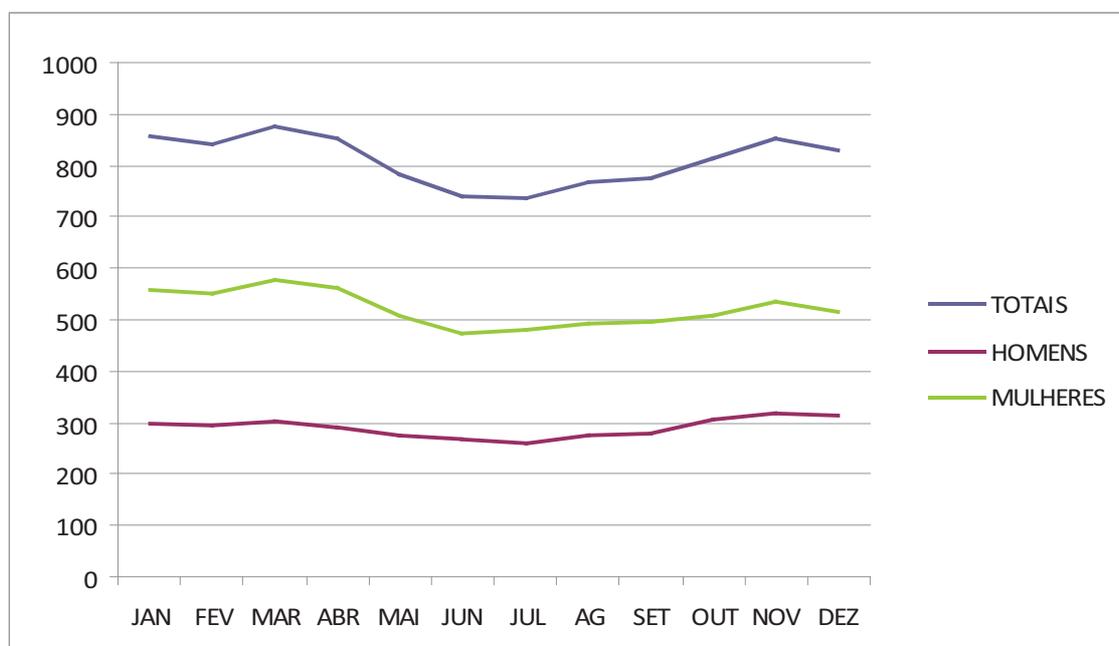
QUADRO 12

GRÁFICO DE EVOLUÇÃO COMPARATIVA - ANO 2012



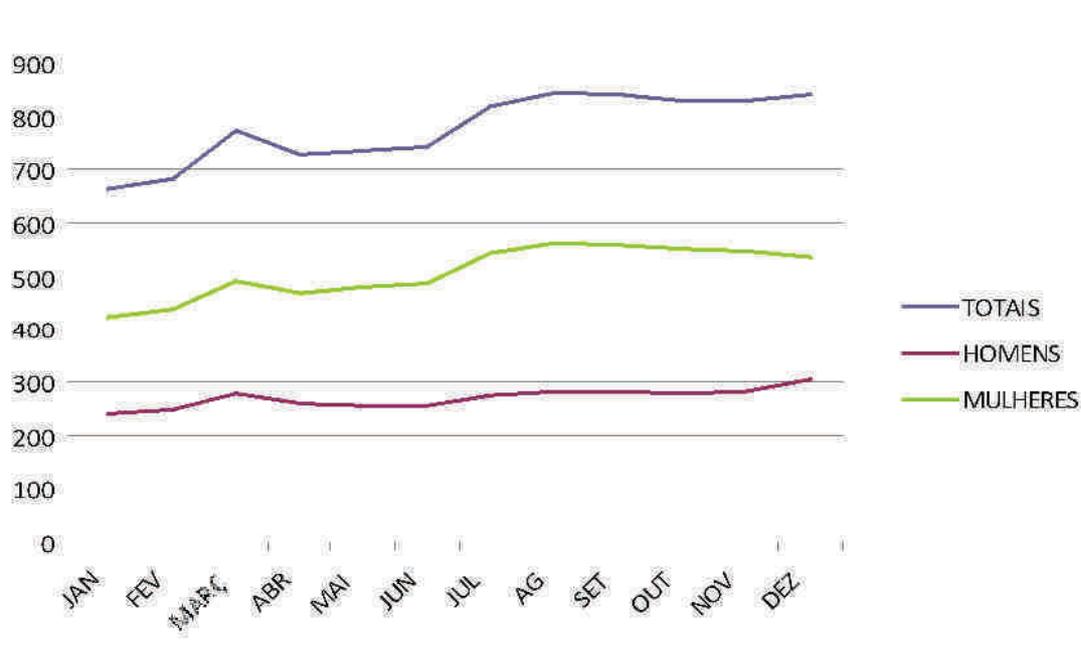
QUADRO 13

GRÁFICO DE EVOLUÇÃO COMPARATIVA - ANO 2011



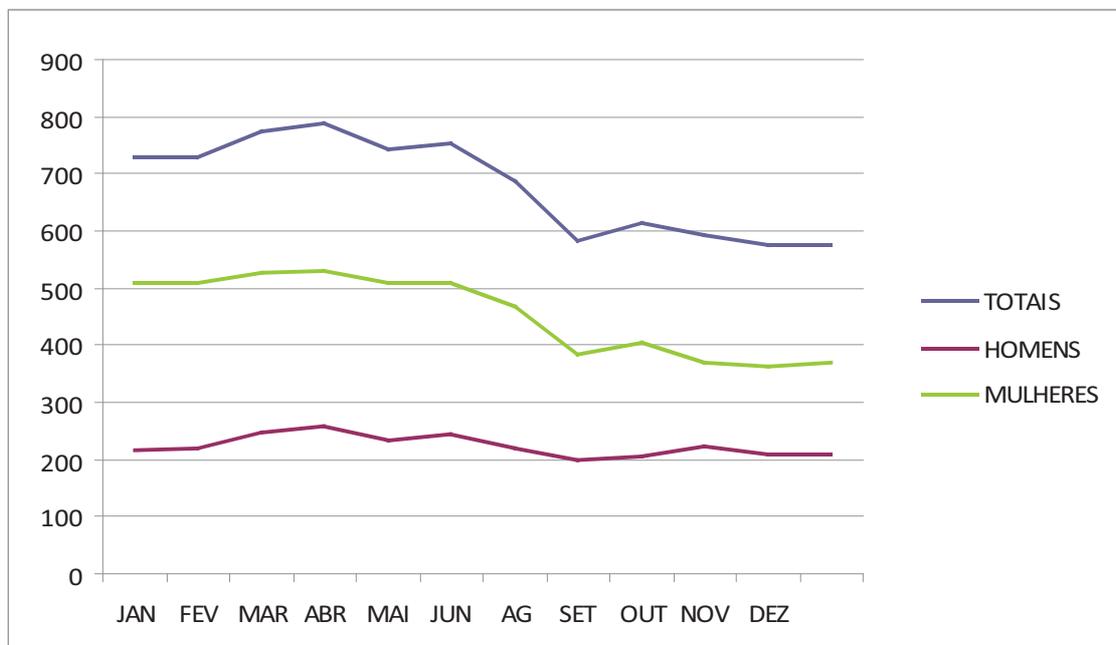
QUADRO 14

GRÁFICO DE EVOLUÇÃO COMPARATIVA - ANO 2010



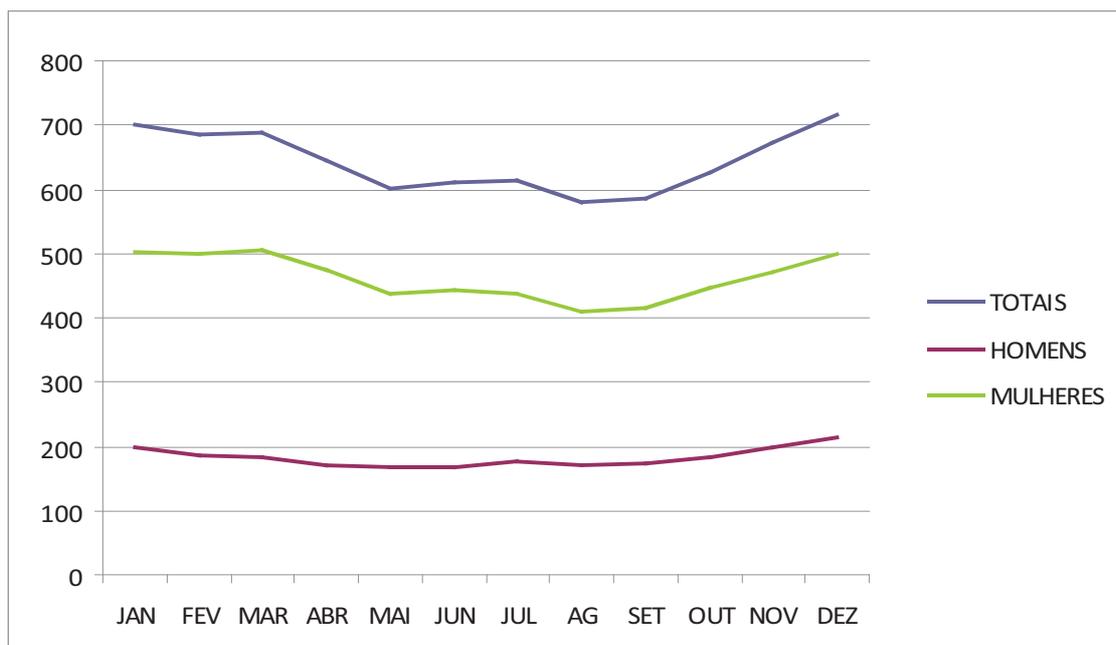
QUADRO 15

GRÁFICO DE EVOLUÇÃO COMPARATIVA - ANO 2009



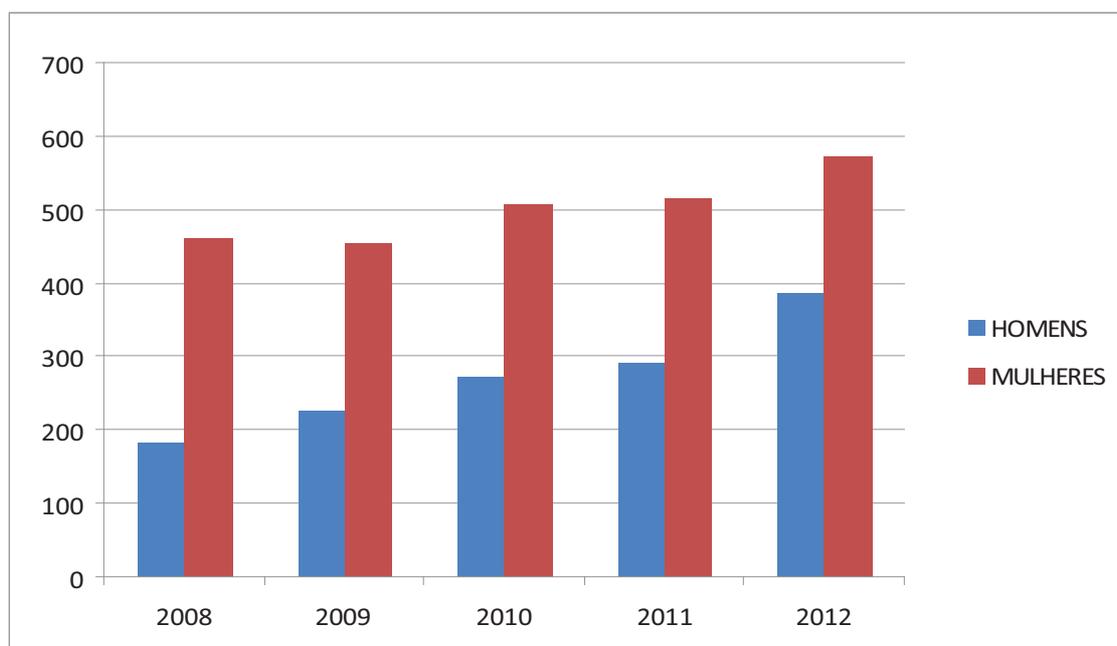
QUADRO 16

GRÁFICO DE EVOLUÇÃO COMPARATIVA - ANO 2008



QUADRO 17

GRÁFICO COMPARATIVO - EVOLUÇÃO MÉDIA ANUAL



QUADRO 18

CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO

	2008	2009	2010	2011	2012
MULHERES	462	454	507	515	572
HOMENS	183	224	270	290	386

H - + 22,4

H- +20,5

H- +7,4

H- +33,1

M - - 1,7

M- +11,7

M- +1,6

M- +11

Do conjunto destes Quadros ressalta que:

- Há uniformidade de oscilações nos géneros masculinos e femininos ao longo dos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.
- Estreita similitude entre as oscilações que se verificam no género feminino e as que se registam no cômputo total do desemprego

- No período entre os anos de 2008 e 2012 foi o género masculino quem registou o aumento médio mais elevado no crescimento do desemprego, denotando um crescimento muito acentuado entre 2011 e 2012;
- Na evolução anual e relativamente aos meses com picos de maior ou menor desemprego, constata-se que ambos os géneros contribuem para o pico do mês com maior desemprego, mas é o género feminino quem mais contribui para o seu decréscimo na época de verão, significando que nesta época são as mulheres que são mais chamadas ao trabalho disponível nesta altura do ano.
- O peso médio que os géneros femininos e masculinos registam no cômputo total dos desempregados alterou-se ao longo do período 2008/2012, sendo visível que a disparidade percentual média entre os dois géneros tem vindo a atenuar-se.

✓ **POR GRUPO ETÁRIO:**

Neste âmbito, aborda-se a situação do desemprego efetuando a desagregação dos totais mensais por intervalos de idades. Com esta metodologia pretende-se averiguar a evolução do desemprego em diferentes grupos etários, assim como o peso que cada um deles representa.

QUADRO 19

ANO 2012 (situação fim de mês)

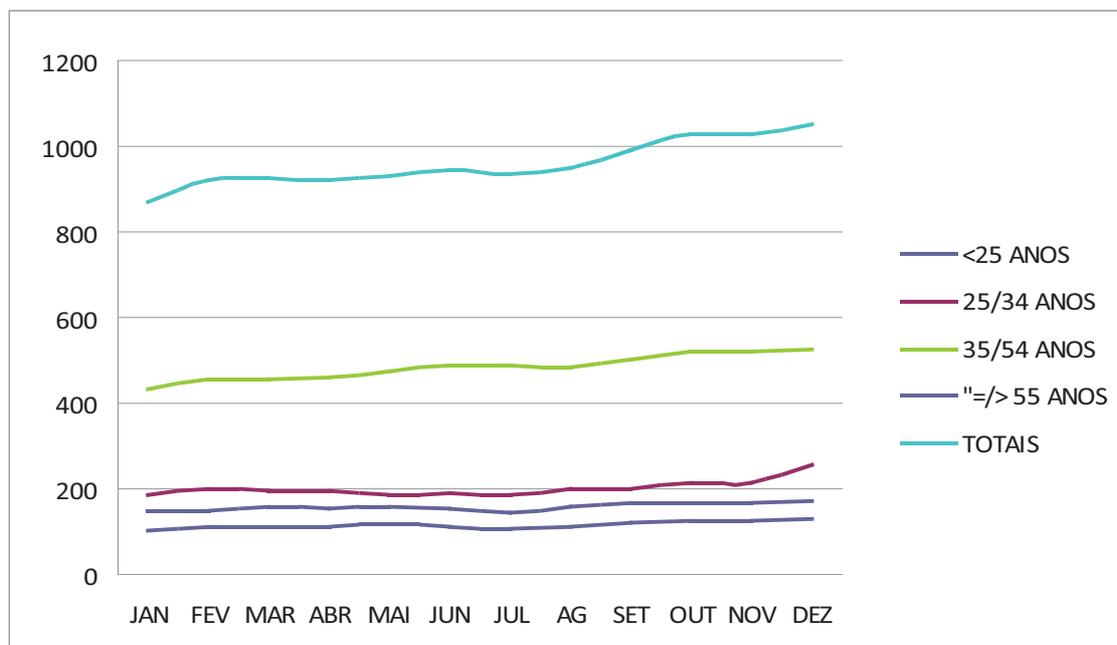
MESES	<25 anos	25/34 anos	35/54 anos	= > 55 anos	TOTAL
JANEIRO	148	185	434	102	869
FEVEREIRO	147	198	454	111	910
MARÇO	159	197	456	113	925
ABRIL	153	195	461	113	922
MAIO	159	185	474	114	932
JUNHO	154	190	488	111	943
JULHO	146	188	490	109	933
AGOSTO	157	198	486	110	951
SETEMBRO	168	200	503	121	992
OUTUBRO	167	214	521	124	1026

NOVEMBRO	166	213	522	125	1026
DEZEMBRO	174	225	526	128	1053
MÉDIA	158	199	485	115	957
PESO %	16,5	20,8	50,6	12,0	100,0
VARIAÇÃO	+17,6	+21,6	+21,2	+25,5	

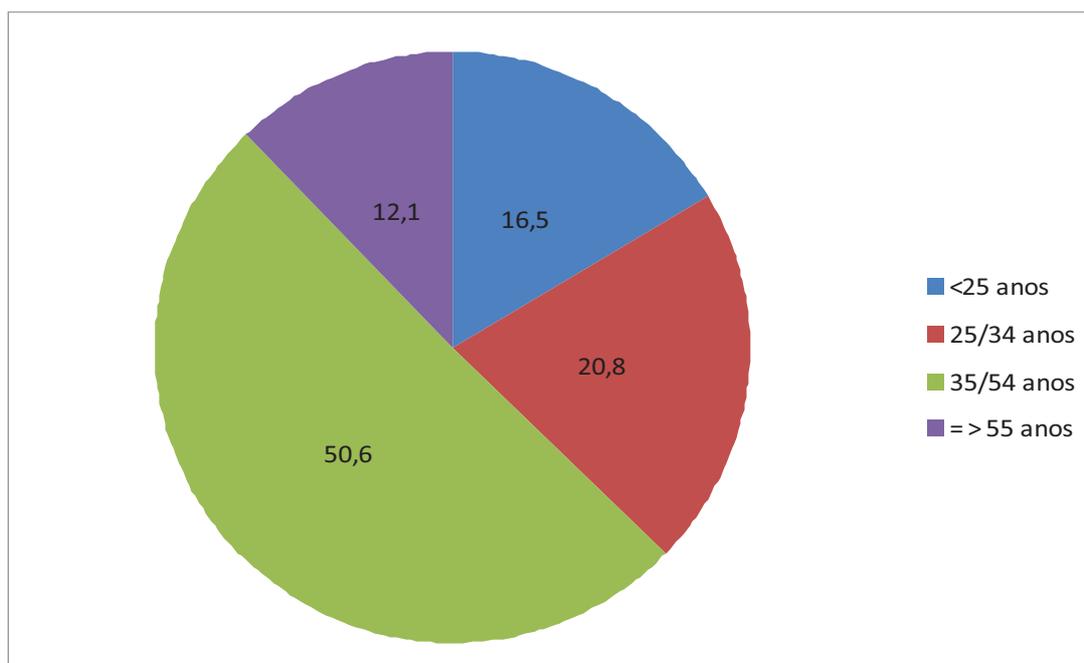
(Fonte: IEFP)

QUADRO 20

EVOLUÇÃO EM 2012



QUADRO 21
PESO MÉDIO – GRUPOS ETÁRIOS
ANO 2012



Da análise dos Quadros 19, 20 e 21 conclui-se:

- Metade (50,6%) da população desempregada tem entre 35 e os 54 anos;
- O maior peso dos desempregados situa-se nos maiores de 25 anos;
- Não obstante ser nos indivíduos que possuem idade igual ou superior a 55 anos que registou uma maior evolução de crescimento da situação de desemprego, é no intervalo das idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos que se verifica a maior oscilação ascendente (+ 42,8);
- 83,4% dos desempregados têm mais de 25 anos e só 16,6% têm menos de 25 anos.
- A curva do crescimento nos intervalos dos 25 e os 54 anos foi praticamente homogénea.

Quando se compara a caracterização do desemprego desagregado por grupos etários, nomeadamente no seu espartilhamento dos jovens e adultos, constata-se que o concelho de Resende não acompanha a tendência nacional.

De facto, no todo nacional o maior crescimento do desemprego tem vindo a localizar-se ao nível dos jovens (menos de 25 anos) que no final do ano de 2012 registou uma variação de +40, enquanto que no concelho de Resende a maior oscilação ascendente do desemprego se situa nos maiores de 25 anos.

✓ POR NIVEIS ESCOLARIDADE

Nesta vertente pretende averiguar-se a relação entre a situação de desemprego e os diversos níveis de escolaridade.

Assim:

QUADRO 22

ANO 2012 (situação fim de mês)

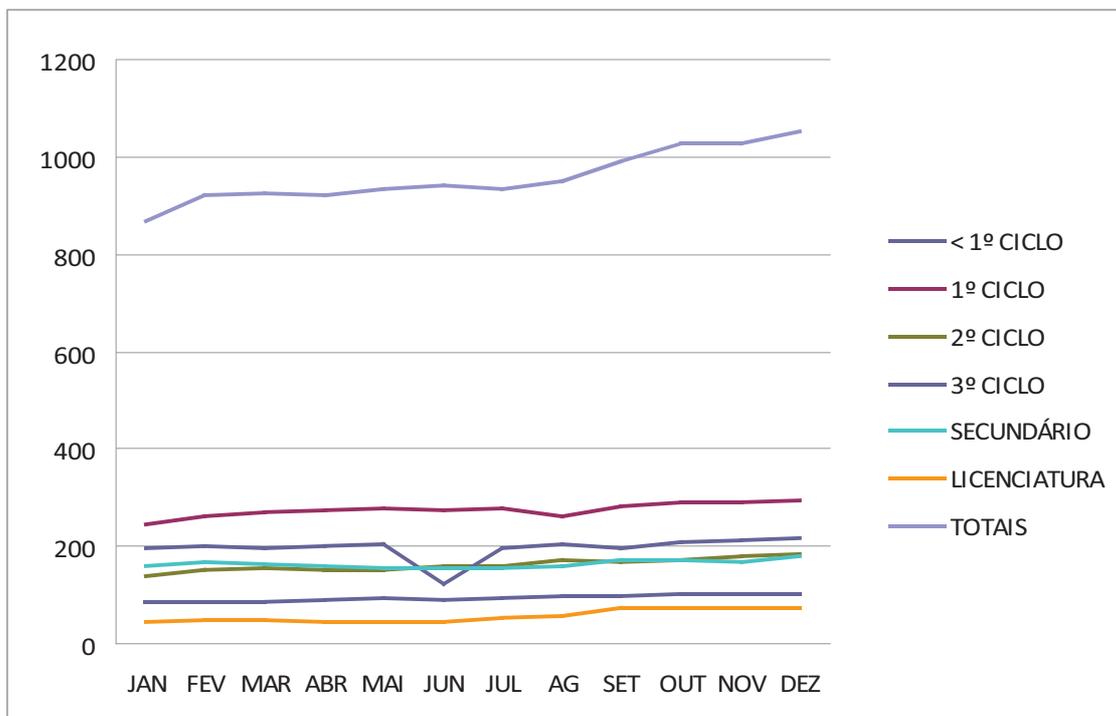
MESES	< 1º CICLO	1º CICLO	2º CICLO	3ºCICL O	SEC	LIC	TOTAL
JANEIRO	84	246	140	196	158	45	869
FEVEREIRO	87	264	152	201	166	50	920
MARÇO	87	271	155	197	165	50	925
ABRIL	90	273	152	201	160	46	922
MAIO	93	280	152	205	155	47	932
JUNHO	91	276	160	212	157	47	943

JULHO	93	277	161	195	155	52	933
AGOSTO	98	261	171	204	160	57	951
SETEMBRO	100	283	167	197	170	75	992
OUTUBRO	104	292	174	209	172	75	1026
NOVEMBRO	102	292	179	212	169	72	1026
DEZEMBRO	103	294	184	216	181	75	1053
MÉDIA	94	276	162	204	164	58	958
PESO %	9,9	28,8	16,9	21,3	17,1	6,0	100,0
VARIAÇÃO	+22,6	+ 9,5	+31,4	+10,2	+ 4,6	+66,7	

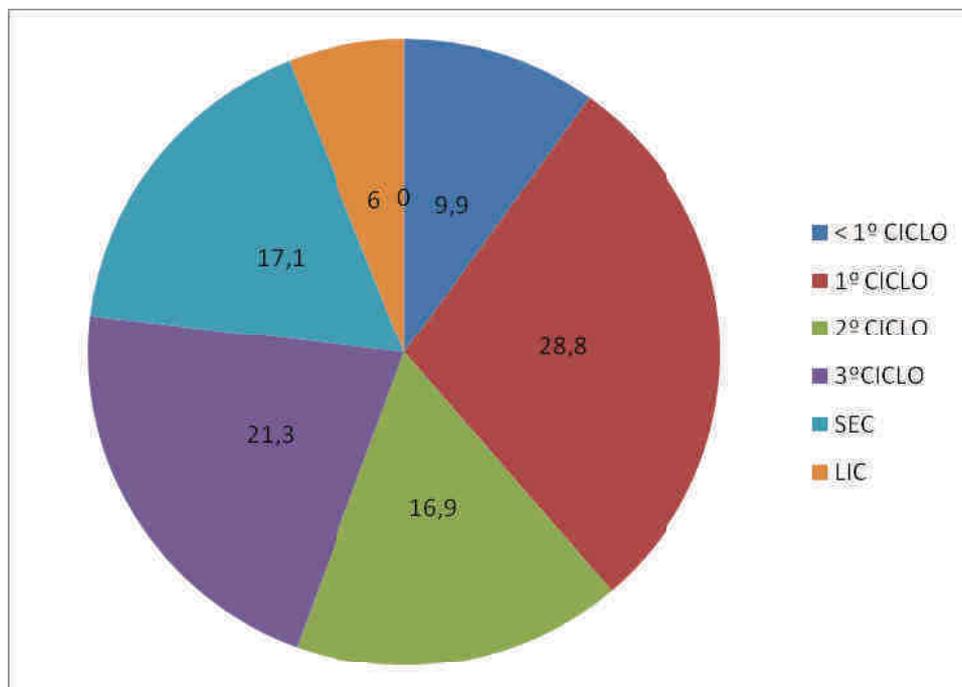
(Fonte: IEFP)

QUADRO 23

EVOLUÇÃO AO LONGO - 2012



QUADRO 24
PESO MÉDIO - 2012



Dos Quadros 22, 23 e 24 conclui-se:

- Com exceção do grupo de desempregados que não possui qualquer nível de escolaridade (analfabetos ou apenas sabendo ler e escrever), quanto maior for o nível de escolaridade, menor é o peso do desemprego no computo total;
- O maior peso no desemprego total localiza-se ao nível dos desempregados que possuem apenas o 1º ciclo de escolaridade;
- Os licenciados são os que detêm menor peso percentual;
- Em termos de evolução é no grupo dos licenciados que se verifica a maior oscilação em termos de crescimento;
- Também na perspectiva da variação de crescimento é ao nível dos indivíduos que possuem o 1º ciclo de escolaridade que se verifica a menor oscilação ascendente.
- Similitude nas variações mensais ao longo do ano de 2012 entre o desemprego total, o do género feminino e o grupo que possui o 3º ciclo de escolaridade, nomeadamente no

decréscimo assinalado no mês de junho. Ressalta pois, que neste abaixamento que se verifica neste período de tempo, contribuem o género feminino, mas também o grupo com nível escolar do 3º ciclo.

Na comparação da caracterização do desemprego desagregado por níveis de escolaridade do todo nacional com o concelho de Resende, denota-se que este não é coincidente no que se refere aos licenciados.

De facto, não obstante ter ocorrido em Resende um acréscimo acentuado do desemprego ao nível dos licenciados e que através do número dos inscritos teve a sua incidência no último trimestre do ano, não detém o peso percentual no desemprego total que se verifica em Portugal.

✓ POR TEMPO DE INSCRIÇÃO

Através do lapso de tempo em que se mantém a inscrição ativa como desempregado no Centro de Emprego é possível avaliar o enquadramento do desemprego como sendo de longa (mais de 1 ano) ou curta duração (menos de 1 ano).

Nesse sentido:

QUADRO 25

ANO 2012(situação fim de mês)

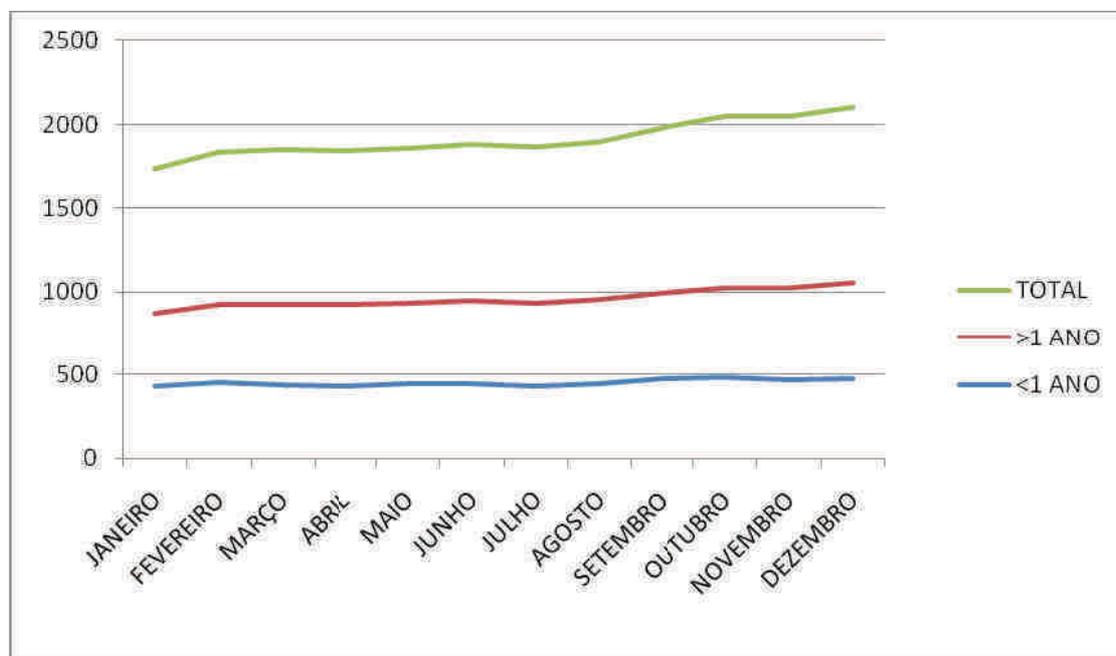
MESES	<1 ANO	>1 ANO	TOTAL
JANEIRO	429	440	869
FEVEREIRO	448	472	920
MARÇO	436	489	925
ABRIL	430	492	922
MAIO	445	487	932
JUNHO	445	498	943
JULHO	428	505	933
AGOSTO	443	508	951
SETEMBRO	470	522	992
OUTUBRO	481	545	1026

NOVEMBRO	464	562	1026
DEZEMBRO	472	581	1053
MÉDIA	449	508	958
PESO %	46,9	53,1	100,0
VARIAÇÃO	+10	+32	

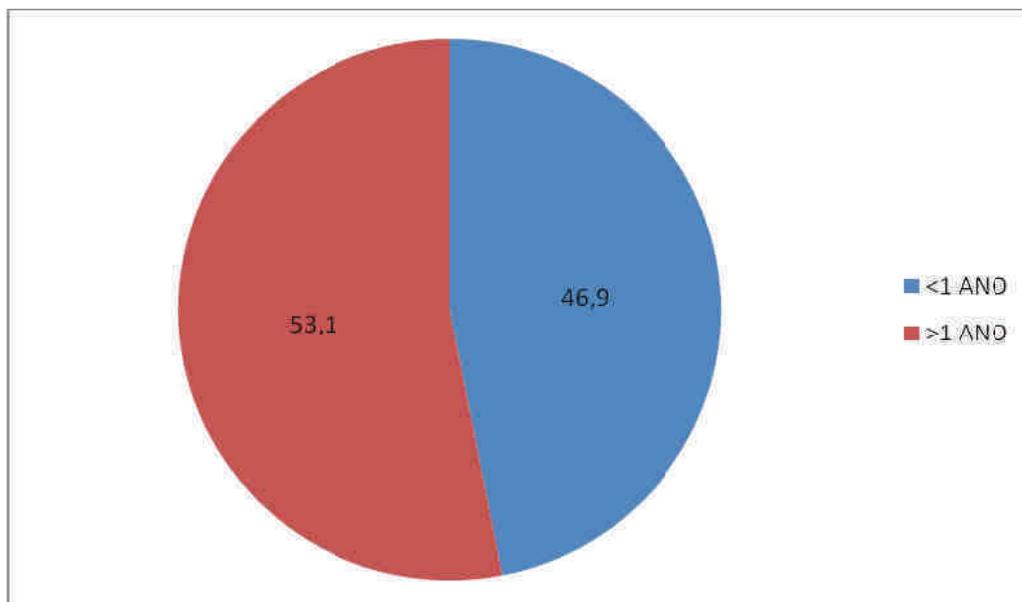
(Fonte: IEFEP)

QUADRO 26

EVOLUÇÃO AO LONGO - 2012



QUADRO 27
PESO MÉDIO - 2012



No que concerne ao lapso de tempo de inscrição, sendo certo que o peso do desemprego de longa duração é superior ao de curta duração, o intervalo de diferenciação média coloca-os numa situação de equilíbrio perante a globalidade do desemprego (variação média diferencial de 6,2%).

Na avaliação da sua oscilação, constata-se que cresceu mais o número de desempregados que permanecem mais de 1 ano nesta situação.

As linhas de variações mensais do desemprego de longa duração e curta duração é homogenia.

SITUAÇÃO FACE À PROCURA DE EMPREGO

Importa averiguar igualmente, se os desempregados tiveram ou não, alguma experiência anterior no mercado de trabalho, o que se pretende averiguar nesta decomposição e com os Quadros que se seguem.

QUADRO 28

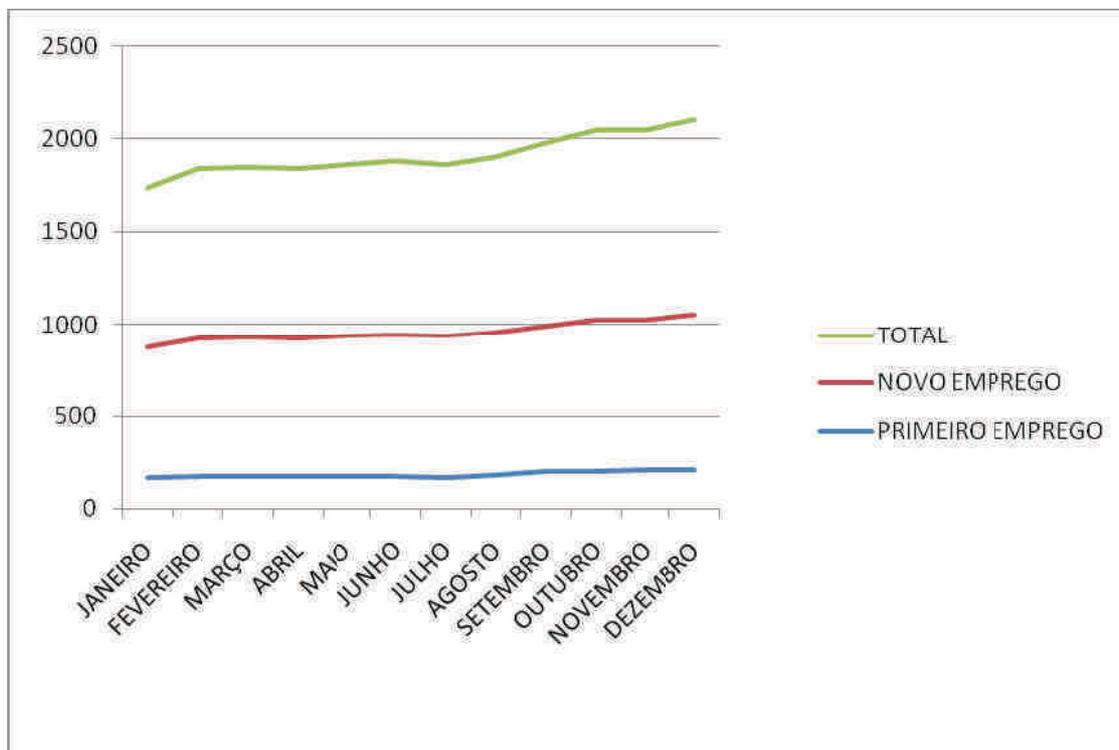
ANO 2012 (situação fim de mês)

MESES	PRIMEIRO EMPREGO	NOVO EMPREGO
JANEIRO	168	701
FEVEREIRO	175	745
MARÇO	178	747
ABRIL	173	749
MAIO	174	758
JUNHO	172	771
JULHO	170	763
AGOSTO	181	770
SETEMBRO	202	790
OUTUBRO	207	819
NOVEMBRO	212	814
DEZEMBRO	209	844
MÉDIA	185	773
PESO %	19%	81%
VARIAÇÃO	+24,4	+20,4

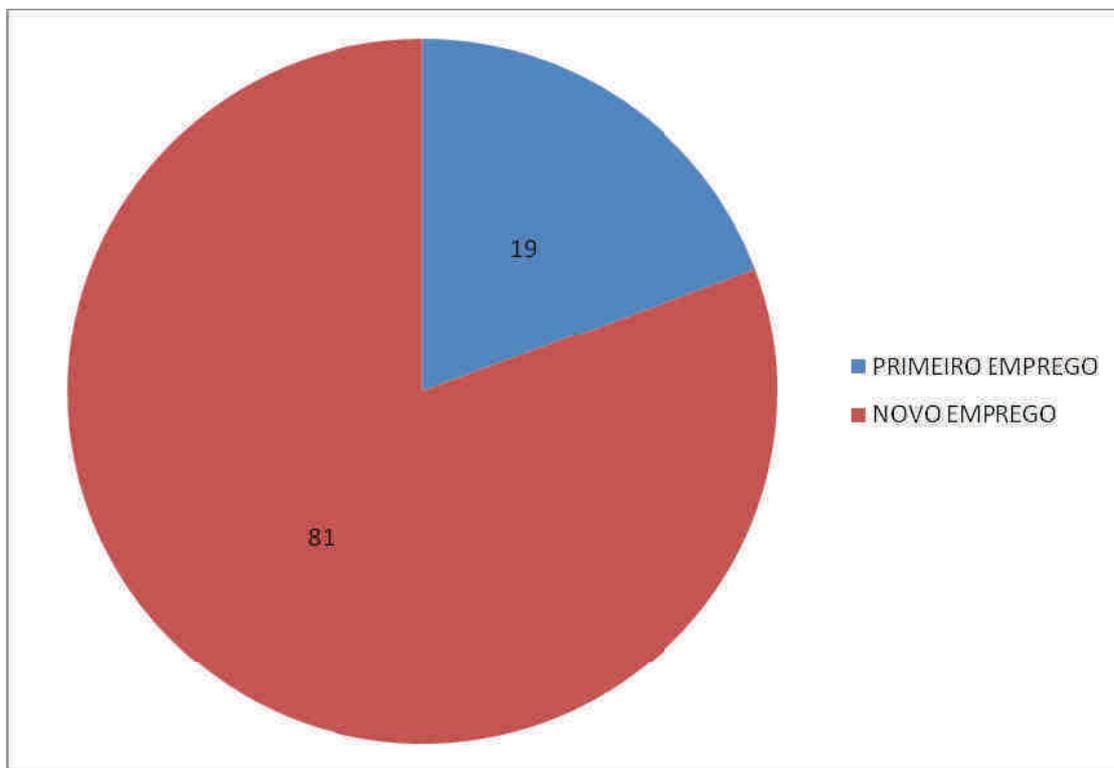
(Fonte: IEFPP)

QUADRO 29

EVOLUÇÃO AO LONGO - 2012



QUADRO 30
PESO MÉDIO- 2012



Ponderada a condição dos desempregados face ao mercado de emprego e ressalvando que se não distingue se se tratou de uma experiência anterior como trabalhador (por conta própria ou empregado) de longa ou curta duração e ainda se foi a tempo parcial ou completo e/ou sazonal, verifica-se que:

- A quase totalidade dos desempregados teve experiências anteriores no mercado de trabalho (81%)
- Em termos de evolução embora o maior crescimento do desemprego tenha ocorrido ao nível dos indivíduos que pretendem pela primeira vez integrar o mercado de trabalho, a oscilação diferencial é reduzida.

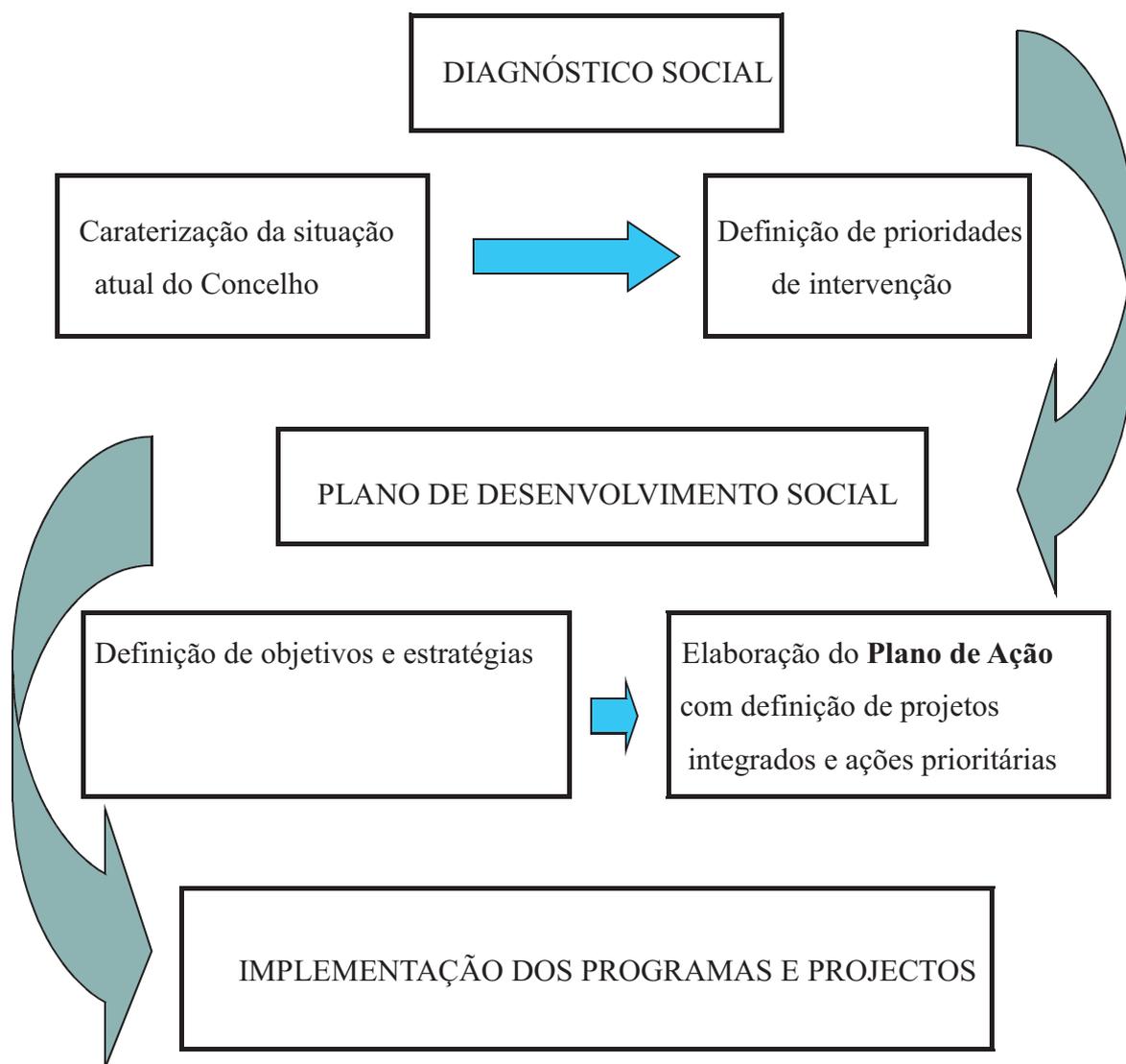
Como nota final deste capítulo importa realçar que o desemprego é um sector extremamente dinâmico em termos de evolução e cujas oscilações têm correlação direta com a situação económica de qualquer País, que se reflete em todas as zonas do seu território e com mais incidência naqueles que apresentam maiores assimetrias relativamente ao todo territorial.

Os anos de 2011 e 2012 em termos da avaliação do desemprego constituem anos com características excecionais face à grave crise nacional que Portugal atravessa, com repercussões duríssimas no emprego.

Da análise comparativa efetuada entre o ano de 2012 e os anos anteriores, realça-se a detecção da existência de desemprego estrutural ao nível do género feminino, que notoriamente influencia diretamente a curva de variações do desemprego ao longo dos meses no concelho de Resende.

CONCLUSÕES

Tal como foi mencionado na Introdução, pretende-se que o presente documento seja uma ponte para o Plano de Desenvolvimento Social numa perspectiva de planeamento da intervenção, segundo o esquema seguinte (proposto pelo Programa da Rede Social):



Tal como se depreende da análise do esquema, após a elaboração do Diagnóstico Social, com a consequente caracterização atual do Concelho e definição de prioridades de intervenção, estão criadas as condições para a definição de um Plano de Desenvolvimento Social.

O Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local. Este Plano deverá traçar o retrato de uma situação desejável, incluindo uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação, orientando as respostas às necessidades individuais e coletivas. Neste sentido, deverá vincular as iniciativas de todos os agentes cujas iniciativas visem promover o desenvolvimento social do Concelho.

Como conclusão deste Diagnóstico Social e após o conhecimento detalhado da realidade social aqui apresentada, o Núcleo Executivo da Rede Social realizou uma hierarquização das problemáticas que se revelam mais prioritárias e que devem ser trabalhadas no Plano de Desenvolvimento Social, durante os próximos três anos, sempre na perspetiva da rentabilização dos recursos e do trabalho em parceria. Esta hierarquização assentou na utilização da análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) e na discussão da dimensão das problemáticas, com as consequentes implicações na vida da comunidade, cruzando-as com os recursos existentes para as colmatar.

Desta forma, podemos dizer que em Resende foram consideradas como problemáticas de intervenção prioritárias:

- ✓ **O ENVELHECIMENTO E O DECRÉSCIMO DA POPULAÇÃO;**
- ✓ **O DESEMPREGO E SUAS CONSEQUÊNCIAS;**
- ✓ **O ALCOOLISMO E O CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS;**
- ✓ **FALTA DE COMPETÊNCIAS PARENTAIS.**

Será, então, em torno destas quatro problemáticas que o Plano de Desenvolvimento Social (2013/2016) se irá centrar.

De forma a complementar e a tornar mais claras as razões destas prioridades de intervenção, são apresentadas as referidas Análises SWOT:

ANÁLISE S.W.O.T. – ENVELHECIMENTO

FORÇAS	FRAQUEZA
<p>Existência de Instituições Particulares de Solidariedade Social de apoio à 3.^a Idade (apoios alimentares, fomento da prática de boccia, valências destinadas á terceira idade);</p> <p>Existência de outros serviços locais de apoio (ação social da autarquia – atendimento e apoio na habitação -, serviço local de ação social da segurança social – Complemento Solidário para Idosos e outros subsídios, ajudas técnicas, atendimento -, centro de saúde através da equipa de enfermagem domiciliária);</p> <p>Rede informal de apoio (vizinhança);</p> <p>Desenvolvimento de atividades lúdicas, desportivas, culturais e recreativas para a 3.^a Idade (Passeio Sénior da Autarquia e de algumas freguesias Universidade Sénior, ciclo de cinema português no Centro Cultural de S. Cipriano, rotas para idosos no Museu Municipal, acesso gratuito às Termas de Caldas de Arêgos);</p> <p>Conselho Local de Ação Social de Resende;</p> <p>Atividades intergeracionais desenvolvidas pelas escolas</p> <p>Associações desportivas, culturais e recreativas.</p>	<p>Insuficiente acompanhamento por parte do Centro Distrital da Segurança Social de Viseu na aplicação dos manuais de qualidade (formação aos funcionários);</p> <p>Insuficiência de algumas respostas sociais para a população idosa: Centros de dia, centros de convívio, centros de reabilitação para dependentes e falta de incentivos para frequência das valências existentes;</p> <p>Ausência de equipas de solidariedade social para prestar apoio domiciliário noturno;</p> <p>Inexistência da tele-assistência;</p> <p>Desresponsabilização das famílias no acompanhamento do idoso, isolamento e ausência de retaguarda familiar;</p> <p>Ausência de rede de voluntariado – término do voluntariado de proximidade para idosos aquando da conclusão do CLDS;</p> <p>Reduzidas ajudas técnicas na habitação;</p> <p>Falta de respostas sociais para alfabetização da população idosa</p> <p>Reduzidas oportunidades para fixar os jovens e a população ativa;</p> <p>Ausência de políticas de incentivo ao aumento da natalidade;</p> <p>Rede de transportes públicos deficitária.</p>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Quadro de Referência Estratégica Nacional; União das Misericórdias Portuguesas; União das IPSS's; Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carentes; Cantinas Sociais; PAII – Programa de Apoio Integrado para Idosos; RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrado; POEFDS – Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento; FSE – Fundo Social Europeu; POPH – Programa Operacional Potencial Humano</p>	<p>Definição da área territorial relativamente aos serviços; Dificuldade no acesso à informação sobre a área territorial dos vários serviços; Redução nas participações de transportes não urgentes para consultas em hospitais centrais; Encerramento de serviços no concelho e centralização dos mesmos; Reduzido financiamento para centros de fisioterapia; Reduzidos apoios na qualificação dos técnicos; Situação geográfica periférica do concelho. Crise económica.</p>

ANÁLISE S.W.O.T. – DESEMPREGO

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>Desenvolvimento da economia social; Articulação entre as instituições e programas do concelho (GIP, ISS, CMR, TEIP, CPCJ, IEFP, Conselho Municipal de Educação, Empresas de formação, AFOPADIS, IPSS's); Existência de CEF's, EFA's, cursos profissionais e formação modular; Existência da Associação Empresarial; Existência de movimento associativo; Programa Incentivo à Criação de Emprego e Empreendedorismo Jovem em Resende.</p>	<p>Insuficiente qualificação escolar e profissional da mão de obra; Elevada taxa de analfabetismo; Tecido empresarial pouco desenvolvido (microempresas e empresas familiares); Desadequação entre as ofertas formativas e as necessidades do mercado de trabalho; Pouca abertura à inovação (apoios à contratação de outras iniciativas); Falta de competências pessoais; Deficiente capacidade de fixação de recursos qualificados; Trabalho precário e essencialmente agrícola e sazonal; Inexistente educação para o empreendedorismo; Desertificação de algumas freguesias do concelho; Reduzida atividade da Associação Empresarial.</p>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Melhoria no acesso às Tecnologias de Informação (formação TIC nas escolas, espaços digitais):</p> <p>Integração na Comunidade Inter-Municipal do Tâmega e Sousa e na Agenda da Empregabilidade</p> <p>Programas de Apoio adaptados à realidade local (PRODER, MODCOM) com novo acompanhamento.</p> <p>Programas de apoio à inserção profissional (Impulso Jovem – Medidas Passaporte Emprego, Empresas de Inserção, Contrato Emprego – Inserção, Medida Estímulo 2012, Programa Vida-Emprego, Medida CEI)</p> <p>POEFDS – Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento;</p> <p>FSE – Fundo Social Europeu;</p> <p>POPH – Programa Operacional Potencial Humano</p>	<p>Crise económica;</p> <p>Crescente taxa de desemprego, principalmente das mulheres e dos desempregados de longa duração;</p> <p>Rede de acessibilidades e de transportes deficitária;</p> <p>Acesso a iniciativas e apoios com processo burocrático.</p>

ANÁLISE S.W.O.T. – ALCOOLISMO E CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>Existência de um Projeto em parceria (Centro de Saúde, Câmara Municipal, Santa Casa, Segurança Social e CPCJ) para acompanhamento psicossocial dos doentes alcoólicos – CAPP (Consulta de Alcoologia para Promover a Autonomia);</p> <p>Existência de um Território Educativo de Intervenção Prioritária;</p> <p>Instituições Locais (IPSS's, Centro de Saúde, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Autarquia, Associações de Pais, Instituto de Segurança Social, Associações Desportivas, Culturais e Recreativas, Juntas de Freguesia).</p> <p>Organização de debates, conferências e workshops sobre prevenção do alcoolismo e consumo de substâncias ilícitas;</p> <p>Existência de projetos de educação para a saúde nos estabelecimentos de ensino.</p>	<p>Elevado número de casos de alcoolismo no Concelho;</p> <p>Insuficiência de respostas institucionais face à problemática: Prevenção/desintoxicação, acompanhamento/integração social;</p> <p>Enraizamento cultural do hábito de consumo de álcool e falta de iniciativas preventivas para jovens;</p> <p>Aceitação social do consumo de álcool;</p> <p>Falta de informação face aos malefícios dos consumos de álcool e de drogas ilícitas;</p> <p>Descriminação dos indivíduos com problemas ligados ao consumo do álcool;</p> <p>Famílias social e economicamente desfavorecidas/ Fragilidade e desorganização da estrutura familiar/violência doméstica;</p> <p>Transportes e acessibilidades deficitárias para consultas, inexistência de comparticipação para deslocações à Unidade de Alcoologia do Norte;</p> <p>Falta de técnicos especializados na área do alcoolismo e da toxicodependência.</p>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Centro de Respostas Integradas de Vila Real;</p> <p>Unidade de Alcoologia do Norte;</p> <p>Reorganização dos serviços de saúde ao nível dos Agrupamentos de Centro de Saúde;</p>	<p>Crise económica;</p> <p>Excessiva burocratização dos serviços;</p> <p>Reduzidos serviços de internamento para doentes alcoólicos;</p> <p>Manipulação dos meios de comunicação social em relação à publicidade de bebidas alcoólicas;</p> <p>Falta de cultura de parceria face à prevenção e tratamento da problemática;</p> <p>Inexistência de credenciais de transporte para os doentes alcoólicos se deslocarem a serviços especializados.</p>

ANÁLISE S.W.O.T. – FALTA DE COMPETÊNCIAS PARENTAIS

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>Equipa Multidisciplinar de Rendimento Social de Inserção – cursos de educação parental;</p> <p>Equipa TEIP (Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família);</p> <p>Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Resende;</p> <p>Serviço de Educação e Ação Social da Autarquia;</p> <p>Ação Social da Segurança Social;</p> <p>Associações de Pais e Encarregados de Educação;</p> <p>Associações Desportivas, Culturais, Recreativas, Juvenis e de Solidariedade Social;</p> <p>Existência de retaguarda familiar e boa rede de vizinhança;</p> <p>Existência de programas de educação para a saúde nos estabelecimentos de ensino;</p> <p>Persistência dos contactos entre os Diretores de Turma e os Encarregados de Educação.</p>	<p>Falta de formação em cidadania e outros valores sociais;</p> <p>Debilidade económica</p> <p>Comodismo social;</p> <p>Alcoolismo;</p> <p>Falta de expectativas dos pais;</p> <p>Ausência de diálogo e acompanhamento familiar;</p> <p>Vigilância deficitária por parte dos pais;</p> <p>Demissão dos pais do papel de educadores;</p> <p>Preconceitos e rotulagem das famílias socialmente vulneráveis;</p> <p>Dificuldade na aceitação e aconselhamento proveniente da ajuda técnica;</p> <p>Sobreposição dos serviços na intervenção junto das famílias (articulação insuficiente);</p> <p>Necessidade em qualificar a intervenção social junto das famílias com equipas multidisciplinares e multi-institucionais no sentido de serem trabalhadas as especificidades das competências parentais;</p> <p>Reduzida articulação família/escola.</p>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
CONFAP; Comissão para a Igualdade de Género; Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; Lei da Parentalidade; Ofertas Formativas (jovens e adultos).	Falta de valores; Contenção Orçamental e crise financeira; Perda crescente do conceito de família.

BIBLIOGRAFIA

Campenhoudt, L. & Quivy, R. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Baltazar, Maria da Saudade (2004). *Da pobreza e exclusão à inclusão social – uma estratégia europeia*, *Revista Economia e Sociologia*, nº 77:15-28.

Ministério da Justiça: Direção Geral da Política da Justiça (2011). *Estatísticas da Justiça 2011, Estatísticas Oficiais*. Lisboa: INE.

Núcleo da Rede Social: Departamento de Investigação e Conhecimento (2002). *Plano de Desenvolvimento Social*. Lisboa: IDS.

Diagnóstico Social Estratégico e Prospetivo de Lousada, 2010

Diagnóstico Social, 2003

Instituto Nacional de Estatística (2012). *Censos 2011 – Resultados Definitivos e Anuário Estatístico da Região Norte*. Infoline (www.ine.pt).

Instituto Nacional de Estatística (2012). *Destaques do INE*. Infoline (www.ine.pt).

Instituto do Emprego e Formação Profissional. Infoline (www.iefp.pt)

Centro de Relações Laborais (antigo Observatório do Emprego e Formação. Infoline (oefp.iefp.pt))

Legislação Consultada (Diário da República)

Deliberação nº 9/99

Decreto-Lei nº 84/2000

Decreto-Lei nº 196/97

Lei nº 19 – A/96

Lei nº 13/2003

Lei nº 11 – A/2013

Lei nº 85/2009

Lei nº 45/2005

Decreto-Lei nº 70/2000

Decreto-Lei nº 133/2013

Decreto-Lei nº 13/2013

Lei nº 147/99